



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU  
GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC**

**JÉSSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA**

**PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO  
DE CASO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA BRINQUEDOTECA  
CORA CORALINA**

**SALVADOR  
2023**

JÉSSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA

**PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO  
DE CASO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA BRINQUEDOTECA  
CORA CORALINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), Área 1, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

**SALVADOR  
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B238p

Barbosa, Jéssica Larissa Valente da Silva

PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA BRINQUEDOTECA CORA CORALINA / Jéssica Larissa Valente da Silva Barbosa. - Salvador, 2023.

122 fls : il.

Orientador(a): José Cláudio Rocha.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Campus I. 2023.

1.Educação em Direitos Humanos. 2.Pedagogia. 3.Práticas Pedagógicas..

CDD: 371

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**"PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO**  
**DE CASO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA BRINQUEDOTECA**  
**CORA CORALINA"**

**JÉSSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA**

Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, em 18 de maio de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente  
JOSE CLAUDIO ROCHA  
Data: 07/07/2023 14:52:35 -0300  
Verifique em <https://validar.sig.br/>

Professor(a) Dr.(a) JOSE CLAUDIO ROCHA  
UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia

  
Professor(a) Dr.(a) CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS  
UNEB  
Doutorado em Ciências Sociais  
Universidade Federal da Bahia

Professor(a) Dr.(a) ILZVER DE MATOS OLIVEIRA  
PPGD UNIT  
Doutorado em Direito  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

 Documento assinado digitalmente  
ILZVER DE MATOS OLIVEIRA  
Data: 06/07/2023 23:58:21 -0300  
Verifique em <https://validar.sig.br/>

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me ajudado a vencer mais um desafio, dando-me força e perseverança e por ter colocado pessoas que me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu orientador José Cláudio Rocha, pessoa humana e honrosa, agradeço por sua confiança e generosidade na condução das orientações que foram essenciais para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologia aplicadas à educação da Universidade Estadual da Bahia, por todo acolhimento oferecido.

Aos professores do GESTEC/UNEB, que dividiram seus conhecimentos comigo durante esse percurso.

A minha filha, Luma, pela sua doçura e alegria, até mesmo nos momentos que me fiz ausente por conta dos estudos e trabalho. Luma você é meu maior incentivo para seguir em frente.

À minha amada mãe, Laurinda, pela dedicação e cuidado ao longo da minha vida.

Ao meu marido, Lucas, pela parceria e incentivo, obrigado por todo o cuidado principalmente nos momentos em que fragilizei.

As minhas amigas que fiz no GESTEC: Raissa, Geisa e Juliana, obrigado por tantos conselhos e por todos os momentos que compartilhamos de trocas de aprendizagem.

Agradeço a todos os gestores e monitores da brinquedoteca Cora Coralina, por confiarem no meu trabalho e participarem desta pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a realização deste trabalho e torceram para que este momento chegasse, meu muito obrigado!

*Hoje, minha certeza é outra: penso que, no dia a dia, mudando passo a passo, com pequenas mudanças numa certa direção, podemos operar a grande mudança, a qual poderá acontecer como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente. E o mais importante, isso pode ser feito já. Não é preciso mais esperar para mudar.*

*Moacir Gadotti (1998, p. 22) – Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã.*

## RESUMO

A Educação em Direitos Humanos demanda um espaço de maior notoriedade, principalmente nesse novo cenário do século XXI. Tal importância se deve ao fato dessa temática se conectar as mudanças de mentalidades e ao ensino de valores voltados para a emancipação dos sujeitos. Dessa forma, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral de estudo investigar como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser inseridas nas atividades pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina, (localizada na Universidade do Estado da Bahia, campus avançado Lauro de Freitas). Para se perseguir tal objetivo, foram idealizados os seguintes objetivos específicos: a) Compreender a partir dos referenciais teóricos e dos planos nacionais quais são os principais conceitos e propostas sobre a Educação em Direitos Humanos; b) Observar empiricamente, através de um estudo de caso as possibilidades de inserção dos Direitos Humanos nas atividades da brinquedoteca, e; c) propor boas práticas sobre como utilizar a brinquedoteca para educar em direitos humanos e em conformidade com os objetivos para o desenvolvimento sustentável. Em caráter de hipótese, acredita-se que a educação em Direitos Humanos consegue ser inserida na brinquedoteca através das boas práticas para tal educação. Com relação aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de caso em conjunto a uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória, ancorada em uma pesquisa bibliográfica, com fichamentos oriundos da revisão de literatura, análise de documentos, aplicação de questionário e observação de campo. Para atender as propostas metodológicas apresentadas utilizamos referências de autores como: Rocha (2018), Carbonari (2008; 2019), Monteiro (2013), Freire (1996; 2011), Candau (1995;2008), Benevides (2000; 2007) entre outros. Esta pesquisa se justifica por ser uma temática emergente na sociedade e por fomentar discussões que merecem mais atenção, principalmente diante do desafio que pedagogos encontram em educar para a diversidade e de criar uma cultura de educação voltada para a construção humana e em nome do diálogo para a paz. Por fim, a partir do diagnóstico levantado, apresentaremos um caderno de boas práticas que será submetido às editoras universitárias e particulares para ser uma ferramenta que colabore com gestores e professores no desenvolvimento de ações relacionadas ao campo da Educação em Direitos Humanos. Destaca-se ainda a importância de adotar tais propostas a fim de promovê-las como um campo de ação e conhecimento essenciais nas práticas educacionais.

**Palavras-chave:** Educação. Direitos Humanos. Pedagogia. ODS. Práticas Pedagógicas.

## ABSTRACT

Human Rights Education demands a space of greater notoriety, especially in this new scenario of the 21st century. Such importance is due to the fact that this theme is connected to changes in mentalities and the teaching of values aimed at the emancipation of subjects. In this way, the present research presents as an object of study to investigate how good practices for Human Rights Education can be inserted in the pedagogical activities of the Cora Coralina toy library, (located at the State University of Bahia, Lauro de Freitas advanced campus). To pursue this objective, the following research steps were devised: a) Understand from theoretical references and national plans which are the main concepts and proposals on Education in Human Rights; b) Conducting interviews with the subjects working in the toy library, and; c) To observe empirically, through a case study, the possibilities of insertion of Human Rights in the activities of the toy library, and. As a hypothesis, it is believed that education in Human Rights can be inserted in the library through good practices for such education. As a hypothesis, it is believed that the creation of training activities to promote Human Rights Education may be necessary to positively intervene in social transformation. Regarding the methodological aspects, it is a case study in conjunction with a research with a qualitative approach, whose character is exploratory, anchored in a bibliographic research, records from the literature review, document analysis, application of semi-structured and field observation. To meet the methodological proposals presented, we use references from authors such as: Rocha (2018), Carbonari (2008; 2019), Monteiro (2013), Freire (1996; 2011), Candau (1995;2008), Benevides (2000; 2007) and other authors. This research is justified because it is an emerging theme in society and because it encourages discussions that deserve more attention, especially in view of the challenge that pedagogues face in educating for diversity and creating a culture of education focused on human construction for the sake of dialogue for peace. Finally, from the diagnosis raised, we will present a book of good practices that will be submitted to university and private publishers to be a tool that collaborates with managers and teachers in the development of actions related to the field of Education in Human Rights. The importance of adopting such proposals is also highlighted in order to promote them as an essential field of action and knowledge in educational practices.

**Keywords:** Education. Human rights. Pedagogy. ODS. Pedagogical practices.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aumento das mortes violentas no Brasil .....	22
Figura 2 – Queda nas mortes violentas.....	22
Figura 3 – Objetivos de desenvolvimento sustentável – ONU Brasil.....	55
Figura 4 – Triangulação de fontes.....	66
Figura 5 – Aspectos metodológicos apresentados na pesquisa .....	67
Figura 6 – Localização geográfica do Município Lauro de Freitas .....	72
Figura 7 – Imagem do bairro Itinga em Lauro de Freitas .....	72
Figura 8 – Imagem da Rua Vereador Jone Kiss (fachada da UNEB em Lauro de Freitas) .....	73
Figura 9 – Pirâmide esquemática do uso da brinquedoteca Cora Carolina .....	75
Figura 10 – Imagem da brinquedoteca Cora Coralina.....	75
Figura 11 – Linha do Tempo reuniões com a Brinquedoteca .....	96
Figura 12 – Jogo da memória.....	89
Figura 13 – Apresentação da ODS .....	90
Figura 14 – Cartela de bingo.....	91
Figura 15 – Conto africano.....	92
Figura 16 – Nuvem de palavras .....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos publicados na BDTD (2012-2022) - Pedagogia e EDH .....	29
Quadro 2 – Artigos publicados na SciELO (2010-2020) - Pedagogia e EDH.....	31
Quadro 3 – Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Pedagogia relacionados à EDH .....	42
Quadro 4 – Componentes Curriculares de livre escolha do Curso de Pedagogia relacionados à EDH .....	44
Quadro 5 – Funcionamento da Brinquedoteca.....	53
Quadro 6 – Protocolo de Estudo de Caso da presente Investigação .....	61
Quadro 7 – Autores utilizados na pesquisa bibliográfica.....	68
Quadro 8 – Temáticas utilizadas na pesquisa bibliográfica.....	69
Quadro 9 – Dicas de documentários e filmes para discutir questões relativas aos DH .....	79
Quadro 10 – Utilização dos espaços da brinquedoteca para educar em e para os Direitos Humanos .....	81
Quadro 11 – Sequencias didáticas com atividades lúdicas em EDH .....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número referente ao conhecimento sobre DH e a EDH .....	87
Gráfico 2 – Número referente ao conhecimento do PNEDH .....	87
Gráfico 3 – Número referente à formação em EDH .....	88
Gráfico 4 – Número referente a importância da capacitação para trabalhar com a EDH.....	89
Gráfico 5 – Número referente à consulta ao PNEDH ou as DNEDH no planejamento pedagógico.....	89
Gráfico 6 – Número referente à promoção da EDH na brinquedoteca .....	90
Gráfico 7 – Número referente se há interesse por parte das monitoras no caderno de Boas práticas.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CRDH	Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades
CF	Constituição Federal
DEDC I	Departamento de Educação do Campus I
DH	Direitos Humanos
DNEDH	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
EDH	Educação em Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GESTEC	Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PIBID	Programa de Iniciação à docência
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
PPP	Projeto político Pedagógico
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEMED	Secretaria de Educação do Município de Lauro de Freitas
TS	Tecnologia Social
TCC	Trabalho de conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
<b>1.1 Trajetória da pesquisadora até o objeto de investigação.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Justificativa e contextualização da pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Organização do trabalho .....</b>	<b>18</b>
2 REVISÃO DE LITERATURA .....	20
<b>2.1 O que são os direitos humanos: algumas considerações iniciais.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Aportes teóricos sobre a educação em direitos humanos.....</b>	<b>25</b>
2.2.1 Estudos convergentes a temática .....	28
<b>2.3 O plano nacional de educação em direitos humanos: um caminho para a construção de uma cultura em DH .....</b>	<b>32</b>
2.3.1 Diretrizes para a educação em direitos humanos .....	36
<b>2.4 O papel da EDH no currículo do pedagogo .....</b>	<b>38</b>
<b>2.5 O lúdico na brinquedoteca: uma nova formação dos sujeitos de direito ....</b>	<b>46</b>
2.5.1 Brinquedoteca: Espaço de brincar e encantar.....	48
2.5.1.1 Brinquedotecas no contexto histórico.....	49
2.5.1.2 Brinquedoteca Universitária .....	51
2.5.1.3 Brinquedoteca universitária do DEDC I da UNEB .....	52
2.5.2 Compromisso com a agenda 2030.....	55
3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	58
<b>3.1 Contexto da investigação .....</b>	<b>58</b>
<b>3.2 Questão de pesquisa .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 Dos objetivos.....</b>	<b>60</b>
3.3.1 Objetivo Geral .....	60
3.3.2 Objetivos específicos.....	61
<b>3.4 Escolhas metodológicas .....</b>	<b>61</b>
<b>3.5 Instrumentos da coleta de dados .....</b>	<b>67</b>
<b>3.6 Etapas da pesquisa .....</b>	<b>68</b>
3.6.1 Primeira etapa – Levantamento bibliográfico e documental.....	68
3.6.2 Segunda etapa – Instrumentos para análise de dados .....	70
3.6.3 Terceira etapa – Interpretação do conteúdo.....	71
<b>3.7 Caracterização do campo de pesquisa .....</b>	<b>71</b>

<b>3.8 Requisitos de Tecnologia Social e Educacional</b> .....	77
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO</b> .....	78
<b>4.1 Apresentação: Boas práticas pedagógicas a partir de uma abordagem da educação em direitos humanos</b> .....	78
<b>4.2 Educar em direitos humanos</b> .....	79
<b>4.3 Como será essa proposta de boas práticas para educar em direitos humanos?</b> .....	79
<b>4.4 Objetivos do caderno de boas práticas:</b> .....	80
<b>4.4.1 Etapa I – Dicas de documentários e filmes para discutir a temática</b> .....	80
<b>4.4.2 Etapa II – Sequencias didáticas com atividades lúdicas em Direitos Humanos</b> .....	81
<b>5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO FORMULÁRIO: PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	85
<b>5.1 Análise dos questionários respondidos pelos(as) monitores (as) da brinquedoteca</b> .....	85
<b>5.2 Análise dos questionário respondido pela coordenadora da brinquedoteca</b> .....	92
<b>5.3 Observação dos encontros e programa piloto</b> .....	94
5.3.1 Encontros .....	95
5.3.2 Primeiros passos .....	100
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b> .....	105
<b>APÊNDICES</b> .....	110
Apêndice A – TCLE .....	110
Apêndice B - Questionário .....	113
<b>ANEXOS</b> .....	115

## 1 INTRODUÇÃO

*Creio numa força imanente que vai ligando a família humana numa corrente luminosa de fraternidade universal.*

*Creio na solidariedade humana. Creio na superação dos erros e angústias do presente.*

*Cora Coralina (1997) – Vintém de cobre.*

A presente investigação está vinculada ao departamento de educação do Programa de Pós-Graduação de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (PPG GESTEC<sup>1</sup>). O GESTEC é um programa *Stricto-Sensu* na modalidade profissional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A escolha pelo programa alinha-se com o objetivo do projeto em pesquisar sobre inovações educacionais públicas. Isso porque o GESTEC tem vasta atuação na produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento de tecnologias que auxiliam na gestão educacional.

O estudo conta com o apoio do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades (CRDH/UNEB), que foi inaugurado em 2017 e funciona no centro histórico de Salvador no bairro do Pelourinho. O CRDH concentra-se na área interdisciplinar e é referência em pesquisa e inovação social, além de investigar a atuação no campo da defesa e promoção dos Direitos Humanos, assim como também para a educação (CRDH, 2017).

A presente pesquisa foi considerada aprovada pelo parecer consubstanciado do comitê de ética da UNEB.

### 1.1 Trajetória da pesquisadora até o objeto de investigação

Esta pesquisa apresentou seus primeiros esboços relacionados a temática de Educação em Direitos Humanos (EDH) diretamente ligados à trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora, o que concerne do fato de ser mulher negra, moradora de região periférica de Salvador, professora de escola pública e discente do curso de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (universidade pública, aberta, democrática e que oferece uma educação de qualidade). A pesquisadora não só

---

<sup>1</sup> O GESTEC é aprovado pelo Conselho Universitário – CONSU, através da Resolução n. 772/2010 e recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

conhece como também “respira” a educação pública, e sendo conhecedora desse espaço, reconhece suas necessidades, suas dores, carências e também seus pontos positivos que precisam ser fortalecidos.

É importante ressaltar que os primeiros ensaios dessa pesquisa se iniciaram ainda no período de graduação da pesquisadora, através dos grupos de pesquisas que tratavam sobre a temática em questão, em seguida, através do PIBIC (Programa de Iniciação Científica) como bolsista com o projeto também relacionado ao campo da EDH no segmento da educação infantil e no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que resultou numa monografia sobre a EDH no currículo do curso de pedagogia.

Posteriormente, já formada e atuando como pedagoga em escolas de educação básica em Lauro de Freitas, uma grande inquietação tomou conta de si, ao perceber que a EDH muitas vezes não fazia parte como conteúdo específico e tão pouco como tema transversal nos planejamentos pedagógicos no segmento da educação infantil, a autora notou que precisava de algo a mais em seu exercício.

Já atuando no ensino fundamental I presenciou a criação de projetos propostos pela secretaria de educação do município de Lauro de Freitas que usavam temáticas relacionadas a EDH como estratégia, porém, também foi notado a dificuldade apresentada por professores em avançar na escolha de atividades pedagógicas para trabalhar com essas propostas. Dessa forma, emergiu na pesquisadora a vontade de colaborar com os seus pares na criação de atividades para trabalhar com a EDH na escola onde atuava.

Atualmente essa aspiração vem sendo corporificada através desse trabalho de mestrado intitulado: PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na Brinquedoteca Cora Coralina.

Dito isso, cabe também explanarmos que a presente investigação é fruto do desejo particular da pesquisadora de devolver de alguma forma a sociedade todo o conhecimento que foi empoderado na universidade pública, atrelado ao sentimento de pertencimento e gratidão por ter encontrado nesse espaço o incentivo de professores para proceder com o exercício na pesquisa.

A escolha pela brinquedoteca Cora Coralina como lócus de pesquisa justifica-se pelo fato desse local funcionar como laboratório para os estudantes de pedagogia da UNEB - Lauro de Freitas, a primazia por esse espaço reflete-se também por ter



sido o local no qual a pesquisadora atuou como monitora em seu estágio curricular em gestão, e foi justamente no estágio que surgiu a iniciativa de realizar ações e projetos que atendessem as propostas voltadas para a educação em direitos humanos e para o desenvolvimento sustentável, e ali pôde apesar das dificuldades, iniciar ações e projetos relacionados a temática em questão.

E é neste cenário, enquanto aluna e professora de instituições públicas que a pesquisadora reconhece a força que professores com entusiasmo e engajamento têm “em mãos” para transformar a educação. Pois, foi a partir desse itinerário de reflexões e dificuldades que aflorou em si a vontade de colaborar de alguma forma com o seu próprio ofício e com o de seus pares, tendo em vista, o fomento de uma educação transformadora, tanto para a ampliação de conhecimentos científicos, como na promoção de uma formação social e mais humana.

Até mesmo porque a educação, conforme propunha Paulo Freire, deve ser alicerçada a um compromisso de desenvolvimento social, que busca conhecer a realidade para transformá-la.

E por acreditar no caráter transformador da educação e pela tentativa de alcançar o compromisso presente na agenda 2030 para um mundo melhor e mais sustentável, buscaremos nesse trabalho contribuir com o desenvolvimento de habilidades com um foco especial nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, que ao ser contextualizada com a realidade no qual o lócus da pesquisa está inserido, tornam-se um dos principais pontos que desejamos alcançar ao findar essa pesquisa.

Enfim, perante a inquietação de que nós (profissionais da educação) precisamos ressignificar o nosso papel em sala de aula, principalmente diante do cenário atual (onde as escolas e seus alunos vêm sendo alvo de ataques violentos)<sup>2</sup> consideramos importante a reflexão sobre novas práticas, para que assim, se torne possível fazer com que nossa atuação seja de fato instrumento de luta para modificar um pouco a nossa sociedade e multiplicar a cultura de paz.

---

<sup>2</sup> Uma professora morre e três ficam feridas em ataque a escola estadual em SP; Crime ocorreu na manhã desta segunda-feira (27) na E.E. Thomazia Montoro, na Vila Sônia. PM afirma que agressor, um aluno da escola, foi contido e apreendido, e as vítimas, socorridas a hospitais da região. Quatro crianças são mortas em ataque a creche em Blumenau; homem foi preso. Criminoso invadiu a escola com uma machadinha, matou crianças e depois se entregou à polícia. Cinco crianças ficaram feridas.

## 1.2 Justificativa e contextualização da pesquisa

Ao pesquisarmos sobre a educação do século XXI é possível perceber que o debate sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH) vem se tornando cada vez mais eminente, os discursos sobre a referida temática encontram-se em efervescência, principalmente no campo acadêmico, cada vez mais se discute sobre o conceito e as normativas que tratam da EDH, porém ao refletirmos sobre a efetivação desse campo (em especial nas escolas) percebemos uma certa estagnação. A EDH muitas vezes não está presente nas escolas como conteúdo específico e tão pouco como tema transversal nos planejamentos pedagógicos.

A efetivação de políticas públicas voltadas para o campo da EDH é uma demanda urgente, e mesmo que a adoção dessa abordagem nos planejamentos e na prática escolar não seja uma tarefa fácil, ainda assim, continua sendo uma conduta necessária para formar cidadãos mais críticos e atuantes. Educar nesse sentido exige tempo, compromisso e conhecimento de quem o faz, e para tornar essa prática possível é preciso repensar a função do professor no sentido de que seja possível construir uma escola promotora da cultura de paz, mas, volto a afirmar que primeiramente será necessário entender como é que isso realmente pode ser feito para não cairmos na anosa “armadilha” da dicotomia entre prática e teoria.

Enfim, são muitos os desafios postos para a educação do século XXI, as escolas enfrentam hoje uma série de violências, de problemas de ordens sociais, morais, emocionais e entre outros que afetam esses espaços de forma evidente. De tal modo, a adoção de uma conduta defensora dos Direitos Humanos (DH) se torna primordial para a superação dessas adversidades. O fato é que a EDH é condição *sine qua non*<sup>3</sup> para esse contexto no qual os espaços educacionais estão inseridos hoje, o que falta agora é uma maior clareza de como podemos efetivar muitas dessas ações que estão apenas no papel, tornando-as práticas consistentes no cotidiano escolar.

Outra circunstância perceptível, é que ao longo dos anos a educação no Brasil foi passando por inúmeras transformações, foram muitas pesquisas, ações e projetos inovadores que passaram a ser desenvolvidos em prol de resolver

---

<sup>3</sup> Define-se “*Sine qua non*” como algo “Extremamente importante, essencial; que não se pode nem se consegue dispensar; Algo indispensável ou essencial para que outra coisa aconteça.” Etimologia (origem de *sine qua non*). Do latim sine 'sem', qua 'o qual', non 'não'. (DICIO, 2023)

problemas que persistem na nossa sociedade e reflete na escola há séculos. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 e o mais recente Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 são instrumentos positivos que visam melhorar a educação brasileira, sendo que a EDH é um ponto em comum para o alcance desse objetivo.

Porém, além da necessidade de uma abordagem com foco nas propostas da EDH de forma lúdica e transversal em espaços educacionais, a promoção dos Direitos Humanos é algo que ainda devemos avançar, visto que existe uma dificuldade no desenvolvimento prático de ações nessa esfera. Por isso ao refletirmos sobre o papel da escola e sobre o que é ser professor na contemporaneidade não conseguimos sanar a angústia que existe com a possibilidade de falhar ao ensinar num espaço que há tempos demonstra estar em colapso.

Infelizmente não é possível encontrar uma zona de conforto quando se fala em repensar o papel da escola, até mesmo porque a maioria de nós (professores) não derivamos de uma cultura de educação como construção humana, até pouco tempo atrás a educação nos foi concebida como algo utilitário, apenas para passar no vestibular ou para conseguir um emprego, enfim, era o ensino bancário que Paulo Freire tentou romper. E é justamente nesse ponto do rompimento de velhas práticas que provavelmente reside a maior dificuldade, pois, é difícil entender como promover uma escola mais humana se muitos de nós não fomos formados nesse contexto.

Dessa forma, pensar em trabalhar com mudança de mentalidades é algo novo, e que além do conhecimento necessário, requer compromisso. A tarefa que emerge no momento é a transformação do ambiente educacional (que muitas vezes é tratado com hegemonia) em um espaço de construção de valores e emancipação, com pessoas que respeitem as diferenças, contemplem as diversidades e que defendam o nosso planeta e a democracia.

A própria formação do pedagogo por si só descortina o carecimento dos estudos em EDH, primordialmente pelo fato da atuação desses profissionais estar majoritariamente voltada a formação de crianças que são a base para a transformação do futuro da nossa sociedade.

Considerando o que foi exposto até aqui e tencionados de que a Educação em Direitos Humanos consiste no ensino de valores necessários para garantir que não haja a violação dos nossos direitos, sendo que estes são capazes de criar uma cultura de diálogo pela paz e formar para a cidadania, afirmamos ser importante priorizar esse tipo de metodologia nas escolas. Principalmente diante dos últimos acontecimentos, onde foi possível perceber que até hoje existem pessoas que saem nas ruas atacando a democracia, clamando por atos golpistas, bradando discursos de ódio, enaltecendo torturadores e rotulando os direitos humanos como coisa de bandido.

Diante disso, consideramos relevante o estudo da temática de tal modo que adotá-lo no campo da educação torna-se essencial para mudanças de atitudes e mentalidades.

Destarte, realizar pesquisas sobre Educação em Direitos Humanos justifica-se pelo seu nível de relevância para o campo social, já que a escola e o ensino são reguladores da nossa sociedade. A produção de conhecimentos nessa área viabiliza o enfrentamento e a superação de inúmeros conflitos éticos e sociais existentes na escola e concomitantemente em nossa sociedade. Neste sentido, este tema poderá contribuir para promover no âmbito social e educacional uma cultura de respeito à dignidade humana, que é um dos princípios que sustentam a democracia e as sociedades humanas mais desenvolvidas.

### **1.3 Organização do trabalho**

Buscamos responder neste trabalho a seguinte questão de pesquisa: **como boas práticas para a educação em Direitos Humanos podem ser fomentadas nas ações pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina?**

Para responder tal questionamento, apresentamos nosso objetivo que é **investigar como boas práticas para a educação em Direitos Humanos podem ser inseridas nas atividades pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina.**

Bem como compreender a partir dos referenciais teóricos e dos planos nacionais quais são os principais conceitos e propostas sobre a EDH, além disso, observar empiricamente, através de um estudo de caso as possibilidades de inserção dos Direitos Humanos nas atividades da brinquedoteca, e propor boas

práticas sobre como utilizar a brinquedoteca para educar em direitos humanos e em conformidade com os objetivos para o desenvolvimento sustentável-ODS.

O presente trabalho está dividido em capítulos, sendo que o primeiro é referente à introdução, onde apresentamos a autora, a justificativa para o projeto, a temática contextualizada ao momento atual, além da questão de pesquisa e dos objetivos a serem respondidos.

No segundo capítulo apresentamos um mapeamento do debate teórico sobre os Direitos Humanos, a educação em Direitos Humanos e o papel do pedagogo e da brinquedoteca. Este capítulo será dividido em subseções que abordarão questões como: o conceito de Direitos Humanos e sua trajetória; a definição e finalidade da Educação em Direitos Humanos; a criação de diretrizes e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; a formação e o currículo do pedagogo; reflexões sobre o brincar, a brinquedoteca e as atividades lúdicas como recurso de aprendizagem para a EDH e a importância de atingir aos ODS nessa atual conjuntura.

O terceiro capítulo é a apresentação do percurso metodológico, que justifica as decisões tomadas e a metodologia adotada, bem como: a natureza da pesquisa, tipo de abordagem e procedimentos adotados para a coleta de dados, além da caracterização do lócus da pesquisa, findando o capítulo com a apresentação do produto resultante do objeto de estudo.

E por fim, será apresentado os achados da pesquisa e logo após as considerações finais.

Entretanto, é importante ressaltar que devido aos impactos da pandemia do COVID 19 e acatando as orientações de isolamento social que foram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, algumas adaptações foram necessárias no decorrer da pesquisa.

Enfim, o universo escolhido para desenvolver essa pesquisa, a motivação para o estudo nessa área, bem como a organização desse trabalho, tem o intuito de apresentar contribuições para uma educação mais humana, igualitária e democrática.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (1948)*  
- Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faremos no decorrer das subseções que compõe este capítulo o debate teórico sobre a temática em questão.

Na primeira subseção será abordado o conceito de Direitos Humanos e sua trajetória até o contexto atual, situando o Brasil no cenário de lutas por esses direitos.

A segunda subseção trata da definição, formação e finalidade da Educação em Direitos Humanos e como ela aparece nos currículos escolares. Além de apresentar o estado da arte através do levantamento de dados na BDTD e SciELO. Questões como a criação de políticas públicas para a construção de uma cultura de direitos humanos, implementação de diretrizes nos diferentes níveis de educação e elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos também serão tratadas no decorrer dessa seção.

Na terceira subseção será investigado a categoria de análise que trata sobre formação do pedagogo, apresentando aspectos da pedagogia histórico-crítica e considerações sobre o currículo do curso de pedagogia.

Já na quarta subseção apontaremos reflexões sobre as brinquedotecas, o brincar na formação da criança e as atividades lúdicas como recurso de aprendizagem para a EDH.

Esse capítulo será finalizado com o compromisso da agenda 2030 para a construção de um mundo mais humano e sustentável.

### **2.1 O que são os direitos humanos: algumas considerações iniciais.**

Antes de iniciarmos uma análise sobre do que se trata e para que serve a Educação em Direitos Humanos é necessário conceituar o que de fato são os Direitos Humanos (DH).

Fundamentalmente os direitos humanos são direitos considerados essências para qualquer ser humano. Direitos Humanos conforme Benevides (2000, p. 3) “São aqueles direitos comuns a todos, sem distinção de cor, nacionalidade, sexo, classe social, religião, etnia, instrução ou julgamento moral.” Decorrem do reconhecimento da dignidade que é intrínseca a todo ser humano.

De acordo com Castilho (2011), fatos históricos no mundo apontam para importantes progressos sobre a proteção de direitos básicos do ser humano que existiram em diferentes conjunturas como por exemplo na Revolução Americana e na Revolução Francesa no século XVIII. Porém, foi apenas no século XX após a segunda guerra mundial que esses direitos foram estabelecidos em caráter universal através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da ONU, que em seu artigo I proclama que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.” (ONU, 1948)

Situando o Brasil nesse cenário de lutas pelos DH, basta retomar aos livros de história para lembrar a longa trajetória de violações dos direitos humanos enfrentadas em diferentes momentos por nossa nação, seja nos relatos do período de colonização portuguesa, de dizimação da população indígena e implantação do trabalho escravo de povos africanos, ao período de ditadura militar (que ficou marcado por muitos episódios de torturas e assassinatos a opositores políticos), até o mais recente caso de violações cometidos contra os povos Yanomami<sup>4</sup>. O fato decorrente é que os direitos humanos foram violados em diferentes recortes históricos, sendo necessário reforçá-los até hoje, para que situações de desrespeito a esses direitos não voltem a acontecer.

E Infelizmente, até os dias de hoje existem um grande número de vidas que se perdem de forma violenta<sup>5</sup> no Brasil. Como se pode ver nas figuras 1 e 2.

---

<sup>4</sup> O Ministério dos Povos Indígenas divulgou que 99 crianças do povo Yanomami morreram devido ao avanço do garimpo ilegal na região. Os dados são referentes a 2022, e as vítimas foram crianças entre um a 4 anos. As causas da morte são, na maioria, por desnutrição, pneumonia e diarreia. A pasta estima que ao menos 570 crianças foram mortas pela contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. Além disso, em 2022 foram confirmados 11.530 casos de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, distribuídos entre 37 Polos Base. As faixas etárias mais afetadas estão entre os maiores de 50 anos, seguidas pelas faixas de 18 a 49 anos e de 5 a 11 anos. Fonte: Gov.br, publicado em 21/01/2023 12h05

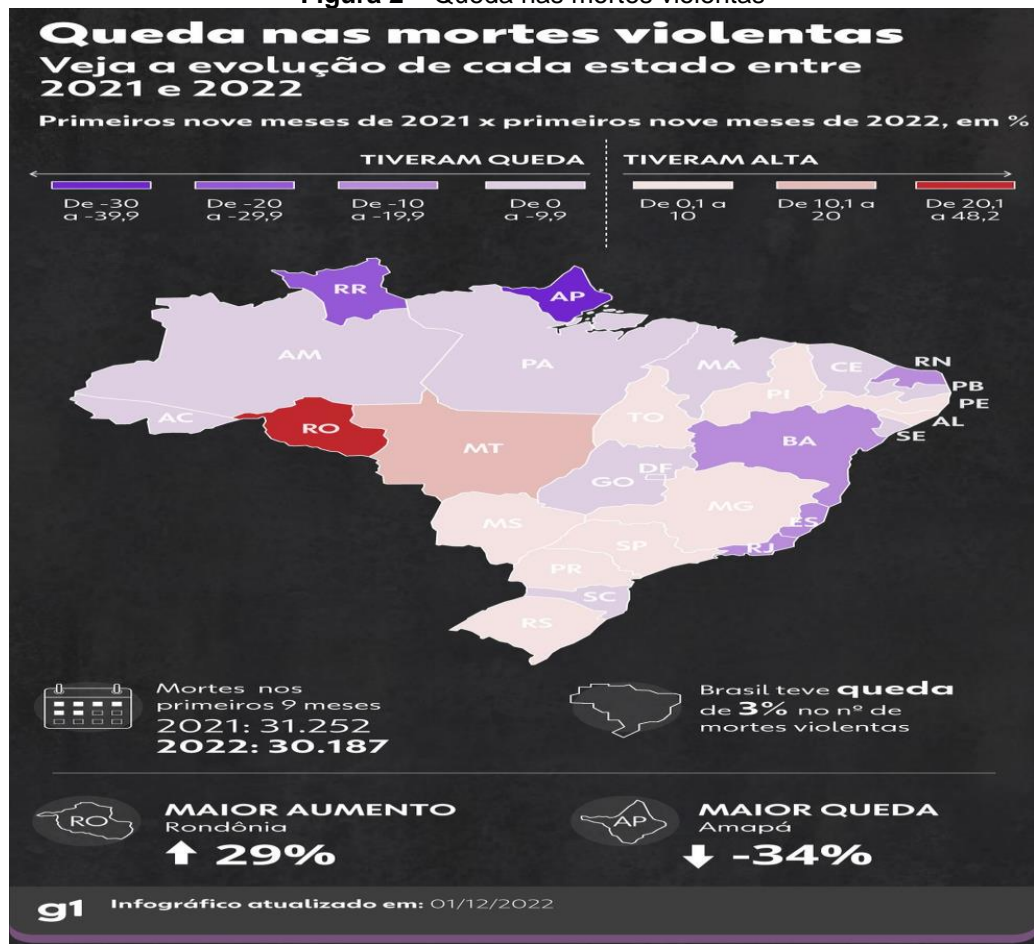
<sup>5</sup> Segundo dados do Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve 43.892 assassinatos em 2020, o que significa 2.162 mortes a mais que em 2019. Já no ano de 2022, houve

Figura 1 – Aumento das mortes violentas no Brasil



Fonte: G1-Globo, 2022.

Figura 2 – Queda nas mortes violentas



Fonte: G1-Globo, 2022.

A maioria dessas mortes tratam-se de vidas da população negra. Muitas vezes são vidas de pessoas que não tiveram acesso a direitos básicos como

uma queda no número de mortes violentas, mesmo com a diminuição os números acendem um alerta.



educação, moradia e emprego. Vidas abandonadas pelo poder público, que são negligenciadas e esquecidas por grande parte da nossa sociedade.

É lamentável, mas o crescimento do número de mortes entre a nossa população negra não causa o impacto que deveria e tão pouco é pauta de urgência entre as entidades públicas. Isso nos faz refletir sobre o rumo dos direitos humanos no Brasil, e sobre o porquê esses direitos ainda são negados, deixando a sensação de que até hoje existem vidas que não são “respeitáveis”.

Esse cenário de desigualdade, exclusão e negação dos direitos humanos à uma parcela da humanidade Carbonari (2019) chama de contexto de exclusão e morte, demonstrando que no Brasil infelizmente existem vidas que não são enxergadas como importantes e que por tanto são matáveis.

O fato é que o Brasil sempre enfrentou fases difíceis de negação aos direitos humanos. Sendo que nessa trajetória foi preciso passar por períodos de muita resistência para que todo e qualquer ser humano pudesse ser reconhecido como um ser digno. E mesmo com o avanço alcançado a partir da criação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que incorporou firmamentos da DUDH, tratando sobre fundamentos de direito à vida, liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana e estabelecendo o Estado Democrático de Direito, ainda assim o Brasil continuou a conviver com o desrespeito às essas normativas e ainda sofre com a falta de proteção a dignidade humana a uma parcela da nossa sociedade. (CANDAU E SACAVINO, 2013)

Uma das possíveis explicações para a não proteção aos DH baseia-se na falta de conhecimento por grande parte da população sobre o significado desses direitos pois, muitas vezes baseado no senso comum esse termo vem sendo utilizado de forma desdenhosa, existe uma clara tentativa de limitar sua definição a “defesa de criminosos”, para tentar justificar que não são todos que são merecedores desses direitos.

Carbonari (2019) cita o avanço de posições conservadoras como uma barreira a valorização dos direitos humanos na medida que “argumenta” que a dignidade humana não é uma condição comum a todos os seres humanos, naturalizando que nem todos têm a humanidade dentro de si, portanto não são todos que devem gozar desses direitos. Concordamos com Carbonari ao apontar que esse

tipo de discurso revela o desafio que o campo dos direitos humanos ainda precisa enfrentar no nosso país.

O fato é que não cabe a discriminação quando falamos de direitos humanos, todo e qualquer ser humano deve ter acesso ao que for necessário para viver com dignidade.

E um ponto importante para superar os desafios apresentados é esclarecer de uma vez por todas que os direitos humanos são universais, seu conceito está relacionado com a afirmação e reconhecimento dos seres humanos em sua inteireza.

Sendo assim, Rocha (2014, S/D) lembra que:

O conceito de direitos humanos é uma pedra angular de nossa humanidade. Tais direitos não são concedidos porque somos cidadãos de uma nação, mas porque são direitos de toda a humanidade independente de qualquer distinção. O conceito de direitos humanos universais é, desse ponto de vista, uma ideia unificadora, algo que torna cada um de nós importante (pouco importa onde vivamos e a que país pertencamos), algo que podemos todos partilhar (apesar da diversidade dos sistemas jurídicos dos nossos respectivos países). Os direitos humanos não são frutos de um país ou de um povo. Eles são concebidos pela humanidade para toda a humanidade.

Ou seja, toda pessoa (sem nenhum tipo de distinção) é um sujeito de direitos. Ao tratarmos de direitos humanos é preciso deixar claro que esses direitos são de todos e para toda a humanidade, pois estão garantidos como direitos universais.

O desafio que surge diante da incumbência de adotar estratégias para a promoção dos direitos humanos é o de assegurar a efetivação do acesso a políticas públicas nesse campo. Um bom ponto de partida para a resolução desse desafio está na educação. A educação é concebida aqui como a base para o exercício pleno da cidadania de qualquer pessoa. É daqui que emergi nossa temática central, que está relacionada a educar para uma conduta de afirmação de direitos e valores humanos como mecanismo de inovação para a política pública educacional.

Conforme Rocha (2018, S/D)

As políticas públicas em direitos humanos, especialmente, em EDH pressupõe o direito à representação dos vários campos sociais, ou seja, da diversidade, em que os grupos tenham voz, presença no espaço público e, principalmente, capacidade de intervenção em todo o processo. Cabe ao Estado, como base nos princípios constitucionais, promover essa participação da forma mais intensa possível. As políticas públicas de direitos humanos, por sua vez, são a materialização dos direitos humanos.

Concordamos com Rocha ao assegurar que cabe ao Estado criar espaços de representações sociais, e isso infere na promoção de políticas públicas em DH também para o campo da educação, que atualmente está prejudicado por medidas políticas que limitam direitos básicos como bem lembra o autor Carbonari (2019) ao abordar sobre a Emenda Constitucional nº 95 que estabeleceu por 20 anos o teto de gastos, tal medida atinge negativamente a população mais pobre, já que os afastam do acesso aos direitos básicos em nome da política orçamental, aumentando assim a desigualdade social.

Enfim, é preciso garantir a efetivação de propostas educacionais que reforcem os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade necessários para a garantia da dignidade à pessoa humana, a fim de reverberar uma cultura de respeito aos direitos humanos. Para entendermos mais sobre o funcionamento dessas políticas públicas em DH na educação, falaremos na próxima seção sobre a Educação em Direitos Humanos.

## **2.2 Aportes teóricos sobre a educação em direitos humanos**

A proposta para Educação em Direitos Humanos tem início com o reconhecimento do direito humano à educação, pois é através da educação que se torna possível conhecer e reivindicar outros direitos, permitindo assim o pleno gozo da cidadania. De acordo com o caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais: “educar para os direitos humanos significa preparar os indivíduos para que possam participar da formação de uma sociedade mais democrática e mais justa.” (BRASIL, 2013, p. 34.)

No Brasil apesar da trajetória da EDH ser incipiente, os seus princípios estão no auge das discussões acadêmicas. Foi apenas no século XXI que o cenário de promoção aos direitos sociais ganhou força e conseqüentemente vem consolidando a Educação em Direitos Humanos e suas dimensões. Hoje existe uma concordância em relação a necessidade destas propostas para a formação de uma sociedade democrática através do desenvolvimento de ações que promovam valores humanos.

De acordo com Benevides (2000, p.1):

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.

Ainda conforme Benevides, a essência do trabalho com a EDH está na formação de uma cultura que permita a vivência de valores de paz, de liberdade, de justiça, de igualdade e de tolerância entre outros. Ainda conforme a autora, esses valores precisam ser colocados em prática para influenciar e fortalecer comportamentos de preservação a dignidade humana. (BENEVIDES, 2000, p. 1)

Sobre a inculcação de valores que Benevides aborda em seu texto, analisemos a concepção que o autor Sandoval também traz para esse tema:

O objetivo dessa abordagem é infundir ou internalizar determinados valores que são considerados desejáveis. Se o sujeito da educação (criança ou jovem) deve ser protagonista de sua liberdade que devemos salvar, em qualquer caso, que seja ele quem descubra os valores e opte livremente por eles. (SANDOVAL, 2014, p. 43, tradução nossa<sup>6</sup>)

Entretanto, inculcar nos atores escolares essa cultura de respeito à dignidade humana não é tarefa simples e não é do dia para noite que vamos conseguir superar esse desafio. O ponto de partida para mudança dessa realidade está no currículo educacional, que precisa de novas propostas e abordagens que consolidem a EDH, outro ponto importante, mas que abordaremos no decorrer da pesquisa é a formação do profissional pedagogo, que necessita cada vez mais de um preparo específico nesse campo de conhecimento.

Candau (2007), apresenta uma crítica ao currículo educacional formal que ainda mantém a escola como um espaço arraigado de práticas análogas ao século passado, o que dificulta a realização do trabalho com a EDH.

Mas, apesar da dificuldade na corporificação do trabalho com a EDH, Monteiro e Tavares ressaltam o porquê de ainda assim termos razões para exigir a concretização da educação em direitos humanos, destacando que:

---

<sup>6</sup> “Inculcación - El objetivo de este enfoque es infundir o internalizar determinados valores que son considerados como deseables. Si el sujeto de la educación (niño o joven) ha de ser el protagonista de su libertad hemos de salvar, en cualquier caso, que sea él quien descubra los valores y opte libremente por ellos.” (SANDOVAL, 2014, p. 43)

Educar em direitos humanos potencializa nas pessoas o respeito ao ser humano e à sua dignidade, os valores democráticos, a tolerância e a convivência dentro das regras do estado de direito, sendo capaz de contribuir para que as pessoas assumam o papel de protagonistas de sua história, conscientes de suas responsabilidades sociais, políticas, culturais e artífices das transformações necessárias a cada realidade (MONTEIRO e TAVARES, 2013, p. 52-53).

Sandoval (2014, p. 59, tradução nossa<sup>7</sup>) também trata sobre o como é necessário e urgente a promoção dos direitos humanos nos espaços educacionais através do currículo, da didática e da própria convivência escolar.

Além disso o autor traz uma bordagem sobre a dimensão formativa que dá sentido a educação de valores desde a infância ressaltando que:

Da mesma maneira, sua concepção e organização evitam o risco de focar no trabalho educativo apenas em torno do que é urgente e que aparece em um determinado momento de maneira espetacular. Eles tornam explícito o compromisso da educação com a totalidade da pessoa humana, com o respeito pela sua dignidade e com a defesa e promoção dos direitos humanos no nível micro e macro. (SANDOVAL, 2014, p. 48, tradução nossa<sup>8</sup>)

Com base nas produções literárias trazidas aqui até o momento, é possível perceber que existe uma confluência entre a ideia de uma educação voltada para valores que questionem os contextos sociais atuais nos quais as pessoas se inserem. Portanto, não há como separar da escola o ensino de valores e a conscientização de direitos, já que essa instituição tem como um dos seus papéis preparar para a cidadania.

Dessa forma, a definição de EDH vem sendo tratada em artigos, livros entre outras produções acadêmicas, como uma formação integral e humanitária dos sujeitos para participarem de forma ativa e consciente na sociedade, combatendo qualquer tipo de discriminação e violência. Podemos entender melhor qual a finalidade da EDH, reportando-se a seguinte citação:

---

<sup>7</sup> “De acuerdo a lo planteado, es necesario y urgente, desde los espacios educativos (currículum, didáctica, convivencia escolar) conocer y potenciar los derechos humanos reconocidos internacionalmente, tanto los de primera, segunda, como de tercera generación.” (SANDOVAL, 2014, p. 59)

<sup>8</sup> “De la misma manera, su concepción y organización evita el riesgo de centrar la labor educativa solamente en torno a lo que es urgente y que aparece en un momento determinado de manera espectacular. Ellas hacen explícito el compromiso de la educación con la totalidad de la persona humana, con el respeto a su dignidad y con la defensa y promoción de los derechos humanos a nivel micro y macro.” (SANDOVAL, 2014, p. 48)

A finalidade maior da EDH, portanto, é a de **atuar na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir ao desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã**, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade. Dessa forma, uma pessoa que goza de uma educação neste âmbito, é capaz de atuar frente às injustiças e desigualdades, reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais, reconhecendo o outro com iguais direitos, dentro dos preceitos de diversidade e tolerância, valorizando assim a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e a solidariedade (TAVARES, 2007, p. 488, grifo da autora).

Por mais que o alcance dessa finalidade pareça uma missão complexa e lenta, todavia é necessária para a educação da contemporaneidade, para impulsionar os indivíduos desde cedo no conhecimento e nas lutas pela garantia de liberdade e de igualdades de direitos. Educar para os direitos humanos é o caminho mais propício para empoderar grupos que se encontram em estado de maior vulnerabilidade para que no futuro seja possível corrigir falhas sociais, no sentido de fortalecimento da democracia e da criação de um estado de paz.

Sabendo que os princípios da EDH são indispensáveis nas práticas educativas para o desenvolvimento integral do indivíduo, buscaremos a seguir compreender o estado da arte para esse campo de conhecimento.

### 2.2.1 Estudos convergentes a temática

O ponto de partida para o estudo proposto foi por meio da busca de trabalhos e discussões acadêmicas nesse campo de conhecimento, realizadas no Brasil até o presente momento, em duas fontes de dados distintas.

A partir dos levantamentos realizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO) relacionadas à temática educação em direitos humanos no campo da pedagogia, foram encontrados 15 trabalhos. Consideramos o recorte temporal de 10 anos, sendo de 2012 a 2022. As palavras chaves utilizadas para filtrar a pesquisa foram: pedagogia e educação em direitos humanos (que deveriam aparecer no título e/ou tema do trabalho).

Em relação à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações foram encontradas doze dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado, como é possível perceber no quadro a seguir.

**Quadro 1** – Trabalhos publicados na BDTD (2012-2022) - Pedagogia e EDH

<b>QUADRO 1. Distribuição das dissertações e teses publicadas no período de 2012 a 2020 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)</b>					
<b>Ano</b>	<b>Autor/a</b>	<b>Tipo de publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tema</b>
2018	Ramalho, Valdilene Hipólito	1- Dissertação Mestrado	A relação entre educação em direitos humanos e a cultura da escola: ações e práticas pedagógicas de professores da educação básica em uma escola da rede municipal de Natal-RN.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Educação em direitos humanos Cultura da escola Cotidiano escolar
2018	Guedes, Josenilson Viana	2- Dissertação Mestrado	O projeto político pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos.	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	Projeto político-pedagógico Educação em direitos humanos Cidadania
2017	Rêgo, Erny Coêlho	3- Dissertação Mestrado	Educação em Direitos Humanos e ensino superior: uma análise dos projetos políticos pedagógicos das licenciaturas do IFCE.	Universidade Estadual do Ceará	Educação em Direitos Humanos. Educação Superior. Direitos Humanos. Licenciatura. Projetos Políticos Pedagógicos
2017	Bezerra, Julyanna de Oliveira	4- Dissertação Mestrado	A educação em direitos humanos no contexto das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas no encontro com a pedagogia freireana.	Universidade Federal da Paraíba	Formação Permanente. Políticas Públicas Educação Antirracista
2017	Kruege, Eliane de Andrade	5- Dissertação Mestrado	Formação docente e prática pedagógica na educação em direitos humanos.	Universidade Federal do Paraná	Educação - Direitos humanos Prática pedagógica
2016	Bezerra,	6-	Memória política	Universidade	Memória

	Maria Marciária Martins	Dissertação Mestrado	e educação em direitos humanos: saberes e práticas pedagógicas na escola municipal Marcos Antônio Dias Batista, em Goiânia.	Federal de Goiás	política Direitos humanos Ditadura militar Justiça de transição Educação em direitos humanos
2016	Gomes, Solange Moura	7- Dissertação Mestrado	As práticas pedagógicas em educação para os direitos humanos no cotidiano da escola municipal zumbi dos palmares.	Universidade Federal da Paraíba	Direitos Humanos Educação Escola Violência Escolar Preconceito
2015	Araújo, Kleber de	8- Dissertação Mestrado	Educação em direitos humanos em práticas da pedagogia institucional: aprendizagem da democracia em conselho de classe.	Universidade Federal da Paraíba	Educação em Direitos Humanos Pedagogia Institucional Conselho de Classe Aprendizagem da Democracia
2015	Araújo, Kleber de	9- Dissertação Mestrado	Educação em direitos humanos em práticas da pedagogia institucional: aprendizagem da democracia em conselho de classe.	Universidade Federal da Paraíba	Educação em Direitos Humanos Pedagogia Institucional Conselho de Classe
2014	Ardengh, Luciana Borella Camara	10- Dissertação Mestrado	Educação para os direitos humanos na perspectiva pedagógica do ensino fundamental como pressuposto para a formação consciente da cidadania.	Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Ciências Sociais Aplicadas Direito Direitos Humanos Cidadania Educação Ensino fundamental
2014	Silva, Juliana Alves da	11- Dissertação Mestrado	Educação em direitos humanos na escola pública: uma análise das práticas pedagógicas.	Universidade Federal de Alagoas	Democracia Educação em Direitos Humanos Direitos



					Humanos Dignidade
2013	Rocha, Denise Abigail Britto Freitas	12- Dissertação Mestrado	Educação em direitos humanos: a representação social dos professores da Rede Pública de Ensino do Município de Simões Filho, egressos do Curso de Pedagogia da Rede UNEB/2000.	Universidade Federal da Bahia	Educação em direitos humanos Direitos humanos Representação social

Fonte: Autora, 2023.

O quadro a seguir refere-se à pesquisa feita no Scientific Electronic Library Online (SciELO), onde foram encontrados apenas três artigos que tratavam sobre a temática.

**Quadro 2** – Artigos publicados na SciELO (2010-2020) - Pedagogia e EDH

Ano	Autores	Título	Fonte	Tema/ Palavras-Chave
2021	Geetika Anand; Ruchika Lall; Julia Wesely; Adriana Allen	Um Entre Muitos: instituições de ensino superior em um ecossistema de pedagogias urbanas	Educação & Realidade Métricas 2021, Volume 46 Nº 4.	Injustiça Epistêmica; Planejamento Urbano; Pedagogia Crítica; Pluriversidade e Subversidade; Movimentos Sociais
2013	Maria Elizete Guimarães Carvalhol; Carlos Alberto Vilar Estêvão	Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos	Ensaio: aval.pol.púb l.Educ. vol. 21 no.80 Rio de Janeiro	Teoria crítica. Pedagogia freireana. Proposta pedagógica em direitos humanos. Fundamentos críticos.
2013	Flávia Schilling	Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa?	Educ. Pesqui. vol. 39 no.1 São Paulo	Justiça - Direitos humanos - Violência - Escola - Igualdade - Diferença.

Fonte: Autora, 2023.

Na primeira busca sobre DH que realizamos na BDTD foi possível perceber que existe uma vasta produção de conteúdo em Direitos Humanos. Mas, ao refinar a pesquisa para pedagogia e educação em direitos humanos o cenário mudou, sendo

que foram identificados apenas doze trabalhos onde os termos pesquisados apareciam no título e/ou entre as palavras chaves.

Entre esses trabalhos, encontramos contribuições da educação em direitos humanos relacionadas ao campo das práticas pedagógicas, formação para cidadania no ensino fundamental, para ações e práticas do cotidiano escolar, discussões sobre as escolas públicas, sobre formação permanente para uma educação antirracista, memória política e representação social. Foram encontrados também trabalhos que discutiam a EDH nas práticas pedagógicas institucionais do Conselho de Classe, nas práticas pedagógicas da escola Zumbi dos Palmares e no Projeto Político Pedagógico (PPP) e em cursos de ensino superior em licenciaturas.

Já no site SciELO encontramos apenas três artigos que relacionaram a discussão dos direitos humanos a temáticas como: injustiça epistêmica, movimentos sociais e pedagogia crítica no planejamento urbano; e sobre direitos humanos nas políticas sociais tratando sobre a desigualdade e diferença na escola. Sendo que apenas uma das publicações (o artigo de Maria Elizete Guimarães Carvalho e Carlos Alberto Vilar Estêvão) que trata de uma proposta pedagógica para a educação em direitos humanos.

A busca pelas pesquisas produzidas no campo da pedagogia e educação em direitos humanos é um ponto importante, não apenas pelo conhecimento relacionado a produção da temática, como também para descobrir se essa investigação é capaz de produzir algum tipo de inovação. Por conseguinte, em posse desses resultados notamos que o campo da EDH é abrangente e que existem pesquisas promissoras nesse ramo em diversas áreas. Porém, se tratando sobre a relação da pedagogia com a educação em direitos humanos, o que encontramos foi uma produção tímida de estudos, que ainda precisam ser descortinadas.

Enfim, salientamos a importância dessa pesquisa, primeiramente porque o campo da EDH na pedagogia ainda é incipiente, doravante a necessidade de professores terem acesso a novos estudos nessa área de forma a auxiliar no seu ofício. Assim, pretendemos propor soluções concretas para tal problema.

### **2.3 O plano nacional de educação em direitos humanos: um caminho para a construção de uma cultura em DH**

Com o período de redemocratização, as lutas pela efetivação dos direitos humanos, principalmente os de segunda geração (Direitos de igualdade) se tornaram alicerce do Estado Democrático de Direito. Considerada como “Constituição Cidadã”, a Constituição Federal (CF) de 1988, traz essa relação dos Direitos Humanos com nossas políticas públicas, o que é vital para a ampliação dos Direitos Humanos no Brasil.

Foram muitos os documentos e tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil se tornou signatário ao longo do tempo e com o dever de cumprir internamente tais exigências, foram implementadas mais políticas, programas e ações vinculadas a promoção dos direitos humanos.

Segundo Zenaide (2016, p.51), foi com a promulgação da década da Educação em Direitos Humanos (1995 a 2004) promovida pela Organização das Nações Unidas, que houve um maior estímulo no sentido de que os Estados promovessem e orientassem atividades educacionais nesse campo.

Tal ação refletiu por aqui na criação de diretrizes e na elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos configurando-se como um mecanismo orientador de práticas educativas em EDH.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (BRASIL/MEC/SEDH 2007) é elencado como uma política pública que trata sobre a construção de uma cultura de Direitos Humanos, que têm a cidadania, a solidariedade e o respeito como instrumento norteador dessa formação. O documento conta com objetivos e linhas de ações que contemplam os seguintes eixos de atuação: Educação básica, educação superior, educação não-formal, educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública e educação e mídia. (BRASIL, 2007, p. 25).

Essa política pública chamada de Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos caracteriza a EDH (sua principal linha de ação) como:

Um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais

didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2007, p. 25).

Destarte, pensando na nossa própria Constituição Federal<sup>9</sup>, na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN), nos objetivos do PNEDH e no distintivo conceito da EDH, entende-se que os espaços educacionais precisam assumir o compromisso de formar o cidadão com base nesses princípios de defesa à dignidade humana, assumindo assim um modelo de educação crítica, que respeita e valoriza as diferenças e que celebra a democracia.

O PNEDH assim como outros documentos, apesar de terem sido criados vagarosamente, serviram de progresso para introdução da Educação em Direitos Humanos nas políticas públicas do Brasil. Os autores Reses e Da Costa afirmam que apesar da incipiência houve um considerável avanço com a criação do PNEDH.

Embora a política de Educação em Direitos Humanos tenha sido pensada e implementada tardiamente em nosso país, pode-se afirmar que no âmbito normativo ela apresenta avanços que se iniciaram com o PNEDH. Essa política vem cada vez mais conquistando espaços na agenda governamental, ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer o elevado índice de violações dos direitos humanos que afetam dramaticamente nossa sociedade. Dessa forma, os direitos humanos se constituem num campo de contradições e lutas históricas (RÊSES; DA COSTA, 2015, p. 86).

Concordamos com os autores ao dizer que os DH são concebidos em um terreno de contraposições. Ainda existe uma grande discrepância entre lei e aplicabilidade, a falta de recursos, de informação e formação sobre os direitos humanos inviabiliza a efetividade dessa política, a partir do momento que sua aplicação não alcança todos os segmentos da nossa sociedade, ainda se faz necessário caminhar para que essas ações não fiquem apenas no campo da idealização.

Pois, apesar de vivermos em um momento de muita luta pelo reconhecimento dos direitos humanos ainda podemos perceber que esses direitos são mais violados do que concretizados, cabe a educação do presente ser essa porta de entrada para

---

<sup>9</sup> A Constituição Federal de 1988 consolidou a democracia no Brasil trazendo importantes avanços para a nossa nação, principalmente em relação aos direitos sociais. Esse documento promulgou a garantia de direitos como o de liberdade de expressão, a universalização do Sistema único de saúde, além da defesa do meio ambiente, de territórios indígenas e de direitos trabalhistas, sendo esses alguns dos importantes avanços que a constituição cidadã trouxe.

a perpetuação dos direitos Humanos. E se pode complementar essa visão, lembrando que:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural (GADOTTI, 2000, p. 7).

É nesse contexto que os preceitos adotados no PNEDH se tornam ainda mais imprescindível, tanto para o nosso sistema educacional quanto para a nossa sociedade, é preciso democratizar o acesso à educação a esse tipo de saber, a educação contemporânea precisa de uma nova pedagogia para caminhar rumo à transformação social e para isso é preciso formar nossa população em práticas de DH.

E por falar em pedagogia e formação, um outro aspecto importante é abordado no PNEDH, que aponta para a necessidade de promover a formação em direitos humanos para os profissionais que atuam na educação. A adoção de tal medida é essencial para a fomentação dessa cultura. Ainda sobre a formação de profissionais, o PNEDH indica medidas como: “Promover a formação inicial e continuada, oportunizar ações de ensino, pesquisa e extensão, estabelecer diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de profissionais em educação em direitos humanos, incentivar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade” (BRASIL, 2007, p.29)

Enfim, apesar de existir uma dicotomia quando se fala em educação para os direitos humanos, sendo esse um grande desafio a ser superado, ainda assim, existe um caminho que é possível seguirmos. Esse caminho aponta para uma formação que possibilite a valorização de nossas diversidades, a garantia de igualdade de direitos e de oportunidades, a oferta de subsídios para a permanência das classes mais populares na escola para que essas possam ter acesso a bens culturais e se manter na sociedade de forma digna.

Essa é a direção que precisamos seguir para a construção de uma nova conduta. Conduta essa que há muito tempo se fala, mas enfim chegou o momento de concretizá-las.

### 2.3.1 Diretrizes para a educação em direitos humanos

Em conformidade com o PNEDH, foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH<sup>10</sup>) de 2012, que tornou obrigatória a inserção da EDH em todos os níveis de educação no país. O CNE-Conselho Nacional de Educação juntamente com o MEC-Ministério da Educação e a SDH-Secretaria de Direitos Humanos são os órgãos responsáveis pela implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Uma das abordagens tratadas nas diretrizes diz respeito à educação, que surge no parecer como um dos direitos humanos essenciais para todos os indivíduos, atrelado a ideia da educação em direitos humanos como base para a formação de pessoas na defesa da democracia.

[...] a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais, tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação (BRASIL, 2012, p. 2).

As diretrizes funcionam como uma direção para a promoção de uma educação voltada para a proteção e promoção dos direitos humanos a serem adotadas nas instituições de ensino. O artigo 3º das DNEDH trata sobre a finalidade e aponta para alguns princípios da EDH afirmando que:

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p. 48).

As Diretrizes Nacionais são assertivas quando propõem uma educação para a transformação social através de princípios promotores da Educação em Direitos Humanos. Sendo assim, a EDH é direito de todas as crianças que frequentam a educação básica e deve estar presente em seu processo formativo para estimular a

---

<sup>10</sup> Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

sua atuação e a sua inquietude e para que os educandos aprendam a não se acomodar diante de situações de violações dos direitos humanos e ataques à democracia.

Ainda conforme as diretrizes, a ideia da educação em direitos humanos é entendida como uma formação promotora de práticas de cidadania, de democracia e de respeito ao outro. Sendo que essas ideias devem aparecer nos processos educativos.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

As escolas, nessa orientação, assumem importante papel na garantia dos Direitos Humanos, sendo imprescindível, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, a criação de espaços e tempos promotores da cultura dos Direitos Humanos. No ambiente escolar, portanto, as práticas que promovem os Direitos Humanos deverão estar presentes tanto na elaboração do projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos, quanto na formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação (BRASIL, 2012, p. 7).

Em relação à inserção dos conhecimentos referentes à Educação em Direitos humanos nos diferentes segmentos de ensino, podemos dizer que seu tema pode ser abordado de diversas formas, não sendo necessária uma disciplina específica para tratar a temática, principalmente nas escolas esse conteúdo vem sendo trabalhado de forma transversal conforme orienta as diretrizes.

[...] pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; [...] como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; [...] de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade (BRASIL, 2012, p.12).

As diretrizes apontam caminhos para realização de práticas condizentes com a formação para os direitos humanos, sendo que as instituições de ensino têm autonomia para trabalhar com esses conteúdos desde que estejam de acordo com os objetivos da Educação em Direitos Humanos.

Tanto o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) como o Programa Nacional de Direitos Humanos, indicam o sancionamento da EDH. O que interessa agora é a adoção de tais medidas nos planos escolares, para que a EDH

seja uma ação pedagógica planejada, para que nós (profissionais da educação) não caiamos no amadorismo ao abordar tais conhecimentos.

## **2.4 O papel da EDH no currículo do pedagogo**

Refletindo sobre os achados iniciais da pesquisa voltamos a afirmar que um bom caminho para a educação na contemporaneidade é a inserção da temática da EDH no currículo da/o pedagoga/o para que esse profissional possa ser um multiplicador de práticas que favoreçam a formação de um pensamento crítico e que estimule uma postura contrária as injustiças e falhas sociais.

De fato, esses profissionais têm em mãos o poder de promover mudanças de mentalidades através de uma prática pedagógica condizente com os pilares propostos nas diretrizes para a educação em direitos humanos. Pois, a pedagogia se faz na prática e no exemplo.

O fato de que a educação tem em seu escopo papel importante na construção social e humana de um indivíduo já é motivo suficiente para que esse tipo de conteúdo esteja presente nos cursos de licenciatura, sendo que no caso do professor das séries iniciais (pedagogo) esse currículo se torna ainda mais primordial pois, é na primeira infância que os valores começam a se consolidar, cuidar para que exista um desenvolvimento integral e sensível do ser humano é elemento imprescindível.

Partindo do entendimento do quanto é importante a inserção de tais propostas nos espaços educacionais e de que o professor é o elo que possibilita a realização dessa conduta em sala de aula, se faz necessário entender se esse tema realmente faz parte da formação do pedagogo. Isso porque esse profissional pode usar de diversas estratégias pedagógicas para fomentar a cultura dos direitos humanos, e assim, intervir diretamente na formação pessoal das crianças, através de um exercício pedagógico consonante com as propostas educacionais evidenciadas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Mas, será que o currículo desse profissional realmente serve a esse propósito? De que forma a EDH está presente no currículo do pedagogo?

A lei nº 13.005 de junho de 2014 referente à aprovação do Plano Nacional Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece em uma das suas diretrizes



o objetivo da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, em 1º de julho de 2015 também aponta a formação da Educação em Direitos Humanos no curso de Pedagogia destacando que:

A educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, p. 2. 2015).

Está explícito através de diversos documentos e das diretrizes para a educação o compromisso de incluir a formação em Educação em Direitos Humanos no currículo de pedagogia. Falta então entender como essa agenda vem sendo cumprida.

Ao falarmos sobre a formação do pedagogo, sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas transformadoras, sobre metodologias para a construção de atitudes em favor da justiça social e do combate contra qualquer tipo de opressão, é preciso primeiramente discutir sobre currículo. Porém, antes é preciso destacar que se adota a perspectiva da pedagogia histórico-crítica que de acordo com o trabalho do pesquisador Demerval Saviani:

[...] na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. **Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade.** Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata (SAVIANI, 2011, p.72, grifo da autora).

Saviani ao tratar sobre pedagogia histórica-crítica propõe uma superação das teorias reprodutivistas no intuito de afirmar o compromisso de transformação social, para isso esse autor defende a apropriação dos conhecimentos (instrumentos culturais) por meio de uma educação política.

Em outros termos, a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar (SAVIANI, 2011, p.84).

Dessa forma, entende-se que a Pedagogia histórico-crítica conflui com as metas para a EDH, pois, partem do princípio de que a função da escola deve estar vinculada a interesses populares e visam também uma conduta que proporcione autonomia e criticidade no espaço educativo em benefício da transformação social.

Todavia, para que a educação realmente seja essa possibilidade de transformação social, também é preciso antes de tudo refletir sobre o conceito de currículo, já que este define o modelo de formação que se pretende alcançar, buscaremos também entender a implicância do currículo de pedagogia com a Educação em direitos humanos.

Para isso é importante trazer aqui a definição de currículo na perspectiva das teorias críticas e pós-críticas, que segundo Silva (2005, p. 150),

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Ou seja, o currículo distingue, caracteriza e direciona o ensino, por isso ele está entrelaçado nas relações de poder. Ainda conforme o autor, “o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo”. (SILVA, 2005, p. 150)

Dessa forma, é importante que pedagogos, professores e agentes da educação reflitam criticamente sobre a que currículo se quer servir, quais conhecimentos são importantes promover, buscando entender o porquê de certos conteúdos serem selecionados e outros excluídos. O que se espera de um currículo de pedagogia na perspectiva crítica, é que esse se apresente como instrumento de mudança do estado das coisas.

De acordo com Moreira e Silva o currículo não é neutro, é um território de interesses particulares que está incurso em relações de poder.

O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 7-8).

Partilhamos da ideia do autor de que o currículo não é imparcial e está repleto de intencionalidades, e é refletindo sobre isso que consideramos importante a inserção da EDH nos currículos de formação de pedagogos e demais professores, pois este é um conhecimento que visa um posicionamento de combate frente às desigualdades e injustiças cometidas contra os sujeitos de direitos e visa também à mudança do *status quo* estabelecido na atualidade.

Existem ações programáticas<sup>11</sup> contidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que são definidas para a Educação Superior que propõe metodologias pedagógicas de caráter transdisciplinar e interdisciplinar para a educação em direitos humanos, algumas dessas ações referendam a necessidade da presença desta temática na formação inicial e continuada de professores através de seus currículos.

Como o currículo engloba o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma instituição, buscamos no PPP do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB do DEDCI (instituição a qual está sendo realizada essa pesquisa) o que está previsto para o processo formativo do estudante de pedagogia, que apresenta em seu documento que a formação de um educador compromete o caráter social e histórico de um indivíduo e requer uma visão que contribua para a mudança social, sendo que um dos objetivos fundamentais do curso é: “garantir a formação de um educador comprometido com a educação inclusiva e com a diversidade cultural para a construção de uma sociedade justa, igualitária e ética.” (PPP do curso de pedagogia, 2007, p. 30)

---

<sup>11</sup> “1. Propor a temática da educação em direitos humanos para subsidiar as diretrizes curriculares das áreas de conhecimento das IES; 2. divulgar o PNEDH junto à sociedade brasileira, envolvendo a participação efetiva das IES; [...] 6. incentivar a elaboração de metodologias pedagógicas de caráter transdisciplinar e interdisciplinar para a educação em direitos humanos nas IES; 7. estabelecer políticas e parâmetros para a formação continuada de professores em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino; 8. contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação[...]”.

Para alcançar esse e outros objetivos, os componentes curriculares estão classificados em três núcleos de formação no PPP do curso de pedagogia da UNEB, são eles: 1- núcleo de estudos básicos, 2- núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e 3- núcleo de estudos integradores, todos previstos no Parecer CNE/CP nº. 05/2005 e pela Resolução CNE/CP nº 01/2006.

O núcleo de estudos básicos trata sobre o eixo articulador da formação reflexiva do pedagogo, através de estudos e atividades críticas que envolvem diferentes concepções filosóficas. Já o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos trata sobre a formação do docente-pedagogo, a pesquisa e a investigação. Por fim, o núcleo de estudos integradores que são trabalhos de livre escolha para os estudantes, propondo elementos inovadores que integrem os demais núcleos de estudos. (PPP do curso de pedagogia, 2007, pp. 37 a 46.)

Candau e Sacavino argumentam que a EDH deve surgir de forma permanente no PPP, propondo uma perspectiva interdisciplinar e participativa, ou seja, a EDH deve dialogar com diferentes áreas e disciplinas dispostas de forma a se complementarem.

Os temas e questões relativas aos direitos humanos devem ser integrados no desenvolvimento das diferentes áreas curriculares e na realização permanente do projeto político-pedagógico das escolas. Não se trata de incluir novas disciplinas ou unidades didáticas, nem de um tratamento destes temas exclusivamente em momentos específicos (CANDAU; SACAVINO, 2013, p. 64).

A EDH como disciplina específica não é destinada como componente obrigatório em nenhum desses três núcleos no currículo de Pedagogia da UNEB-DEDC I. Mas, é possível notar que apesar da disciplina Educação em Direitos Humanos não aparecer como componente curricular obrigatório na matriz do curso, seus conteúdos estão presentes em muitas disciplinas, apresentando temáticas que fazem parte da EDH e atendendo assim as propostas do PNEDH.

Identificamos conteúdos que fazem parte da EDH em 13 componentes curriculares obrigatórios (do núcleo I de estudos básicos e do núcleo II de aprofundamento e diversificação de estudo) conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Quadro 3** – Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Pedagogia relacionados à EDH

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>História social da infância</b>	A legislação atual sobre a infância, políticas públicas, movimentos sociais e infância.
<b>Sociológicas e Educação</b>	Movimentos histórico-sociais, questões da realidade socioeducacional.
<b>Antropologia e Educação</b>	A diversidade cultural: etnocentrismo e relativização, diversidade dos saberes, educação como mecanismo de reprodução cultural.
<b>História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</b>	O legado africano, história, povos e línguas, as contribuições econômicas, política e social dos descendentes de africano para a nação brasileira.
<b>Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</b>	Legislação: acessibilidade, reconhecimento da LIBRAS, inclusão e os direitos da pessoa surda. Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura, história e identidade surda.
<b>Educação e Inclusão</b>	Aspectos ético-político-social e educacional quanto à inclusão da pessoa com necessidades especiais e outros agentes sociais, grupos da população e suas necessidades.
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	Necessidades educacionais dos jovens e dos adultos, as dimensões da educação popular.
<b>Educação e Relações Étnico-Raciais</b>	Brasil como país pluricultural; o contexto social e a discriminação racial. A identidade cultural nacional. Identidade e etnia. Valores culturais, linguagem e afirmação sócio existencial na visão dos PCN. O direito à diferença: Lei 10639/2003 e a Lei 11.645/2008. A escola e a reprodução das desigualdades.
<b>História e Cultura Indígenas</b>	Os movimentos de revolta e resistência indígena. Diversidade cultural e linguística dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Invisibilidade histórica dos índios no Nordeste e protagonismo político contemporâneo.
<b>História da Educação II</b>	Movimentos pela democratização e renovação da educação no Brasil e na Bahia. As permanências e rupturas históricas na atual política educacional.
<b>Gestão Escolar e Educacional</b>	Papel da informação na definição das políticas públicas e das estratégias de gestão em educação. A gestão compartilhada e coletiva no espaço escolar. A gestão enquanto prática democrática e autônoma da escola.
<b>Educação e Tecnologia da Comunicação e da Informação.</b>	Os fundamentos tecnológicos para o currículo, vivências curriculares e práticas pedagógicas não lineares, não identitárias e não hegemônicas, comunidades epistêmicas e performances pedagógicas contemporâneas.
<b>Epistemologia e Metodologia da Alfabetização e Letramento</b>	Condicionantes políticos, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos.

Fonte: Autora, 2020.

De acordo com os achados foram encontrados nos componentes conteúdos que fazem referência as temáticas da EDH como: ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, história e cultura indígena, legislação para o ensino de Libras, política de inclusão e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, políticas públicas, movimentos sociais e gestão democrática.

Já no que diz respeito aos componentes curriculares do núcleo de estudos integradores, que são trabalhos de livre escolha para os estudantes, foram encontrados nove componentes que apresentam conteúdos com temáticas que se aproximam da EDH.

**Quadro 4 – Componentes Curriculares de livre escolha do Curso de Pedagogia relacionados à EDH**

COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<b>História Social da Infância</b>	Legislação atual sobre a infância. Políticas públicas para a infância; movimentos sociais e infância.
<b>Política Educacional</b>	Educação como um direito e função pública: as lutas políticas e seus atores; papel dos movimentos sociais. Principais políticas públicas para a Educação no Brasil e na Bahia.
<b>Educação e Movimentos Sociais</b>	A dimensão educativa dos movimentos sociais na formação da cidadania. A contribuição dos movimentos na elaboração e implementação de políticas sociais.
<b>Educação e Sexualidade</b>	As relações de poder, os papéis sociais e as representações sobre a sexualidade no contexto atual.
<b>Educação e Meio Ambiente</b>	Novos paradigmas da Educação Ambiental. Educação e Problemas Ambientais no Brasil. Ecologia e Cidadania.
<b>Seminários Específicos de Educação Inclusiva</b>	Diretrizes educativas para a organização de projeto de adaptação curricular para a educação inclusiva.
<b>Violência e Educação</b>	Estudo dos diferentes enfoques teóricos da violência, violência contra crianças e adolescentes, violência do gênero, do racismo, violência institucional, violência da polícia, das prisões, dos Centros de acolhimento e de adolescentes. Cultura da violência; violência nas escolas e educação para a legalidade e Direitos Humanos.
<b>Educação e Trabalho</b>	Estudo da centralidade da categoria trabalho e seu lugar na contemporaneidade, papel da escola na sociedade
<b>Educação do Campo</b>	Traços de identidade da Educação do Campo; formação humana e concepção de campo; luta por políticas públicas e acesso universal à educação; trabalho e cultura no campo.

Fonte: Autora, 2020.

Nos componentes curriculares de livre escolha também não foram encontradas disciplinas especificamente voltadas para a Educação em Direitos Humanos, porém, encontramos conteúdos como o de: cidadania, políticas públicas para a infância, movimentos sociais, representações sobre sexualidade, educação ambiental e sustentabilidade, diretrizes para a educação inclusiva, papel da escola na sociedade, acesso universal à educação, cultura da violência e o termo “Direitos Humanos” aparece como conteúdo de um componente curricular que é o de (Violência e Educação).

Embora a EDH não tenha se consolidado como disciplina específica, sua transversalidade vem sendo notada através da incorporação de suas temáticas em diversos conteúdos programáticos.

As experiências nesse âmbito começaram nos últimos anos a serem tratadas através de poucas disciplinas e por meio de produções acadêmicas. Apesar da incipiência é entendível que a Educação em Direitos Humanos se aproxima de ser um espaço consolidado no campo da educação, já que temos bons estudos e boas pesquisas na área.

Tais experiências da inserção da temática EDH nos currículos dos pedagogos aparecem principalmente através de atividades informais e na criação de pós-graduações voltadas para temáticas em direitos humanos, sendo que recentemente vem sendo tratada de forma interdisciplinar em diferentes componentes curriculares, sendo essas as ações mais comuns nos currículos de pedagogia.

Enfim, apesar de não ter sido encontrada o componente curricular educação em direitos humanos, é possível perceber que seus fundamentos podem ser notados em diversas disciplinas de forma transversal e multidisciplinar.

A UNEB como instituição pública, aberta e plural cumpre seu papel social de oferecer uma educação a nível superior de excelência, formando profissionais conscientes para atuar em diversas áreas de conhecimento. Em consonância com o exposto, o curso de Pedagogia da UNEB também conta com um PPP que demonstra em seu conteúdo a preocupação em formar profissionais com princípios relacionados a ética, a diversidade entre outros valores humanos, formando assim futuros pedagogos que possam de fato promover uma educação significativa e assim trabalhar na transformação da nossa sociedade de modo positivo.

A partir das reflexões feitas até o presente momento, discutiremos no próximo título a importância de pedagogos trabalharem com o lúdico para formar novos Sujeitos de Direitos.

## **2.5 Da construção dos sujeitos de direito ao lúdico na Brinquedoteca**

Refletir sobre a formação da criança<sup>12</sup> na contemporaneidade concerne na preocupação com a construção de sujeitos de direitos. A ideia de sujeitos de direitos não só está atrelada a condição de que cada ser humano têm direitos fundamentais, como também que esses sujeitos devem ser críticos e operantes na construção de suas identidades.

O sujeito de direito se constrói nas relações e na consciência de que o outro é diferente, reconhecendo assim elementos de diversidade e pluralidade, o que constitui a formação do ser sujeito de direito. (CARBONARI, 2008, p. 177).

E é nessa perspectiva que a educação em direitos humanos tem maior relevância. Pois trabalha a partir de um olhar sobre o próprio cotidiano aspectos relacionados a conscientização da realidade desde cedo. (CANDAU, 2003, p. 115)

Se tratando de infâncias (período de formação de caráter e personalidade) que é um momento ideal de sensibilizar para uma conduta de respeito e reforço a comportamentos de defesa aos direitos humanos, a abordagem de estratégias e atividades lúdicas de Educação em Direitos Humanos no processo de ensino e aprendizagem vão além da pura diversão. De acordo com Maluf:

As atividades lúdicas são instrumentos pedagógicos altamente importantes, mais do que apenas divertimento, são um auxílio indispensável para o processo de ensino aprendizagem, que propicia a obtenção de informações em perspectivas e dimensões que perpassam o desenvolvimento do educando. A ludicidade é uma tática insubstituível para ser empregada como estímulo no aprimoramento do conhecimento e no progresso das diferentes aprendizagens (MALUF, 2008, p.42).

Essas atividades lúdicas funcionam como recursos que proporcionam a aprendizagem de forma mais significativa e estimula na busca de mais conhecimento. Por esse e outros motivos ao tratarmos sobre atividades lúdicas em

---

<sup>12</sup> De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se como criança a pessoa com até doze anos incompletos.



EDH é exequível que as crianças vivenciem momentos de aprendizagem concretos através da imaginação, das brincadeiras, das histórias e do faz de conta. O intuito é de que o conhecimento específico tratado nesse campo de conhecimento seja transformado em boas práticas, e que sejam constantes na realidade de que cada indivíduo que a vivência.

Além disso, o brincar está garantido como um direito de toda a criança em diversos documentos nacionais como exemplos: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O artigo 31 da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, ressalta que “os estados reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, a brincar e a participar de atividades de recreação apropriadas à sua idade e de participar livremente da vida cultural e das artes.”

O ECA também aborda o direito da criança em brincar em seu artigo 16 (capítulo II) dispondo que “o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: IV - brincar, praticar esportes e divertir-se.”

Por sua vez, para promover práticas de EDH por meio da ludicidade é necessário que os conteúdos dessa área estejam bem delimitados nos PPP(s), nos planos de ensino e nos regimentos escolares conforme aponta as DNEDH.

As DNEDH afirmam no seu art. 6º que a Educação em Direitos Humanos deve estar presente de modo transversal nos currículos educacionais através dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Regimentos Escolares, Planos de Desenvolvimento de Ensino, nos materiais didáticos e pedagógicos e bem como nas avaliações (BRASIL, 2012).

E para que os profissionais da educação consigam atender a essa demanda de promover a EDH de forma contextualizada com a linguagem lúdica, será preciso estar sempre em busca de novos conhecimentos na área. Será preciso pesquisar e estudar estratégias que possibilitem o desenvolvimento dessa temática no intuito de formar os novos sujeitos de direitos, apenas assim será possível trabalhar com a EDH de forma criativa e transversal as disciplinas.

Segundo os autores Afonso e Abade (2013, p. 36 - 37), é a habilidade de brincar e de imaginar da criança que desenvolve a capacidade de questionar e que constrói e desconstrói pensamentos que ultrapassam as fronteiras do que já foi historicamente dado.

Ainda conforme os autores a ludicidade no ensino de EDH favorece a assimilação dos seus conteúdos.

Na EDH, a linguagem lúdica pode facilitar a discussão de conteúdos já definidos e de novas questões em debate. A seriedade das ações educativas em EDH não está relacionada à seriedade. Antes, é dada pela ética inscrita na atividade. Assim, as atividades estruturadas (como aulas e palestras) podem ser mescladas com atividades lúdicas (como jogos e dinâmicas de grupo) em um conjunto de ações dentro de projetos educativos (AFONSO; ABADE, 2013, p. 61).

Enfim, através do uso pedagógico do brincar (seja na disciplina de artes, de história, de linguagem, de ciências ou qualquer outra) podemos relacionar muitos dos conteúdos de defesa e de cuidado com o meio ambiente, de luta por igualdade, de respeito as diferenças culturais e étnicas, da conscientização dos deveres que temos que cumprir como cidadãos, da garantia de direitos que temos na sociedade (direito a saúde, a educação, a segurança, a moradia e a dignidade) e tal uso também poderia ser direcionado a espaços como os das brinquedoteca.

### 2.5.1 Brinquedoteca: Espaço de brincar e encantar

A brinquedoteca compõe-se hoje como um espaço destinado principalmente as crianças, para que elas possam usufruir de brinquedos, brincadeiras, livros, jogos e etc. É importante ressaltar que as brinquedotecas são essencialmente recintos destinados ao lúdico, e que se concretiza através do brincar livre. Já o brincar constitui-se como um fenômeno fundamental na vida do ser humano, o brincar possibilita a descoberta, a criação e o desenvolvimento. Conforme aponta Friedmann, existem inúmeros benefícios na vida do ser humano que estão associados ao brincar.

O brincar surge como oportunidade para o resgate dos nossos valores mais essenciais enquanto seres humanos; como potencial na cura psíquica e física; como forma de comunicação entre iguais e entre as várias gerações; como instrumento de desenvolvimento e ponte para a aprendizagem; como possibilidade de resgatar o patrimônio lúdico-cultural nos diferentes contextos sócio-econômicos. O brincar como desafio deste novo século no uso do tempo livre; o brincar como possibilidade criativa; como instrumento de inserção em uma sociedade regrada; como possibilidade de conviver com os outros, de me colocar no lugar do outro; de ganhar hoje e perder amanhã; de liderar e ser conduzido; de falar e de ouvir. O brincar como desafio ao trabalho solidário, em equipe, a uma postura mais cooperativa e

ecológica; como caminho do conhecimento e descoberta de potenciais ocultos; como caminho para a autonomia, a livre escolha, a transformação e a tomada de decisões. (Friedmann, 2004)

A pesquisadora Antonete Xavier aborda em sua tese de doutorado que a ludicidade é uma experiência autotélica presente na cultura do brincar, sendo que o lúdico está carregado de significação sociocultural. Já o brincar é entendido como uma linguagem predominantemente infantil, e é através desse brincar que a criança desenvolve seu cognitivo e explora o mundo ao seu redor. (XAVIER, 2020)

Nylse Helena da Silva Cunha, pesquisadora e mentora da primeira brinquedoteca no Brasil, destaca que o brincar é extremamente importante para a saúde física, mental e emocional da criança. Pois, é brincando que a criança conhece a vida, se desenvolve e expressa sua realidade interior, além do mais, o brincar desenvolve outros aspectos como atenção, concentração entre outras habilidades. (CUNHA, 1992, p. 35)

Com o entendimento da importância do brincar na vida da criança, discorreremos agora sobre os espaços destinados a esse fenômeno, como é o caso da brinquedoteca.

Ainda conforme a autora Nylse Cunha, a brinquedoteca é um: “espaço preparado para estimular a criança a brincar, proporcionando o contato da criança a uma vasta variedade de brinquedos, em um ambiente especialmente lúdico. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir, a experimentar” (CUNHA, 1992, p. 36).

Apresentaremos a seguir um breve contexto histórico das brinquedotecas no Brasil.

#### 2. 5.1.1 Brinquedotecas no contexto histórico

A etimologia da palavra brinquedoteca vem dos Estados Unidos e está atrelada ao termo Toys Libraries<sup>13</sup> ou biblioteca de brinquedos.

Ainda que a função desse espaço estivesse mais voltada ao empréstimo de brinquedos, é na Europa na década de 60, que as brinquedotecas se tornam mais

---

<sup>13</sup> Carneiro (2015) aponta que a origem da brinquedoteca se deu pela primeira vez em 1934 nos Estados Unidos, em um período de depressão econômica, quando um comerciante, constata alguns furtos de brinquedos por crianças que não tinham com o que brincar. A partir desse momento, surge a ideia de criar um sistema de empréstimo de brinquedos, criando assim a primeira Brinquedoteca, com a finalidade de emprestá-los.

populares. No Brasil, a alusão do termo brinquedoteca surge por volta de 1971, com a abertura de uma Ludoteca para auxiliar no desenvolvimento de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência, e participantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE. (CARNEIRO, 2015).

Mas, é somente em 1981 que surge no Brasil a primeira brinquedoteca com o propósito de ser um espaço destinado ao brincar, localizada em uma escola municipal em São Paulo e tendo como diretora a Pedagoga Nylse Helena Cunha.

Com a crescente expansão das brinquedotecas no Brasil, surgiu em 1984 a Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABBri). De acordo com a ABBri<sup>14</sup> a brinquedoteca é um espaço de orientação para o brincar por si só, é uma proposta que apresenta potencial para a criação e que dispõe de acolhimento, liberdade e segurança. (ABBri, 2022)

É também na década de 80 que é criada a primeira brinquedoteca em uma faculdade de educação em São Paulo, sob a coordenação da Profa. Dra. Tizuko Kishimoto. (CUNHA, 1992)

Porém, conforme aponta Carneiro, é importante ressaltar que nesse mesmo período, entre os anos de 1980 e 1990, muitas brinquedotecas surgiram, mas devido ao pouco conhecimento do seu propósito, esses espaços logo foram deixando de funcionar. (CARNEIRO, 2015)

Enfim, pensando no brincar como um direito humano e nas políticas públicas nesse âmbito, destacamos outro importante marco que é a portaria 2.261 de 23 de novembro de 2005, que através da lei 11.104 de 21 de março de 2005 aprovou o regulamento onde são estabelecidas diretrizes que tornaram obrigatório a instalação de brinquedoteca em unidades de saúde que atendem pediatria e realizam internações. (BRASIL, 2005)

A efetivação dessa lei é um avanço importante na medida que se preocupa em garantir o direito do brincar na infância, mesmo nos casos onde essas crianças encontram-se debilitadas em unidades de saúde, levando um tratamento mais humano e diminuindo o impacto da hospitalização na rotina dessas pessoas.

Entretanto, gostaríamos de dar ênfase as brinquedotecas universitárias na seção a seguir, ressaltando os principais aspectos que se aproximam do nosso objeto de estudo.

---

<sup>14</sup>(ABBri), é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivos divulgar o conceito de brinquedoteca e evidenciar sua relevância.

### 2.5.1.2 Brinquedoteca Universitária

Atualmente, é fácil encontrar brinquedotecas em escolas, nas recepções de clínicas, de hospitais, em shoppings, na área de convivência de condomínios residências e em universidades. Mas, é certo também que esses espaços surgem em diferentes contextos e instituições, e que, portanto, pode haver diferentes finalidades, que estarão de acordo com o propósito para qual foi criada.

Buscaremos neste trabalho focar nas brinquedotecas universitárias. De acordo com Nylse Cunha, países como Brasil e África do Sul são pioneiros nas instalações de brinquedotecas em universidades, até mesmo porque esse é um espaço que favorece ao aperfeiçoamento profissional, à medida que possibilita que alunos de diferentes cursos vivenciem, observem e desenvolvam atividades com as crianças.

Conforme apresenta Carneiro, esse tipo de brinquedoteca têm como foco formar profissionais, valorizar a cultura da infância e a pesquisa sobre atividades lúdicas.

Brinquedotecas universitárias cujos principais objetivos são formar profissionais que possam atuar em instituições educativas ou não, mas que valorizem a brincadeira; contribuir para a manutenção e a valorização da cultura popular e, sobretudo, da cultura da infância; desenvolver pesquisas que demonstrem o valor das atividades lúdicas no processo educativo e na prática da cidadania; assessorar profissionais de diferentes áreas do conhecimento na valorização do lúdico, enquanto atividade necessária à criança; emprestar brinquedos; possibilitar a escolha de brinquedos pelas crianças sem a preocupação com a didatização e oferecer um acervo de diferentes materiais lúdicos que possam colaborar na formação docente. (CARNEIRO, 2015)

Enfim, as brinquedotecas vinculadas as instituições de ensino superior buscam tanto a formação profissional, quanto a valorização da cultura da infância e do brincar, trazendo o lúdico para a prática educativa. (CARNEIRO, 2015)

Convergindo com essa abordagem, a pesquisadora Nylse Cunha disserta que as brinquedotecas instaladas em universidades apresentam alguns objetivos como o de: formar profissionais que valorizem brincadeiras, oferecer serviços de assessoria a profissionais, desenvolver pesquisas, divulgar experiências e estimular ações lúdicas.

Tais objetivos apontados por Cunha e Carneiro confluem com a nossa proposta de colaborar com a formação de profissionais da educação, para que

esses possam desenvolver ações que valorizem o brincar e a formação humana, o que faz da brinquedoteca universitária um espaço ideal, caracterizado como um laboratório didático que proporcionam experiências que qualificam o pedagogo.

### 2.5.1.3 Brinquedoteca universitária do DEDC I da UNEB

De acordo com a resolução nº 1.486 (2021) que aprova o regulamento das brinquedotecas universitárias da UNEB, a brinquedoteca constitui-se como um espaço formativo e multirreferencial<sup>15</sup>, vinculado aos departamentos dos cursos de graduação da UNEB, articulando as ações de iniciação de estágio e extensão.

Antes de tratarmos sobre esse regulamento, gostaríamos de destacar a portaria de nº 808, de 18 de junho de 2010 que é importante para o nosso objeto de estudo. Essa portaria refere-se ao “instrumento de avaliação para reconhecimento de Cursos de Pedagogia, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.” Que prevê a instalação de brinquedotecas em toda e qualquer instituição de nível superior que disponibilize a licenciatura em Pedagogia, como forma de instrumento de avaliação desse curso. (MEC, 2010)

Tal requisito também está presente no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que utiliza como um dos seus requisitos de instrumento de avaliação de cursos, a existência de um laboratório didático no curso de pedagogia para alinhar teoria e prática. (INEP, 2017)

E para responder as tais exigências relacionadas a formação do pedagogo e de acordo com o Projeto Pedagógico do curso, foi criada a resolução de nº 1.486/2021 que citamos anteriormente, essa portaria aprovou em seu artigo primeiro o Regulamento das Brinquedotecas Universitárias da UNEB. Ainda de acordo com essa resolução, as atividades da Brinquedoteca devem estar de acordo com a Lei 8.069 (ECA) e com a lei de número 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência.

Entendemos aqui a brinquedoteca universitária e em especial as brinquedotecas do DEDC I como espaços que proporcionam a práxis pedagógica e

---

<sup>15</sup> [...] “a abordagem multirreferencial propõe-se a uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam tanto visões específicas quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referências distintos, considerados, reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos.” (ARDOINO,1998, p. 24)

possibilita que o pedagogo experimente atividades com todo o arcabouço teórico que foi construído na sua formação, refletindo aspectos essenciais da universidade e concordando com o artigo 3º do seu regulamento onde aponta que “a brinquedoteca é um ponto que fortalece a tríade universitária, atuando principalmente na formação do cidadão/ã”.

Ainda de acordo com o regulamento das brinquedotecas universitárias da UNEB, as atividades das brinquedotecas do DEDC I bem como suas ações desenvolvidas devem considerar as demandas da comunidade, das escolas públicas da educação básica e dos espaços formais e não formais que estão no entorno da universidade.

Já como princípios de atuação, esses espaços devem produzir e difundir conhecimento, discutir questões da infância e do brincar, do fortalecimento e do respeito à diversidade, formação de profissionais qualificados, propagação da cultura lúdica para o desenvolvimento social do indivíduo. (RESOLUÇÃO Nº 1.486, 2021)

Já o artigo 6º parágrafo único, apresenta que esses espaços podem ser utilizados para observação, participação e criação de projetos em gestão e como laboratório para o desenvolvimento de projetos.

Em resumo, o presente regulamento destaca que as brinquedotecas da UNEB devem ser um espaço formativo, de aperfeiçoamento acadêmico e multirreferencial, vinculados aos cursos de graduação e de Pós-graduação da UNEB. Dentre mais, esses espaços devem articular o ensino, a pesquisa e a extensão ao estágio e as práticas lúdicas, potencializando assim a tríade universitária. Esses espaços devem considerar o entorno da Universidade, dando prioridade as questões que tratam da infância, através de práticas lúdicas e da valorização do brincar como meio para o desenvolvimento humano. (RESOLUÇÃO Nº 1.486, 2021)

Selecionamos outros aspectos importantes sobre o funcionamento da brinquedoteca que estão presentes nas Normas para Funcionamento da Brinquedoteca DEDC I de 2012, que estão expostas na tabela a seguir:

#### **Quadro 5 - Funcionamento da Brinquedoteca**

<b>BRINQUEDOTECAS DEDC I</b>	
<b>O que é a Brinquedoteca?</b>	Espaço de estudo, de brincadeiras e de pesquisas para as crianças, os alunos e professores dos cursos de pedagogia[...].
<b>Demanda</b>	Atividade sócio pedagógica e de pesquisa para ampliar a qualidade acadêmica dos cursos de graduação do DEDC I/UNEB e trazer as crianças das escolas públicas que são nossas parceiras e a comunidade em volta da UNEB.
<b>Organização do espaço</b>	Cantinho da leitura, do faz de conta, da imaginação e teatrinho, dos jogos, com brinquedos diversos, das invenções ou arte em sucatas.
<b>Tipos de atividades</b>	Música e dança, hora do conto, rodas de conversa e brincadeiras (integração social), cinemateca, brincar livre, hora do faz-de-conta, arte, jogos, além de projetos didáticos desenvolvidos pela própria equipe da brinquedoteca e pelos docentes e seus alunos dos cursos do DEDC I, bem como a formação continuada da equipe da brinquedoteca.
<b>Aspectos trabalhados</b>	Desenvolvimento da criança nas dimensões corporal, intelectual, afetivo, criativo e social.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

É possível perceber através das normas de funcionamento da brinquedoteca de 2012 e do mais atualizado regulamento das brinquedotecas universitárias de 2021, que as brinquedotecas da UNEB são importantes espaços de aperfeiçoamento acadêmico, que envolve a produção, difusão e contextualização do conhecimento e que além de criar um acervo teórico e prático, beneficia o aparecimento de novas investigações. (RESOLUÇÃO Nº 1.486, 2021)

Compreendemos aqui o quão importante esses espaços são, primeiramente por servir de auxílio na formação dos estudantes universitários, sucessivamente por ser um espaço que efetiva os direitos da criança conforme previsto no ECA, além de promover a ludicidade.

Enfim, concordamos que esse espaço além de ser um importante centro de formação, produz artefatos que favorecem ações pedagógicas transformadoras casando com a proposta desse trabalho.



### 2.5.2 Compromisso com a agenda 2030

A Organização das Nações Unidas (ONU) projetou em 2015 um pacto global com objetivos e metas de melhoria na esfera ambiental, social, econômica e institucional, propondo um desenvolvimento mais sustentável em todo o mundo. Os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é o compromisso nosso (dos países membros da ONU) para atender a agenda 2030.

Pensando nos desafios globais da atualidade e buscando assegurar a proposta dos direitos humanos, a ONU criou esse plano de ação universal com 17 objetivos e 169 metas que foram idealizadas de forma integrada, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, através da construção de um mundo mais sustentável, próspero e em consonância com o estado de paz. ONU, 2015.

Esses 17 objetivos estão interconectados e apresentam metas para um desenvolvimento humano equitativo, superando desafios de combate à pobreza, proteção ao meio ambiente e ao clima, bem como a garantia do estado de paz a todas as pessoas, em todos os lugares do mundo. ONU, 2015

A seguir, podemos visualizar a imagem dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável a fim de alcançar a Agenda 2030 no Brasil, proposto pela ONU.

**Figura 3** – Objetivos de desenvolvimento sustentável – ONU Brasil

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: ONUBr, 2015.

Existe hoje uma necessidade concreta de engajar estudantes com a criação de atividades educacionais voltada para a proteção do planeta através de ações sustentáveis, para isso as escolas precisam contribuir para o cumprimento desses objetivos.

Levando em consideração a possibilidade de transformação social resultante da conscientização e da responsabilidade que as próximas gerações podem apresentar no futuro, o nosso produto estará vinculado aos ODS. Principalmente o ODS 4 relacionado à educação de qualidade.

O ODS 4 é primordial dentro da nossa proposta, pois, conforme aponta o próprio objetivo, é preciso garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos, além de educar para a sustentabilidade, para equidade e para a paz. Dessa forma contribuiremos também para implementação do PNEDH que como já foi visto, destina a promoção de valores de igualdade, cooperação e paz.

Além do ODS 4, nosso produto contará com propostas pedagógicas que visam atender ao ODS 5 (Igualdade de gênero) na busca do empoderamento de mulheres e meninas. Ao ODS 6 (Água potável e saneamento) na disponibilização

desse recurso e na sua gestão sustentável. No ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) através da busca por tornar esses espaços mais humanos e sustentáveis. ODS 14 (Vida na água) na conservação e no uso sustentável desse recurso. ODS 15 (vida na terra) na proteção e recuperação dos ecossistemas terrestres. E o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) na promoção de sociedades pacíficas. ONU, 2015

Lembrando que conforme aponta as Nações Unidas, ao atender um dos objetivos também alcançaremos os outros.

O alcance desses objetivos é uma missão de todos. E nós (professores) temos o compromisso de apresentar soluções sustentáveis para engajar e multiplicar esse conhecimento em nossos espaços educacionais, o intuito é de que até 2030 possamos concretizar tais metas. Lembrando que 2030 está próximo, precisamos começar agora para colhermos resultados promissores no futuro.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.*  
Cora Coralina (1997) – *Vintém de cobre*.

De acordo com os objetivos traçados buscaremos esclarecer nesse capítulo alguns aspectos relacionados à investigação, conforme sua natureza, tipo de abordagem, problematização, justificativa, objetivos, caracterização do lócus da pesquisa, procedimentos adotados para a coleta e análise de dados e caracterização do produto.

#### 3.1 Contexto da investigação

Através desse estudo buscamos atender a uma demanda que está presente no cotidiano educacional, correspondente a necessidade de produções de atividades com abordagens pedagógicas em educação para os direitos humanos, que alcancem aos ODS e que sejam desenvolvidas de forma lúdica.

Essa pesquisa buscou a compreensão de uma problemática de princípio social e educativo, para a partir do seu entendimento propor soluções práticas que nesse caso corresponde a construção de um caderno de boas práticas para trabalhar com a educação em direitos humanos e os ODS.

O local escolhido para realização dessa pesquisa é a Brinquedoteca Cora Coralina, localizada na UNEB - Lauro de Freitas. Almejou-se estudar o trabalho desse espaço por ser uma situação real que vem dando certo no que concerne o desenvolvimento de atividades lúdicas por estudantes e professores em processo formativo, e concomitantemente buscamos a aproximação com um resultado de igual êxito em outro campo de conhecimento que é o da educação em direitos humanos.

A brinquedoteca além de ser um importante espaço formativo para os estudantes de pedagogia, oportuniza que esses futuros profissionais experimentem suas ideias, planejamentos, projetos, e para além disso, esses estudantes se tornam multiplicadores das práticas estudadas. Destarte, por esse local também apresentar um trabalho de excelência no campo da ludicidade, já que se trata de um lugar

previamente preparado para encorajar brincadeiras para as crianças, queremos aproveitar esse espaço para trabalhar com outros tipos de abordagens (a exemplo a de direitos humanos) que ainda é tão pouco descortinada.

Porém, é importante destacar a princípio que a pandemia do COVID 19 trouxe prejuízos na vida de toda a população mundial, devido ao aumento do número de internações e mortes, danos econômicos e a necessidade de fechamento das escolas, faculdades entre outros espaços públicos, tais detrimientos também refletiram na presente pesquisa, impactando inclusive na vida dos pesquisadores.

Devido ao tempo e as intercorrências da pandemia que inviabilizou a aplicação de todas as propostas no lócus da pesquisa, não foi possível entrevistar os participantes e em relação as atividades planejadas para serem desenvolvidas nesse espaço, deixaremos a cargo da gestão experienciar essas sugestões que compõem o caderno de boas práticas e que não pôde ser desenvolvida durante o período de realização desse estudo.

Enfim, dito isso, o foco maior dessa investigação referiu-se à intenção de colaborar com propostas pedagógicas para a Educação em Direitos Humanos, pretendeu-se acima de tudo colaborar com a gestão, com os monitores/pedagogos(as) para que estes possam fomentar a cultura de direitos humanos nos campos onde atuam. Também tivemos como escopo o conhecimento do como esse conteúdo vem sendo trabalhado, propondo boas práticas na área para auxiliar na adoção das temáticas previstas no PNEDH.

Entendemos que as supracitadas discussões merecem uma atenção maior principalmente diante do desafio que pedagogos e pedagogas encontram em educar para a diversidade e de criar uma cultura de educação voltada para a construção humana. Portanto, o debate e a conceitualização da temática também foram considerados como objeto dessa pesquisa. Enfim, almejou-se realizar um protótipo para contribuir com a realização de atividades lúdicas de educação em direitos humanos.

### **3.2 Questão de pesquisa**

Os espaços educacionais necessitam corresponder aos novos paradigmas que vem mudando com velocidade, torna-se cada vez mais necessário investigar os acontecimentos da contemporaneidade para entender como as teorias se aplicam na vida real. A criação de atividades pedagógicas e formativas para fomentar a Educação em Direitos Humanos é um desses propósitos necessários para atender e de certa forma intervir em prol da transformação da nossa sociedade em algo melhor do que é hoje.

O professor é um elo importante nessa missão, portanto seu ofício deve atender a proposta de formar para educação em direitos humanos. Com base no que já foi explanado até o momento relembramos que se pretende aqui responder ao seguinte questionamento: Como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser fomentadas nas ações pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina, situada no Campus avançado da UNEB?

Assim, ao longo do trabalho buscamos informações que puderam nos ajudar a responder essa questão.

### **3.3 Dos objetivos**

Conforme seus objetivos essa pesquisa é de caráter exploratório, pois, pretende-se uma maior aproximação com o objeto de estudo, para tanto o problema de pesquisa será investigado a ponto de levantar informações que possibilitem propor soluções práticas. Sobre as pesquisas exploratórias, Gil apresenta pontos importantes para sua compreensão. "Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições." (GIL, 2002, p. 41).

#### **3.3.1 Objetivo Geral**

Nosso objetivo geral é investigar como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser inseridas nas atividades pedagógicas da

brinquedoteca Cora Coralina, (localizada na Universidade do Estado da Bahia, campus avançado Lauro de Freitas).

### 3.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo principal foram estabelecidos os seguintes objetivos Específicos:

- I. Compreender a partir dos referenciais teóricos e dos planos nacionais quais são os principais conceitos e propostas sobre a Educação em Direitos Humanos.
- II. Observar empiricamente, através de um estudo de caso as possibilidades de inserção dos Direitos Humanos nas atividades da brinquedoteca.
- III. Propor boas práticas sobre como utilizar a brinquedoteca para educar em e para os direitos humanos e em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento sustentável-ODS.

Para alcançar esses objetivos utilizaremos de recursos como fichamentos oriundos da revisão de literatura, análise de documentos, aplicação de questionário e observação.

### 3.4 Escolhas metodológicas

A presente investigação teve como objeto de pesquisa a inovação educacional e se apresenta com a natureza de Pesquisa Aplicada, pois pretendeu-se investigar por meio de dados coletados possíveis soluções para a necessidade explanada. De acordo com Appolinário (2011, p. 146), a pesquisa aplicada é realizada com o propósito de “[...] resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas.”

A pesquisa aplicada é um recurso que pode ser utilizado para aproximar a universidade da comunidade, mediando e intervindo nos problemas reais encontrados do cotidiano social. (BALBINA; BOAVENTURA; TÁRSIS, 2018)

Devido à subjetividade da supracitada pesquisa a classificamos como abordagem qualitativa, que é a que mais se aproxima concedendo uma melhor

compreensão do presente objeto de investigação. A pesquisa qualitativa deriva da construção social, do conhecimento empírico e das práticas cotidianas, sendo esses alguns dos pontos primordiais que compõem o nosso objeto de investigação.

De acordo com Robert Yin, podemos tratar como objeto de estudo qualitativo a maioria dos acontecimentos da vida real. Segundo este autor esse enfoque tem as seguintes características:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os *participantes*) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. esforçar-se por usar *múltiplas fontes de evidência* em vez de se basear em uma única fonte. (YIN, 2016 p. 7)

Com base nas características citadas acima, optamos pelo enfoque qualitativo, pois pretendemos de início a ampliação do conhecimento a respeito dessa temática em espaços educacionais, diagnosticar e apresentar de que forma as diretrizes para a educação em direitos humanos podem ser aplicadas numa brinquedoteca, colaborar com os sujeitos da pesquisa no que concerne à demanda do desenvolvimento de atividades em EDH e que correspondam aos ODS - propondo assim uma ação direta nesse espaço.

Seguindo as recomendações das pesquisas de natureza qualitativa daremos início à construção do objeto de estudo. Dessa forma, a segunda decisão se referiu à escolha do método anteposto que de acordo com os procedimentos adotados caracterizam-se como sendo este um Estudo de caso. Como afirma Yin (2010, p. 32) “Um estudo de caso é uma investigação empírica que - investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Ainda de acordo com Yin (2010 p.89) o protocolo de estudo de caso é um instrumento que aumenta a confiabilidade e serve de orientação para o pesquisador no momento da investigação.

**Quadro 6 - Protocolo de Estudo de Caso da presente Investigação**

<b>ETAPAS DO ESTUDO DE CASO</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO</b>
---------------------------------	---------------------	---------------------------------------



<b>Etapa exploratória da investigação</b>	Construção do Objeto de Estudo	O Estudo de Caso será usado como prova social da importância das boas práticas para a educação em direitos humanos, que são um caminho promissor para a educação do século XXI.
	Questão de Pesquisa	Como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser fomentadas nas ações pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina, situada no Campus avançado da UNEB.
	Análise Bibliográfica e Documental	Revisão minuciosa da literatura para o entendimento do que se sabe sobre a Educação em Direitos Humanos até o momento. Análise de documentos como o PNEDH e o PPP do curso de licenciatura em pedagogia da UNEB.
	Definição de Lócus da pesquisa	Estudo de Caso único: o local escolhido é a Brinquedoteca Cora Coralina, localizada na UNEB - Lauro de Freitas, que é um importante espaço formativo para os estudantes de pedagogia que utilizam esse espaço como laboratório de experiências.
	Definição dos Participantes	Monitores da Brinquedoteca Cora Coralina que também são estudantes de Pedagogia da UNEB e coordenadora do espaço.
	Apresentação do Projeto	Encontro virtual na Plataforma do Microsoft Teams com os monitores e gestores da brinquedoteca para apresentar o projeto inicial e fazer o convite de participação. Formulação das questões do questionário.
	<b>Levantamento de Dados/ Instrumentos selecionados</b>	Observação
Questionário		Investigar se há contribuição da EDH na formação dos estudantes, se há uma real necessidade na temática proposta e se existe o interesse em receber o material de boas práticas em EDH ao findar a pesquisa.

	Análise de documentos	<p>Analisar plano de curso de licenciatura em pedagogia da UNEB-Lauro de Freitas e a política de uso da brinquedoteca (para diagnosticar o que se aplica da EDH no lócus de pesquisa).</p> <p>Levantamento de trabalhos acadêmicos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), relacionadas à temática educação em direitos humanos no campo da pedagogia para caracterizar o estado da arte ao qual o tema se apresenta.</p>
<b>Análise do contexto</b>	Interpretação do Conteúdo	<p>Analisar o conteúdo a partir das respostas, contextualizando com achados teóricos e documentais. Diagnosticar pontos que demonstraram quais conhecimentos, experiências, formação os sujeitos têm em relação às práticas em EDH.</p>
<b>Solução</b>	Caderno de Boas Práticas Pedagógicas	<p>Propor práticas mobilizadoras dos direitos humanos no campo onde foi desenvolvida a pesquisa.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022

O presente estudo de caso inicialmente apresentou a intenção de fazer uma pesquisa ampla sobre um tema específico, que é a criação de boas práticas em EDH, com intuito de aprofundar no conhecimento dessa temática, colaborar com sugestões de atividades e no fim servir como apoio para outras investigações.

Em relação ao tipo da pesquisa, podemos classificá-la como um estudo de caso único, já que será investigada em uma única unidade, que se refere a brinquedoteca Cora Coralina. A escolha dessa unidade dialoga com o fato de ser um laboratório para os estudantes de pedagogia da UNEB de Lauro de Freitas, conferindo-lhe um caráter único (até mesmo por ser um espaço no qual a pesquisadora já foi monitora), sendo um local propício para a multiplicação do conhecimento a ser aplicado.

Nessa investigação, o Estudo de Caso foi usado como prova social de que boas práticas em direitos humanos funcionam e é um caminho promissor para a educação do século XXI.

Consideramos os objetivos da pesquisa como exploratório, já que a nossa proposta concerne na elucidação de uma problemática que está presente na nossa sociedade e tem a intenção de promover a ampliação de conhecimento a seu respeito, além de colaborar com a difusão de boas práticas em educação em direitos humanos no nosso lócus de atuação. Ainda conforme Gil, “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 1999, p. 43).

Enfim, a escolha do método parte da necessidade de entender e esclarecer sobre o porquê ser ainda tão difícil de efetivar a EDH como política pública, e por que essa política ainda não funciona da forma que deveria? Além dos pontos que já foram explanados, a investigação pretende contribuir com a atuação do futuro pedagogo para o desenvolvimento de atividades pedagógicas fomentadoras dessa cultura.

O estudo de caso também foi utilizado para investigar práticas que dão certo, pois ao observar o funcionamento da brinquedoteca nos experimentos de atividades lúdicas, fica mais fácil perceber os acertos e falhas na busca da solução que almejamos. Apesar de cada caso ser único, observar as estratégias positivas que a brinquedoteca utiliza na realização de suas atividades, permitiu uma maior segurança, pois serviu também como uma referência a ser seguida nesse trabalho.

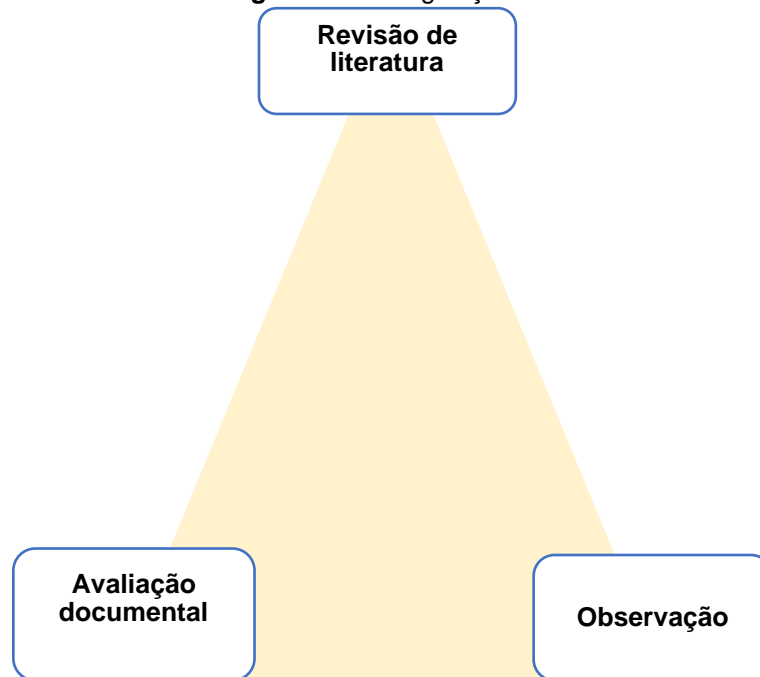
Para empregar maior confiabilidade aos nossos resultados utilizamos como estratégia a triangulação de fontes de dados.

A triangulação de acordo com Vergara (2006, p. 258), “pode ser discutida e explorada com base em dois pontos de vista: como estratégia para alcance de validade do estudo e como uma alternativa para a obtenção e novas perspectivas, novos conhecimentos.”

A triangulação dessa pesquisa se deu a partir de três pontos principais: a revisão de literatura através de (livros, artigos, dissertações e teses), a análise de documentos como (sites, leis, PNEDH, PPP do curso de pedagogia e regimento da brinquedoteca), e a observação participante do pesquisador através da análise de

(questionário com monitores e a participação da rotina de atividades da brinquedoteca).

**Figura 4 – Triangulação de fontes**



Fonte: Autora, 2021.

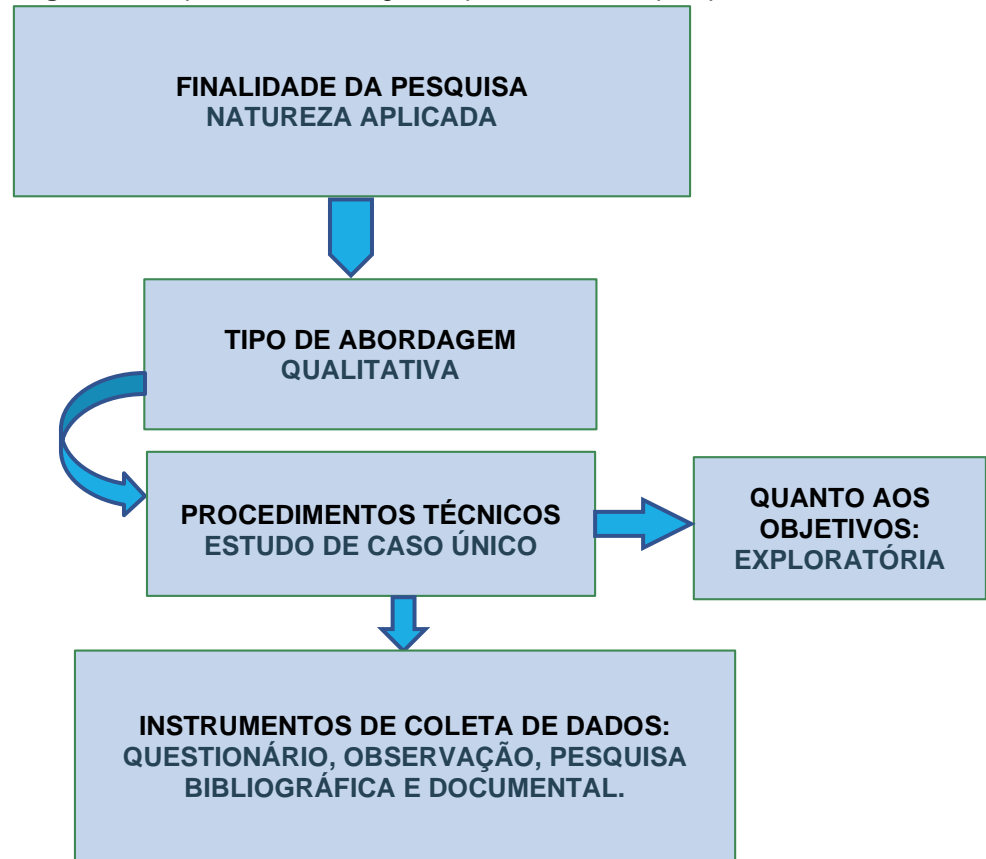
Yin (2001, p. 121), ressalta que na triangulação de dados devemos coletar informações de variadas fontes para fortalecer, tornar robusto o fenômeno. Ainda segundo o autor, “com a triangulação, você também pode se dedicar ao problema em potencial da validade do constructo, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno”.

A investigação de diferentes maneiras das possíveis contribuições dessa temática e a observação da trajetória desse espaço (brinquedoteca Cora Coralina) permitiu o surgimento de ideias diferentes. Inclusive para ser implementadas futuramente em outras brinquedotecas, como é o caso da brinquedoteca do CRDH. A qual pretendemos colocar em prática tais metodologias, tendo em vista que o resultado alcançado foi o desejado.

Sendo assim, optamos por mais de uma fonte (revisão de literatura, análise de documentos e observação) no intuito de tornar o resultado da pesquisa mais crível.

A seguir o resumo dos aspectos metodológicos apresentados no decorrer da pesquisa.

**Figura 5** – Aspectos metodológicos apresentados na pesquisa



Fonte: Autora, 2021.

Assim, inicialmente atingimos o estado da arte por meio de uma revisão minuciosa da literatura para o entendimento do que se sabe sobre a Educação em Direitos Humanos até o momento. Além do exercício hermenêutico na leitura dos textos selecionados, seguimos com a análise de documentos como o PNEDH e o PPP do curso de licenciatura em pedagogia da UNEB, com os questionários aplicados aos gestores e monitores que atuam na brinquedoteca Cora Coralina e com a busca de materiais publicados na BDTD e SciELO nos últimos dez anos, para no fim contribuir com a solução da problemática apresentada.

### 3.5 Instrumentos da coleta de dados

Um dos procedimentos adotados para a coleta de dados será o questionário previamente elaborado. O questionário, segundo Gil (1999, p.121), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”

Assim, utilizamos também a técnica da observação através da participação nas atividades de rotina da brinquedoteca e da aplicação do questionário para coletar informações relacionadas as concepções que os sujeitos da pesquisa apresentam sobre a Educação em Direitos Humanos e suas implicações. Para além, buscamos investigar se há uma real necessidade na temática proposta e se existe o interesse em receber o material de boas práticas em EDH ao findar a pesquisa. Algumas das ações propostas no produto podem ser realizadas conforme as necessidades apresentadas pelos gestores e monitores que frequentam a brinquedoteca Cora Coralina no decorrer do tempo.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE<sup>16</sup>) foi apresentado aos participantes com intuito de garantir que eles sejam conhecedores e que aceitam a pesquisa, além de assegurar o sigilo dos dados indicados.

Como já foi dito, outro tipo de instrumento de coleta de dados que foi utilizado nessa investigação concerne da análise documental do PNEDH, do PPP do curso de pedagogia da UNEB e da busca de materiais publicados na BDTD e SciELO.

Por fim, foi escrito e será apresentado o relatório final de estudo de caso, pertinente ao objeto de estudo.

### **3.6 Etapas da pesquisa**

Organizaremos agora os procedimentos adotados para alcançar os objetivos dessa pesquisa em etapas.

#### **3.6.1 Primeira etapa – Levantamento bibliográfico e documental**

---

<sup>16</sup> O TCLE conforme resolução CNS 466/2012 é o documento que garante ao participante da pesquisa o respeito aos seus direitos, através da nossa legislação.

Consiste na seleção e leitura de textos que serviram de escopo teórico para compreender o que é a EDH, bem como a utilização de práticas lúdicas e inovadoras podem contribuir na efetivação de uma cultura de direitos humanos.

Em relação aos autores que serviram de embasamento para a pesquisa e que colaboraram com entendimento da temática, tornando possível uma solução para a problemática apresentada, estes estão elencados em categorias conforme demonstrado no quadro a seguir:

**Quadro 7 – Autores utilizados na pesquisa bibliográfica**

<b>Tema</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO</b>
<b>Direitos Humanos</b>	BENEVIDES; CASTILHO; CARBONARI; CANDAU E SACAVINO; ROCHA.	2000-2011-2019-2013- 2014;2018
<b>Educação em Direitos Humanos e o PNEDH</b>	BENEVIDES, CANDAU, MONTEIRO E TAVARES, TAVARES, ZENAIDE, GADOTTI.	2000-2007-2013-2007-2016-2000
<b>EDH e o currículo do Pedagogo</b>	SAVIANI; SILVA; MOREIRA E SILVA; CANDAU E SACAVINO.	2011-2005-2008-2013
<b>O lúdico na construção dos sujeitos de direitos</b>	CARBONARI, CANDAU, MALUF, AFONSO E ABADE	2008-2003-2008-2013
<b>Brinquedotecas</b>	CUNHA; CARNEIRO; ABBri	1992-2015-2022

Fonte: Autora, 2020.

A pesquisa documental concerne na sistematização das ideias iniciais, a fim de entender documentos como o PNEDH- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (versão mais recente de 2013), as DNEDH - Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos de 2012 - o Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia da UNEB e o Regulamento das Brinquedotecas da UNEB entre outros. Como pode ser visto no quadro a seguir:

**Quadro 8 – Documentos utilizadas na pesquisa bibliográfica**

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ANO</b>	<b>TEMA</b>
<b>DUDH-</b> Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	Proteção universal dos direitos humanos
CADERNO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Diretrizes Nacionais	2013	Informações relativas à educação em direitos humanos.
Constituição Federal	1988	Legislação brasileira
<b>PNEDH-</b> Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2003/ 2007	Política pública para a construção de uma cultura de direitos humanos
<b>PNE-Plano Nacional de Educação</b>	2014/ 2024	Diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação.
<b>DCN'S-</b> Diretrizes Curriculares Nacionais	2010	Orientação para o planejamento <b>curricular</b> das escolas e dos sistemas de ensino.
<b>PPP-</b> PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA- UNEB	2007	Perspectivas de formação do profissional de Pedagogia.
<b>ECA-</b> Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	Marco legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.
Resolução nº <b>1.486 (2021)</b>	2021	Regulamento das brinquedotecas universitárias da UNEB

Fonte: Autora, 2020.

### 3.6.2 Segunda etapa – Instrumentos para análise de dados

Para a elaboração dos instrumentos de análise de dados foram aplicados questionários com os gestores e monitores da brinquedoteca Cora Coralina, (sendo que os monitores são também estudantes do curso de pedagogia da UNEB em



Lauro de Freitas) para entender se há contribuição da EDH na formação dos estudantes, além de investigar como a EDH pode ser aplicada na brinquedoteca.

Faremos também uma análise do plano de curso de licenciatura em pedagogia da UNEB-Lauro de Freitas e na política de uso da brinquedoteca (para diagnosticar o que se aplica do PNEDH e das DNEDH no lócus de pesquisa). Além de um levantamento de trabalhos acadêmicos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), relacionadas à temática educação em direitos humanos no campo da pedagogia para caracterizar o estado da arte ao qual o tema se apresenta.

### 3.6.3 Terceira etapa – Interpretação do conteúdo

A terceira etapa será norteadada pela técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2004): caracterizada como uma pré-análise de descrição analítica e de interpretação inferencial. Os temas tomarão forma no curso da própria análise (abordagem indutiva).

Foi feita a análise dos dados coletados que auxiliou na elaboração do produto principal que é o relatório de estudo de caso. Além do produto acessório tal como: Caderno de boas práticas em EDH idealizadas para a brinquedoteca.

A análise dos conteúdos coletados foi produzida com o intuito de fazer um diagnóstico sobre as atividades realizadas na brinquedoteca, ressaltando pontos que demonstraram quais conhecimentos, experiências, formação os sujeitos têm em relação às práticas em EDH, a fim de propor práticas mobilizadoras dos direitos humanos no campo onde foi desenvolvida a pesquisa.

## 3.7 Caracterização do campo de pesquisa

A presente pesquisa foi realizada na brinquedoteca Cora Coralina no campus avançado da UNEB-Lauro de Freitas, situada na Rua Vereador Jone Kiss, 258 - Parque Santa Julia, Lauro de Freitas– BA.

O município de Lauro de Freitas conhecido também como Litoral Norte (devido a sua localização que está situado no norte do Estado da Bahia) pertence à

região metropolitana de Salvador, possui uma área de quase 60km<sup>2</sup> e população de 171.042 habitantes segundo dados do (IBGE, 2012).

**Figura 6** – Localização geográfica do Município Lauro de Freitas



Fonte: Wikipedia, 2020.

A UNEB surge nesse município no formato de “curso fora de sede” do Campus I (Salvador), mas logo se consolida como campus avançado, com a oferta de dois cursos de graduação que são eles: pedagogia e ciências contábeis. Localizado atualmente no bairro chamado de Itinga, área de grande concentração de comércio e bairro mais populoso do município, a UNEB não atende apenas a população de Lauro de Freitas, mas também como de outros municípios próximos como Simões Filho, Camaçari, Dias D’ávila, Mata de São João e até mesmo de Salvador.

**Figura 7** – Imagem do bairro Itinga em Lauro de Freitas



fonte: Revista Villas Magazine, 2022.

Entre os 24 campi espelhados pela Universidade do Estado da Bahia, o curso regular de licenciatura em pedagogia é ofertado em 14 deles. Já as brinquedotecas universitárias estão presentes em 19 unidades, dentre estas encontra-se a brinquedoteca Cora Coralina que está situada no campus avançado da UNEB-Lauro de Freitas. A brinquedoteca foi inaugurada em 2015 por uma iniciativa do professor doutor Antônio Amorim que enquanto pró-reitor da PROGRAD- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação concorreu a um edital da CAPES, o que resultou na instalação da brinquedoteca Cora Coralina, nome esse escolhido por ele devido a trajetória dessa poetiza.

**Figura 8** – Imagem da Rua Vereador Jone Kiss (fachada da UNEB em Lauro de Freitas)



Fonte: Google maps, 2023.

O quadro de colaboradores da brinquedoteca Cora Coralina é composto por coordenadores, professores, monitores e alunos que frequentam esse espaço. Atualmente, a brinquedoteca Cora Coralina é gestada por uma coordenadora geral (DEDC I), duas coordenadoras pedagógicas (professoras do Campus I) e uma técnica (CALFRE) que coordena toda parte administrativa. A equipe atualmente é formada por quatorze monitores voluntários que são estudantes de graduação da UNEB e de outras instituições.<sup>17</sup> E para a produção desta pesquisa serão envolvidos os monitores e gestores responsáveis pelo espaço.

A Brinquedoteca funciona nesse local em parceria com a SEMED-Secretaria de Educação do Município de Lauro de Freitas, que fornece o transporte e o lanche para as crianças matriculadas na rede, que chegam nesse espaço para participar das atividades propostas pelos monitores. O espaço também atende as crianças da comunidade local, filhos de funcionários, filhos de alunos da UNEB, na faixa etária entre cinco e doze anos, quatro dias na semana, ofertando 25 vagas presenciais para o turno matutino e 25 vagas para o vespertino, respectivamente das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

O período de isolamento social devido a pandemia de COVID-19 trouxe a necessidade de mudança na rotina desse espaço, dessa forma as atividades presenciais foram suspensas e passou a funcionar a brinquedoteca virtual. Esse novo formato conta com o projeto “brincar em tela” onde é desenvolvido através de uma plataforma de ensino encontros com as crianças para brincar e contar histórias.

Além dos encontros com as crianças, são feitos os encontros formativos semanais com a equipe de gestores e monitores através de plataformas virtuais. Nesse mesmo formato acontecem os encontros deliberativos, onde são tomadas decisões, programadas ações e onde são passados os últimos informes.

A missão desse espaço caminha na direção de ser um local social e educacional de brincadeira, que além de promover a formação docente, propõe a integração da criança a universidade zelando por seu crescimento como cidadão. Esse espaço é voltado para promover o brincar e o lúdico no entorno da universidade.

---

<sup>17</sup> Informações obtidas na I JIPE (1ª Jornada Integrada da Pesquisa e Extensão no Campus I/UNEB. Mesa temática: As brinquedotecas universitárias suas ações de pesquisa e extensão. Transmitido no dia 12 de novembro de 2020. Palestrantes: profa. Drª Antonete Xavier e Jociane Cajado (DEDC I); profa. Ms. Mª Helena e Mônica Bitencourt (DEDC I- Campus avançado Lauro de Freitas-UNEB); mestranda Daniela Capistrano e graduanda Taís Vianna (DEDC I). Mediação: Georgia Farias.

**Figura 9** – Pirâmide esquemática do uso da brinquedoteca Cora Carolina



Fonte: Autora, 2020.

Como o nosso objeto de pesquisa é a inovação educacional, a escolha da brinquedoteca Cora Coralina conflui com o fato desse espaço também ser um local que inova e tem sucesso, contribuindo assim para o crescimento em que o objeto de estudo está inserido.

**Figura 10** – Imagem da brinquedoteca Cora Coralina



Fonte: brinquedoteca Cora Coralina, 2020.

A brinquedoteca Cora Coralina funciona como uma espécie de laboratório interdisciplinar para os discentes de pedagogia que atuam como monitores



voluntários e realizam seu estágio supervisionado. Além de ser um ambiente de experimentação que prepara para futuras atuações em sala de aula, esse espaço também pode ser direcionado para construções, discussões e avaliações de estratégias pedagógicas que funcionam ou não nos espaços educacionais.

Utilizamos destas informações como critério de adoção do local da pesquisa. Primeiramente por ser um local onde se torna possível o ensaio de diferentes metodologias, sendo que as monitoras que atuam nesse espaço poderão futuramente multiplicar tais ações em seus espaços de trabalho. Outro ponto importante é que a brinquedoteca é um espaço que já apresenta êxito em suas ações que priorizam o brincar e o lúdico. Agregar a EDH e as ODS a missão da brinquedoteca poderá trazer benefícios no campo educacional e social das pessoas que frequentam essa instituição.

Em relação à estrutura física o espaço é bem-organizado, possui recursos como: móveis e brinquedos de madeira (criteriosamente analisados pelas equipes de trabalho para segurança das crianças), jogos didáticos, fantoches, livros, cantinho da feirinha de frutas, cantinho da leitura e cantinho das casas de bonecas entre outros. As ações desenvolvidas na brinquedoteca vão desde a contação de histórias, oficinas de artes, rodas de conversas, além dos jogos educativos e brincadeiras. O espaço conta com um ambiente lúdico-pedagógico que permite que as crianças possam exercer o seu direito de brincar e aprender, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Escolhemos o trabalho com a brinquedoteca por seu envolvimento com a comunidade, além de ser um espaço formativo, que permite trocas de experiências, reflexões e autoavaliações das ações desenvolvidas por meio de oficinas e planos de trabalhos realizados junto às crianças.

Dessa forma, o trabalho idealizado nesse projeto veio da perspectiva que esses monitores possam ser multiplicadores das ações aqui propostas. A brinquedoteca é um espaço lúdico, que envolve o imaginário das crianças e com resultados voltados para a transformação social, sendo assim, é um locus ideal para trabalhar com a EDH na formação de sujeitos de direitos, com capacidades críticas e dialógicas para intervir em seus espaços. Sendo que o fato de utilizar abordagens lúdicas tornam as ações desenvolvidas nesse locus ainda mais significativa.

### **3.8 Requisitos de Tecnologia Social e Educacional**

Como já foi explanado, a presente investigação apresenta enfoques relacionados à educação e a gestão. Sobretudo, por apresentar uma relação direta com o ensino e a construção de saberes pertinentes aos direitos humanos e pela tentativa de apresentar soluções criativas transversalmente a utilização de Tecnologia Social (TS).

A Tecnologia Social aparece como uma proposta com contribuições interdisciplinares, que direciona a criação de produtos a partir de uma demanda e apresenta como objetivo a inclusão social de certos grupos. É uma resposta para ineptidão apresentada pela Tecnologia Convencional (TC) a determinados grupos sociais e que apresenta soluções como a democratização do conhecimento. (PROFNIT, 2021)

Por se tratar de um projeto promotor da educação, que busca através de sua práxis gerar um resultado transformador e emancipatório a partir de propostas de soluções inovadoras, consideramos esse trabalho uma Tecnologia Social (TS), bem como o seu produto referente ao Caderno de Boas Práticas.

O Caderno de Boas Práticas tem o intuito de produzir conhecimento por meio de atividades práticas relacionadas à Educação em Direitos Humanos.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO: CADERNO DE BOAS PRÁTICAS

Com base nos estudos e nas análises de conteúdos feitas até aqui, será elaborado o caderno de boas práticas pedagógicas em educação para os direitos humanos, para ser disponibilizado a gestão da brinquedoteca Cora Coralina no que concerne a realização de uma proposta para apoiar e direcionar sua equipe pedagógica em prol do exercício de práticas que estejam em conformidade com o PNEDH e as ODS.

### **4.1 Apresentação: Boas práticas pedagógicas a partir de uma abordagem da educação em direitos humanos**

Entendemos Boas Práticas<sup>18</sup> como a adoção de ações pedagógicas consideradas as melhores ou as mais adequadas, contribuindo assim para o alcance de bons resultados.

Portanto, o caderno de Boas Práticas pedagógicas foi planejado para auxiliar a gestão da brinquedoteca Cora Coralina no planejamento de atividades em EDH. Pretendemos colaborar de forma efetiva na atuação da brinquedoteca para a elaboração e desenvolvimento de atividades pedagógicas lúdicas e norteadoras da Educação em Direitos Humanos e que também atendam aos ODS.

O intuito inicial foi de atender uma demanda já prevista no PNEDH, pretendemos por meio da apresentação dessa proposta engajar práticas pedagógicas em prol de transformações sociais.

A proposta para a criação desse caderno de boas práticas contará com atividades lúdicas e estruturadas em sequências didáticas com o objetivo pedagógico de proporcionar o entendimento relativo aos eixos temáticos da EDH e contribuir para que os monitores, que em grande parte estão estudando para serem pedagogos(a) possam ser multiplicadores da cultura de DH.

---

<sup>18</sup> Boas Práticas “Esta expressão, derivada do inglês «best practice», denomina técnicas identificadas como as melhores para realizar uma determinada tarefa, atividade ou procedimento visando o alcance de um objetivo comum.” Fonte: [www.gov.br](http://www.gov.br) Acesso: 22/04/2023



## 4.2 Educar em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos se estabelece hoje como a principal estratégia na formação de pessoas em contexto de emancipação social. Concordamos com as diretrizes para EDH ao ratificar que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.” (BRASIL, 2012)

Enfim, formar sujeitos de direitos para a defesa da democracia, da diversidade e da dignidade humana é a tarefa mais urgente que nossa sociedade precisa cumprir para a construção de uma sociedade mais humana, responsável e igualitária.

## 4.3 A proposta de boas práticas para educar em direitos humanos?

De acordo com o PNEDH existem três dimensões necessárias para a promoção da EDH, são elas:

a) **conhecimentos e habilidades:** compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; b) **valores, atitudes e comportamentos:** desenvolver valores e fortalecer atitudes e Comportamentos que respeitem os direitos humanos; c) **ações:** desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos (PNEDH, 2007, p. 32, grifo da autora).

Para alcançar a meta relativa à promoção de conhecimentos, valores, comportamentos e ações de defesa aos direitos humanos através dessas propostas de atividades lúdicas e norteadoras da Educação em Direitos Humanos, trabalharemos com a **sequência didática**. Segundo Zabala (1998, p.18), sequência didática é: “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”.

Assim, organizamos o caderno de boas práticas através de uma sequência de atividades pensadas e elaboradas com intuito de sensibilizar para a temática e de propor ideias para atividades com metodologias que envolvam o lúdico, a diversão e

o conhecimento relativo aos eixos temáticos da EDH para crianças em idade escolar.

O primeiro momento da proposta concerne na sugestão de determinados documentários e filmes, com o objetivo de gerar uma sensibilização nos futuros pedagogos em relação a temáticas que tratam da infância, do lúdico, da educação e da desigualdade social.

O segundo momento consiste na apresentação de protótipos em forma de sequências didáticas de atividades lúdicas que abordam a temática dos DH.

Por fim, deixaremos sugestões de sites e espaços virtuais que tratem sobre a temática em questão, a fim de ampliar o conhecimento na área.

#### **4.4 Objetivos do caderno de boas práticas:**

- Promover ideias de atividades lúdicas fomentadoras da educação em direitos humanos.
- Atender as orientações previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Apoiar a formação dos alunos do curso de pedagogia da UNEB - Lauro de Freitas para o desenvolvimento de propostas pedagógicas envolvendo a utilização de metodologias alternativas para o ensino da EDH.

##### **4.4.1 Etapa I – Dicas de documentários e filmes para discutir a temática**

O principal intuito dessa etapa é de promover a sensibilização dos estudantes de pedagogia para que esses percebam a importância da Educação em Direitos Humanos para a formação de sujeitos de direitos, tornando-os capazes de entender as violações dos direitos humanos que acontecem por toda a parte, e mais ainda, entender seu lugar de luta contra essas violações.

A tabela a seguir é composta por sugestões de documentários e filmes motivadores, que servirão para uma reflexão sobre questões que ferem os Direitos humanos como: a precarização das escolas públicas brasileiras, pouco acesso à universidade pública para a população mais carente, exploração nas relações de

trabalho, a falta de acesso a direitos básicos como moradia, cultura e educação, além de documentários entusiastas que tratam sobre o valor da educação e a importância do brincar e do lúdico na construção humana.

**Quadro 9** – Dicas de documentários e filmes para discutir questões relativas aos DH

<b>Documentário/Filme</b>	<b>Direção/ano</b>	<b>Tema</b>
<b>Nunca me sonharam!</b>	Cacau Rhoden/2017	Reflexão sobre o valor da educação, expectativas e sonhos para o futuro de estudantes de ensino médio nas escolas públicas do Brasil, na voz de estudantes, gestores, professores e especialistas.
<b>Tarja branca: a revolução que faltava.</b>	Cacau Rhoden/2014	A importância de continuar sustentando o lúdico da nossa infância, que o sistema nos impele a abandonar em nossa vida adulta. Repensar a infância dos tempos atuais.
<b>Acabou a Paz, isto aqui vai virar o Chile – Escolas ocupadas em São Paulo.</b>	Carlos Prinzato/2016	A coragem, a autonomia, a horizontalidade e a solidariedade demonstrada pelos estudantes secundaristas contra a precarização do ensino e o fechamento de escolas em 2015 e o apoio popular ao movimento deixou sua marca na história das lutas populares do Brasil.
<b>Filme: Que horas ela volta?</b>	Anna Muylaert/2015	Trata dos conflitos que acontecem entre uma empregada doméstica do Brasil e seus patrões de classe média alta, criticando as desigualdades da sociedade brasileira.

Fonte: Autora, 2020.

#### **4.4.2 Etapa II – Sequências didáticas com atividades lúdicas em Direitos Humanos**

Antes de expor as sequências didáticas adotadas na brinquedoteca, apresentaremos a seguir sugestões para a organização dos espaços da Brinquedoteca (chamados de cantinhos) de forma que permita sua utilização para Educar em Direitos Humanos e para a sustentabilidade.

**Quadro 10** - Utilização dos espaços da brinquedoteca para educar em e para os Direitos Humanos

<b>CANTINHOS DA BRINQUEDOTECA</b>	<b>UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>

<p><b>Cantinho da leitura</b></p>	<p><b>Contação de histórias</b></p> <p>Colocar à disposição livros infantis com abordagens em Direitos Humanos apresentando para as crianças temáticas como: acesso à educação, dignidade humana, representatividade negra e direitos sociais.</p> <p><b>Sugestões de livros:</b> Um outro país para Azzi; Amoras; Bucala: A pequena princesa do quilombo do cabula; Meu Crespo é de rainha; Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis; As tranças de Bintou; Betina; Malala: a menina que queria ir para escola; Mandela: o africano de todas as cores.</p>
<p><b>Cantinho do faz de conta, da imaginação e teatrinho</b></p>	<p>Colocar imagens que provoquem a reflexão sobre temas como o Bulling, diáspora, degradação do meio ambiente entre outras questões humanas e de cidadania, no intuito de que as crianças procurem refletir e solucionar tais problemas através da encenação, dramatização e do faz de conta.</p>
<p><b>Cantinho dos jogos e brinquedos diversos</b></p>	<p>Aqui educadores podem criar diversos jogos como por exemplo: Bingo, jogo da memória e jogo de tabuleiro (é possível associar esses jogos a diversas temáticas dos Direitos Humanos e da sustentabilidade)</p> <p><b>Sugestão:</b> O Senac São Paulo e a associação Palas Athena criaram o jogo <b>Diário de Amanhã</b>. Com aprovação da Unesco, o material virtual utiliza situações do cotidiano para proporcionar a reflexão, discussão e prática dos princípios apresentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p>
<p><b>Cantinho das invenções ou arte em sucatas.</b></p>	<p><b>Confecção de bonecas de pano artesanais Abayomi<sup>19</sup></b> (trabalhar identidade, autoestima e ancestralidade)</p> <p><b>Confecção de brinquedos com reciclados</b> (promover uma reflexão sobre consumo consciente, reutilização e sustentabilidade)</p> <p><b>Confecção de quadros e obras de artes</b> (Propor a criação de quadros entre outras obras de arte através da sensibilização sobre diferentes temáticas dos DH e da sustentabilidade).</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

A seguir apresentaremos algumas das atividades lúdicas em EDH que farão parte da proposta para a brinquedoteca. O principal intuito dessa proposta é que os estudantes que atuam na brinquedoteca possam experienciar essas atividades

<sup>19</sup> Conferir o trabalho da artista e artesã Lena Martins natural de São Luís do Maranhão. Disponível em: (instagram.com@abayomi.lena)

nesse espaço e a partir desse exercício possam ressignificar essas atividades, sendo um multiplicador desse campo de conhecimento em seus ambientes de trabalho.

**Quadro 11** – Sequências didáticas com atividades lúdicas em EDH

<b>Sequência Didática</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Como</b>
Brincando de faz de conta: Eu defendo os Direitos Humanos.	Apresentar exemplos de atitudes contrárias aos Direitos Humanos para estimular condutas de defesa à cultura da paz nos participantes.	Através de imagens com situações que demonstram o desrespeito e a violação dos DH, propor a criança que através do faz de conta ressignifique a situação, demonstrando uma conduta contrária a que foi apresentada na imagem.
Jogo da memória: Símbolos da luta pelos Direitos Humanos.	Apontar a importância de ser engajado em lutas sociais através das histórias de algumas personalidades que lutaram de alguma forma em defesa dos DH.	Brincar de jogo da memória (com pares iguais de fotos com personalidades que lutaram de alguma forma em defesa dos Direitos Humanos) e a cada acerto de par contar a história e a luta da personalidade encontrada.
Bingo da sustentabilidade .	Apresentar alguns objetivos para o desenvolvimento sustentável.	Solicitar que as crianças desenhem no papel uma tabela de bingo e que escolham seis dos 17 objetivos previstos nos ODS (que estarão escritas na lousa), para dar início ao bingo divertido e aprender algumas ações sustentáveis.
Um conto que é a nossa cara: Literatura infantil e representatividade de negra.	Abordar aspectos capazes de favorecer a elevação da autoestima e o reconhecimento de identidades étnico-raciais.	Através da contação de história infanto-juvenil apresentar alguns contos africanos e permitir que as crianças façam seu reconto ressaltando a representatividade negra e resgatando alguns valores humanos.
Oficina das bonecas Abayomi.	Valorizar a influência da cultura africana na formação da identidade	Contação da história da Boneca Abayomi ressaltando alguns elementos das raízes culturais afro-brasileiras por meio da história. Além da confecção

	negra brasileira.	manual da boneca preta Abayomi.
Contaçon de história: Malala, a menina que queria ir para a escola	Trabalhar com a cultura da paz, direitos da criança e cidadania	Contaçon da história da menina que é símbolo da defesa do direito à educação em seu país e se tornou referência no mundo. Apresentando alguns aspectos culturais do Paquistão (País onde Malala nasceu) como a brincadeira de Onch Neech, brincadeira típica do Paquistão, parecida com o Pega-Pega, porém os participantes podem subir em algum lugar alto para fugir. No final da brincadeira, falar sobre os direitos das crianças em qualquer lugar do mundo.

Fonte: Autora, 2020.

## 5 RESULTADOS OBTIDOS DA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO: PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

No que diz respeito à análise de dados produzidos no decorrer da investigação, foram geradas informações a partir da aplicação de questionário on-line no google forms e nas observações direta oriundas dos encontros formativos e deliberativos promovidos através da equipe responsável pela brinquedoteca.

Para entender como boas práticas para educar em direitos humanos podem ser fomentadas nas ações pedagógicas da brinquedoteca, buscamos inicialmente respostas através da investigação de informações fornecidas por monitores e gestores que atuam nessa brinquedoteca.

Durante o período de observação passamos a integrar o grupo do aplicativo de conversa da brinquedoteca (espaço onde são passados informes), participamos também de algumas reuniões deliberativas (que tratavam sobre os planejamentos, as decisões e reflexões das atividades propostas nesse espaço) e do brincar em tela<sup>20</sup>.

Tais achados constituem parte do escopo da pesquisa, que por tratar de uma pesquisa aplicada, seus resultados subsidiaram o nosso produto, servindo de bússola para aplicação prática do conhecimento que buscamos desvendar nessa investigação. Enfim, estamos propondo um produto que atenda as reais necessidades do público investigado e que possa ao menos gerar uma possível solução para o nosso problema de pesquisa.

### **5.1 Análise dos questionários respondidos pelos(as) monitores (as) da brinquedoteca.**

Reforço mais uma vez que a presente pesquisa apresenta como foco sugestões de boas práticas em EDH para o uso da brinquedoteca, e pretende colaborar com o desenvolvimento de habilidades nos profissionais que atuam nesses espaços brincantes para trabalhar com a educação em direitos humanos.

---

<sup>20</sup> Brincar em tela é um projeto da brinquedoteca que destina um espaço on-line direcionado para as monitoras pôr em prática as atividades brincantes, tal projeto foi pensado para as crianças da rede de ensino municipal de Lauro de Freitas.

Participaram da investigação monitores e gestores da brinquedoteca respondendo a um questionário, que foi usado como fonte de análise dos dados obtidos.

A proposta do questionário foi apresentada em um encontro deliberativo da brinquedoteca, onde foi destinado um tempo a pesquisadora para apresentar sua proposta de projeto e convidar a equipe da brinquedoteca a participar da pesquisa. O questionário foi enviado através do grupo formado em um aplicativo de mensagens da brinquedoteca, enquanto que outros receberam por e-mail.

Ao iniciar a pesquisa, a equipe da brinquedoteca contava com quatorze monitores (estudantes da UNEB), já no início do ano de 2022 o quadro de colaboradores sofreu algumas alterações, houve uma redução no quantitativo de monitores, que por motivos diversos romperam o vínculo com a brinquedoteca, sendo que outros novos monitores passaram a integrar o grupo. Continuamos a pesquisa apenas com os dez participantes (monitores) que permaneceram na equipe e participaram da pesquisa desde o início.

O questionário destinado aos monitores foi organizado com treze questões objetivas e apenas uma subjetiva. Enviamos o formulário para os quatorze monitores da equipe inicial, mas, como foi relatado antes, no decorrer da execução do projeto alguns monitores deixaram de atuar na brinquedoteca, sendo assim, obtivemos as respostas de dez monitores.

O intuito da aplicação do questionário foi de atender ao nosso objetivo geral em investigar como boas práticas para a educação em direitos humanos podem ser inseridas na brinquedoteca universitária, além de atender a um dos objetivos específicos que é o de propor boas práticas sobre como utilizar a brinquedoteca para educar em direitos humanos. Para responder a esses objetivos e saber se existia a necessidade e o interesse na nossa proposta, adicionamos ao questionário perguntas que pudessem sanar essas dúvidas.

Assim, buscamos entender através da investigação se existia o interesse por parte dos sujeitos participantes nessa temática e se existia a necessidade da criação de um caderno de Boas práticas para colaborar com a atuação desses sujeitos nesse quesito.

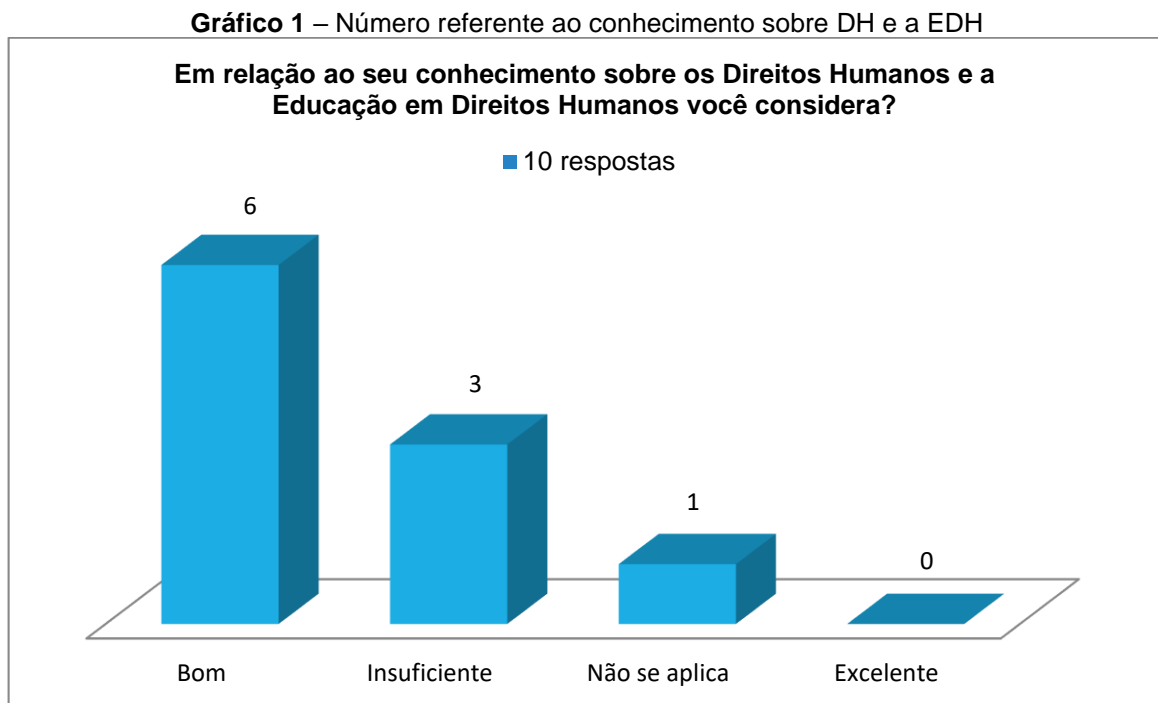
Todos os participantes leram e concordaram com o TCLE, antes de participar da pesquisa.



Inicialmente, perguntamos sobre a formação e atuação das monitoras, nessa questão todas as entrevistadas responderam que são estudantes do curso de nível superior do curso de pedagogia UNEB e que não possuem uma formação específica na área de gestão educacional.

Sobre o tempo de atuação na área da educação, as monitoras responderam que possuem experiências que variam entre 1 a 4 anos nesse ramo. Sendo que uma das monitoras respondeu que tem experiência de no mínimo 7 anos.

Em seguida, indagamos sobre os conhecimentos relacionados a direitos humanos e a educação em direitos humanos, que pode ser vista no gráfico a seguir.

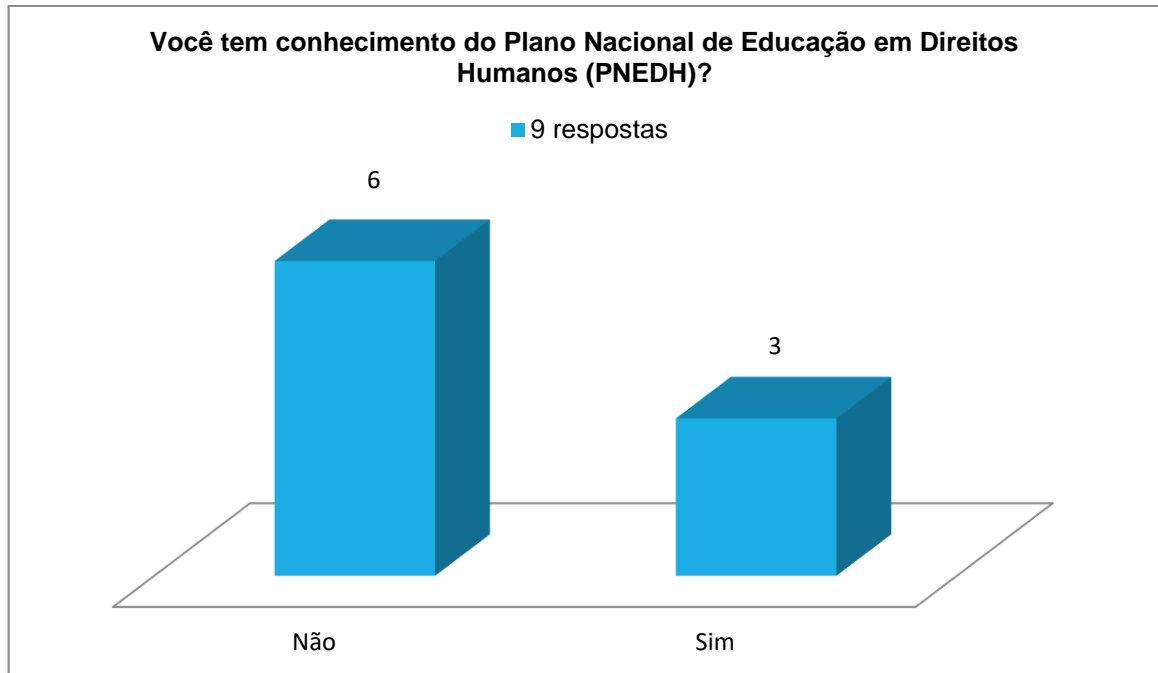


Fonte: Autora, 2022.

A maioria dos entrevistados consideram que seus conhecimentos a respeito da temática são bons. Sendo que três consideram insuficiente e uma pessoa diz que esse conhecimento não se aplica.

Em seguida, foi questionado se as monitoras sabem ou já ouviram falar que existe um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

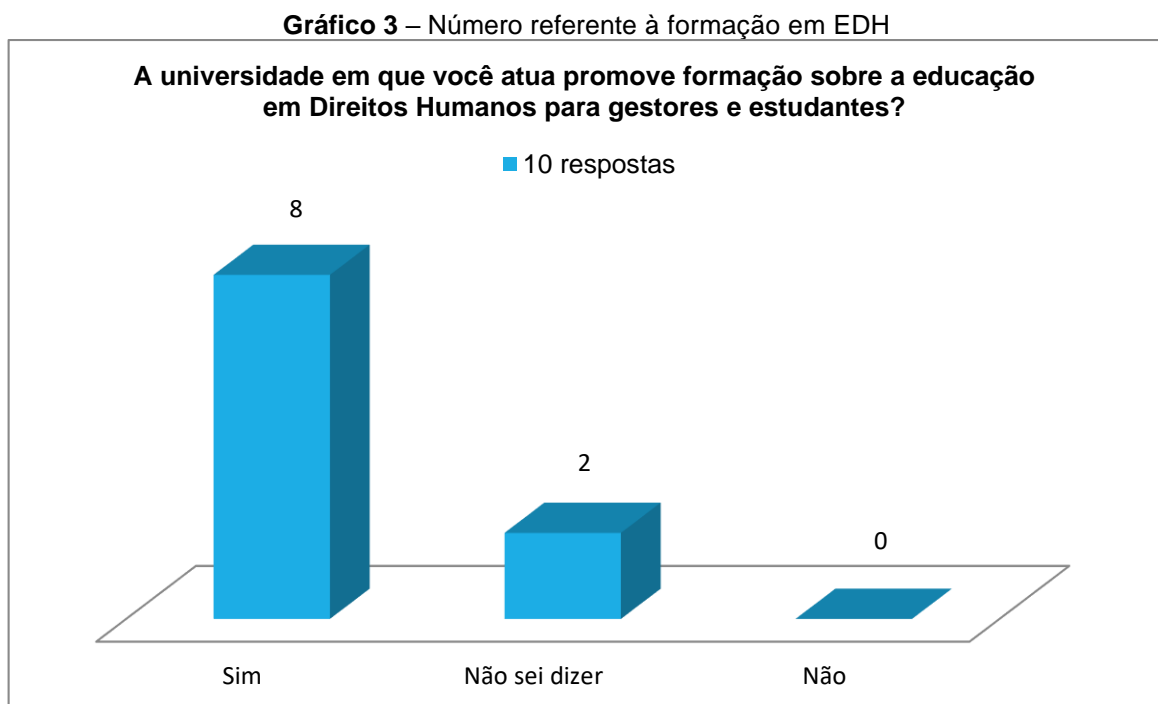
**Gráfico 2 – Número referente ao conhecimento do PNEDH**



Fonte: Autora, 2022.

Seis dos entrevistados relataram que não sabem que esse plano existe, sendo que três já ouviram falar da existência desse plano.

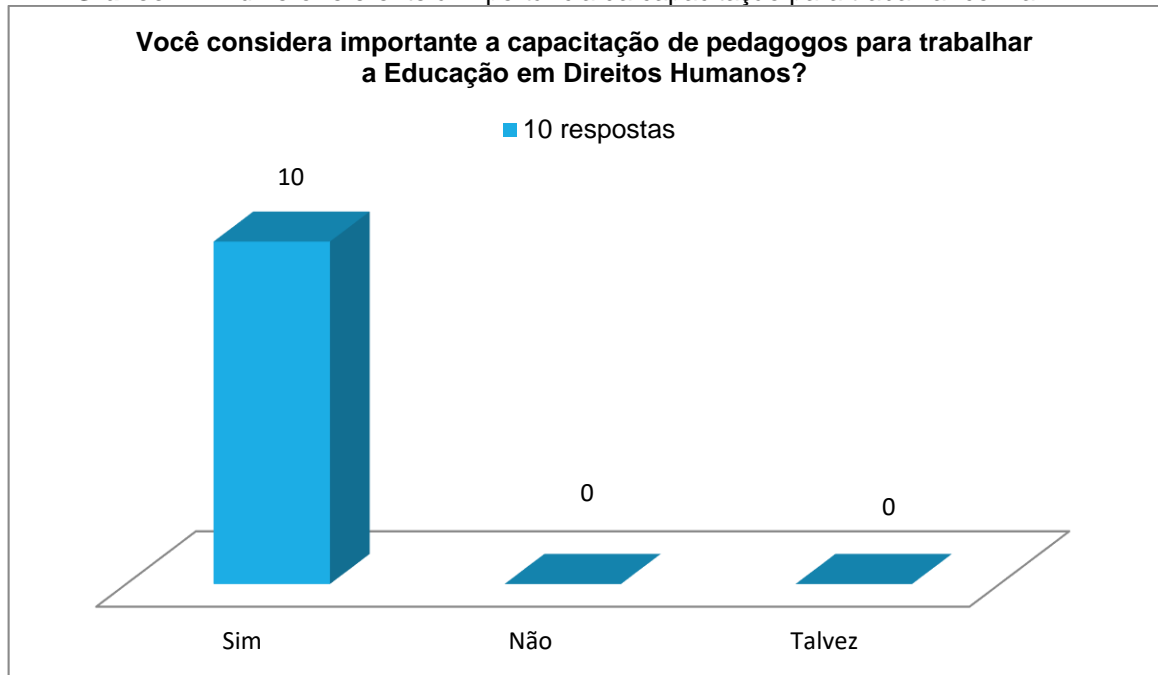
Já sobre a formação para a Educação em Direitos Humanos, a maioria dos entrevistados garantem que a universidade no qual eles fazem parte promove meios para a formação nessa área.



Fonte: Autora, 2022.

Quando indagados sobre a importância da capacitação/formação do pedagogo para trabalhar com a EDH, existiu uma unanimidade entre os entrevistados ao considerar que, sim, a capacitação em EDH é muito importante na formação do pedagogo.

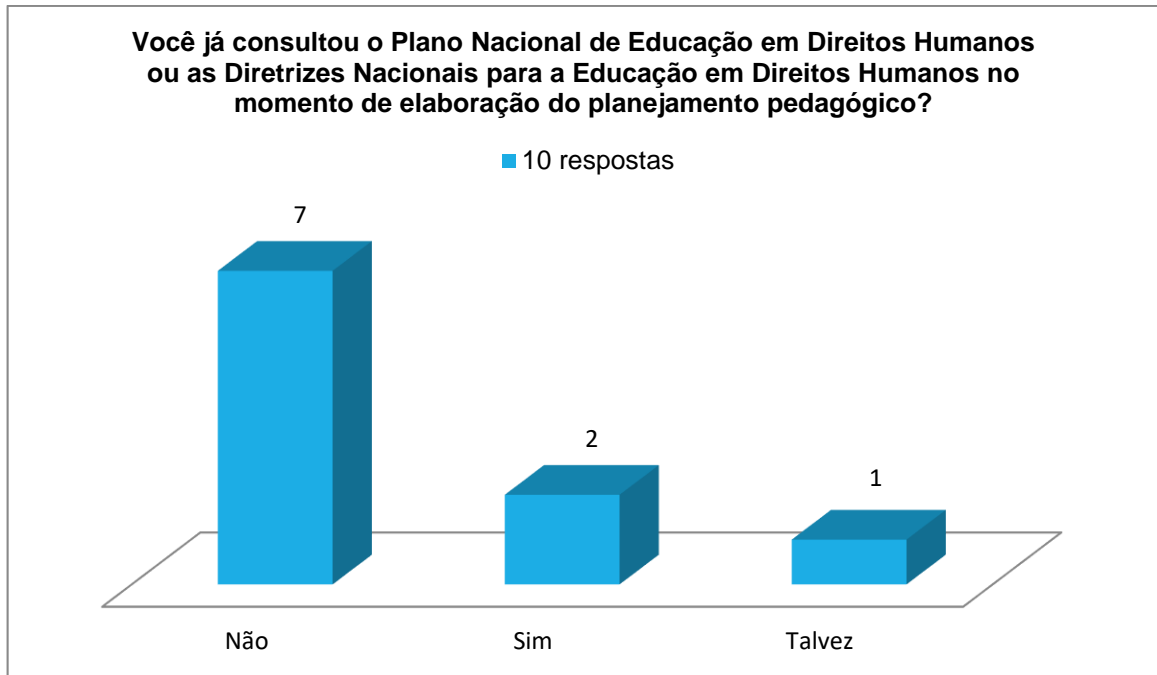
**Gráfico 4** – Número referente à importância da capacitação para trabalhar com a EDH



Fonte: Autora, 2022.

Em relação a prática pedagógica, foi perguntado se em algum momento do planejamento pedagógico o PNEDH foi contemplado ou até mesmo consultado. 70% disseram que não, nunca consultaram o PNEDH no momento do planejamento.

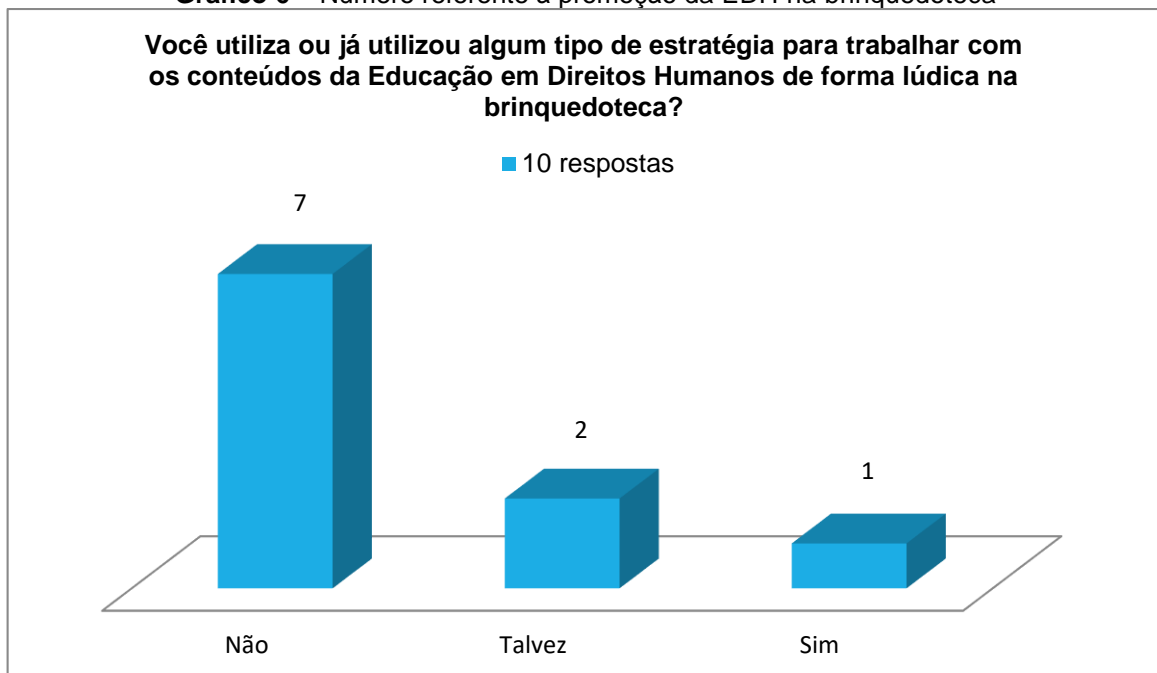
**Gráfico 5** – Número referente à consulta ao PNEDH ou as DNEDH no planejamento pedagógico



Fonte: Autora, 2022.

Ainda em relação a prática pedagógica, foi indagado se os participantes já utilizaram algum tipo de estratégia ou atividade para trabalhar com a temática da educação em direitos humanos de forma lúdica na brinquedoteca. Apenas uma pessoa relatou que sim, que já realizou algum tipo de atividade relacionado a essa temática.

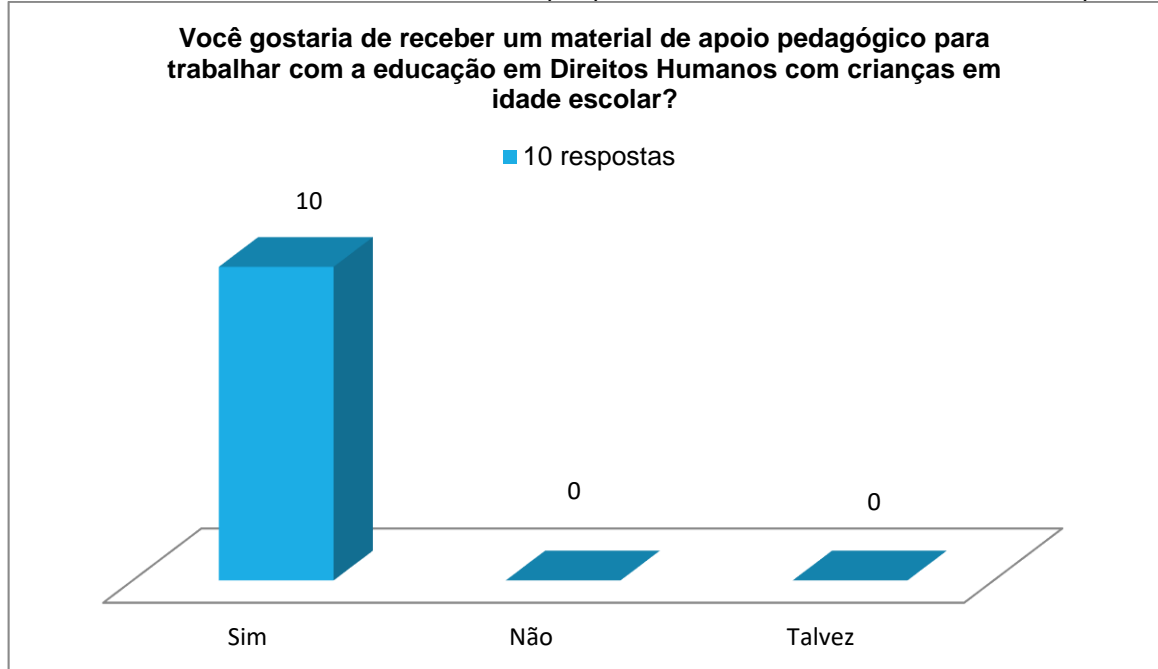
**Gráfico 6 – Número referente à promoção da EDH na brinquedoteca**



Fonte: Autora, 2022.

Como o nosso produto concerne na criação de um caderno pedagógico de boas práticas para educar em direitos humanos na brinquedoteca, foi perguntado aos entrevistados se eles gostariam de receber esse material pedagógico para trabalhar com a temática da EDH com crianças em idade escolar.

**Gráfico 7** – Número referente se há interesse por parte das monitoras no caderno de Boas práticas



Fonte: Autora, 2022.

A resposta foi unânime, todos acreditaram ser importante a criação de atividades nesse sentido e demonstraram interesse em receber esse material.

Enfim, com os resultados obtidos até aqui, foi possível perceber que apesar de todos os participantes garantirem que existe a disponibilização de formação relacionada a EDH na universidade onde atuam, pouco mais da metade consideraram que seus conhecimentos a respeito da temática são bons.

Em relação ao PNEDH, seis dos 10 participantes alegaram não ter conhecimento sobre o PNEDH, e apenas dois deles dizem já ter contemplado esse plano nos seus planejamentos em algum momento.

E mesmo que todos os participantes tenham considerado importante o trabalho educacional com a EDH, apenas uma pessoa revela que já realizou atividade com essa temática.

Enfim, como já foi explanado, optamos pela brinquedoteca universitária primeiramente por ser um espaço de formação para esses futuros professores, em seguida por atender a um dos pilares da universidade que é a extensão universitária, além do que acreditamos que esse espaço é capaz de multiplicar nossa proposta pois, todo conhecimento tratado nesse local ecoa em outros espaços de educação. Trata-se de futuros professores dando seus primeiros passos na carreira, testando, ensaiando, e porque não poderíamos dizer “se encantando” com o seu ofício, na tentativa de enfim, pôr todo o conhecimento (que ali nasceu) em prática na sua sala de aula.

## **5.2 Análise do questionário respondido pela coordenadora da brinquedoteca**

Foi aplicado um formulário com a coordenadora da Brinquedoteca (que chamaremos de coordenadora A), com o objetivo inicial de compreender se existe a necessidade ou o interesse em receber um caderno de Boas Práticas para colaborar com a brinquedoteca no desenvolvimento de atividades lúdicas relacionado a temática da Educação para os Direitos Humanos, destinado as crianças em idade escolar.

O questionário foi disposto com treze questões, sendo dez questões elaboradas de forma objetiva e três de forma subjetiva.

Inicialmente, buscamos saber da coordenadora seu nível de formação acadêmica, as instituições da qual ela faz parte e seu tempo de atuação na área da educação. Em resposta ao formulário foi declarado pela coordenadora A ser doutora na área da educação e atuar profissionalmente na UNEB. Ela não possui formação específica na área de gestão educacional, mas, atua na educação há 34 anos.

Em relação ao seu nível de entendimento sobre a temática Educação em Direitos Humanos, a coordenadora A considera que tem pouco entendimento a respeito da temática.

Questionada sobre a consideração da relevância na abordagem da EDH, a coordenadora respondeu que considera relevante esse tipo de abordagem, principalmente na formação de educadores.

<b>Questão</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Resposta</b>
Você considera relevante a abordagem da Educação em e para os Direitos Humanos? Se sim, qual aspecto dessa formação você considera importante?	coordenadora A	Sim. Na formação de educadores.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Perguntamos a coordenadora A se há uma formação voltada para o estímulo de habilidades na área da educação em Direitos Humanos destinados aos estudantes que atuam diretamente na brinquedoteca, ela afirma que não, esse tipo de formação não é promovido **diretamente** para as monitoras.

Já em relação a consulta ao PNEDH ou as DNEDH no momento de elaboração do planejamento pedagógico, a coordenadora relata que não faz consulta a esses dois documentos no planejamento da brinquedoteca.

Indagamos sobre os temas considerados fundamentais no momento de planejar as atividades da brinquedoteca. Sobre tal questionamento, foi respondido que:

**Pergunta subjetiva - 2**

<b>Questão</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Resposta</b>
Quais os temas considerados fundamentais no momento de planejar as atividades da brinquedoteca?	coordenadora A	Formação do mediador do brincar.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Em relação ao questionamento sobre quais os materiais utilizados com as monitoras nos encontros formativos, foi respondido que:

**Pergunta subjetiva - 3**

<b>Questão</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Resposta</b>
Existe algum material pedagógico utilizado com as monitoras nos encontros formativos? Se sim, qual?	Coordenadora A	Sim. Vários jogos e brincadeiras.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Já em relação a existência do possível interesse em receber um caderno de Boas Práticas em educação em direitos humanos, para colaborar com o planejamento da Brinquedoteca, a coordenadora respondeu que sim, tem interesse na aquisição desse material.

### 5.3 Observação dos encontros e projeto piloto

Durante os meses de outubro e novembro de 2021 a pesquisadora participou de alguns encontros virtuais da brinquedoteca Cora Coralina, que foram realizados na plataforma virtual do Microsoft Teams. Os encontros estavam acontecendo em formato de transmissões ao vivo em decorrência do período de isolamento ocasionado pela pandemia de COVID 19.

**Figura 11** – Linha do tempo das reuniões com a Brinquedoteca



Fonte: Elaborado no CANVAS pela autora, 2023.

No “brincar em tela” as monitoras atendem crianças do fundamental I das escolas municipais de Lauro de Freitas, e realizam para essas crianças atividades de movimento, música, dança, contação de histórias, jogos entre outras atividades lúdicas em formato virtual.

Durante o período da pesquisa, surgiu por parte da gestão da brinquedoteca, a proposta de destinar um momento desses encontros para que a pesquisadora desenvolvesse algumas das atividades em direitos humanos almejadas no projeto.



Assim, além de observação da rotina da brinquedoteca também foi possível a participação juntamente as monitoras no desenvolvimento de atividades para as crianças, o que deu início ao que podemos chamar de projeto piloto.

### 5.3.1 Reuniões com a Brinquedoteca Cora Coralina

**1º encontro** - 15/10/2021: Na sexta-feira do dia 15 de outubro de 2021 às 16:00h, foi realizado o primeiro encontro virtual com as monitoras e a equipe gestora da brinquedoteca Cora Coralina, através da plataforma do Microsoft Teams.

O encontro foi destinado para apresentar a proposta de projeto da pesquisadora. Neste encontro foi explanado para os participantes a trajetória da pesquisadora, além da justificativa, dos objetivos e da questão da pesquisa propriamente dita.

**2º encontro** - 27/10/2021: No dia 27 de outubro de 2021 aconteceu outro encontro com as monitoras, dessa vez, com a presença das crianças do fundamental I (na faixa etária de 6 a 9 anos) da escola Municipal São Judas Tadeu, que foi convidada a participar das atividades da brinquedoteca.

Foi aberto nesse espaço um momento para que a pesquisadora desenvolvesse umas das suas propostas de intervenção relativa à temática do projeto. A opção nesse dia, foi de trabalhar com um importante recurso da brinquedoteca, trata-se do cantinho da leitura. Contudo, por se tratar de um espaço virtual, a adaptação possível foi o momento de “brincar em tela”, criando e contando histórias sem abrir mão dos elementos lúdicos, e sempre buscando a interação da criança com o livro virtual e sua apresentação.

Como nossos objetivos estão atrelados aos ODS, pensamos para esse dia a escolha de uma atividade que atendesse mais especificamente ao ODS 4, que conforme a ONU propõe “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida”.

Para trabalhar com o ODS 4 (Educação de qualidade), usamos a história de Malala, a menina que foi baleada por defender o direito à educação em seu país e se tornou referência no mundo, o livro “Malala: a menina que queria ir para a escola”, encontra-se em formato digital, disponível no espaço virtual “Itaú leia para uma criança”

Em seguida, utilizamos a estratégia dos jogos para maior apropriação da temática nos estudantes. Trabalhamos com o jogo da memória para apresentar outras histórias de personalidades que assim como Malala, também lutaram pela educação, pelos direitos humanos e pela igualdade.

**Figura 12 – Jogo da memória**



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

A intenção durante o jogo da memória, era que em decorrência de cada acerto de pares correspondentes, as crianças escutassem um pouco da história das personalidades encontradas.

Utilizamos imagens de personalidades como: Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Rosa Parks, Kailash Satyarthi, Malala Yousafzai, Bertha Lutz, Martin Luther King Jr, Zilda Arns e Greta Thunberg. Essas pessoas foram apresentadas numa perspectiva positiva, abordando além do nome, o seu legado de luta pelos direitos de igualdade, liberdade e fraternidade.

O objetivo dessa atividade foi apresentar, de forma lúdica, que em alguns momentos da nossa história os Direitos Humanos foram violados e assim, apontar a importância da luta de algumas personalidades em defesa desses direitos. Com essa proposta buscamos acender uma luz para o engajamento em favor das lutas sociais e da valorização da trajetória dos direitos humanos.

Ao findar a atividade foi avaliada a compreensão dos alunos em relação às capacidades de argumentar em defesa de suas ideias sobre o que acharam das personalidades que eles conheceram.

**3º encontro** - 05/11/2021: No dia 05 de novembro de 2021, tivemos outro encontro virtual com as monitoras e as crianças, dessa vez, participaram a turma de 1º ao 3º ano do fundamental I da Escola Municipal Mercedes do Espírito Santo. As crianças participaram do Bingo da Sustentabilidade.

Iniciamos a atividade com um vídeo que apresenta o plano da ONU para 2030, em seguida a pesquisadora deu continuidade ao tema falando das ODS e a importância de seguir essas metas para um mundo mais sustentável, aproveitamos para falar sobre ações sustentáveis que podemos seguir no nosso cotidiano.

**Figura 13** – Apresentação da ODS



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Após uma breve apresentação em um contexto geral da agenda 2030, buscamos abordar especificamente o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ao tratar da importância da preservação desses espaços, para que nossas comunidades se desenvolvam de forma segura e inclusiva.

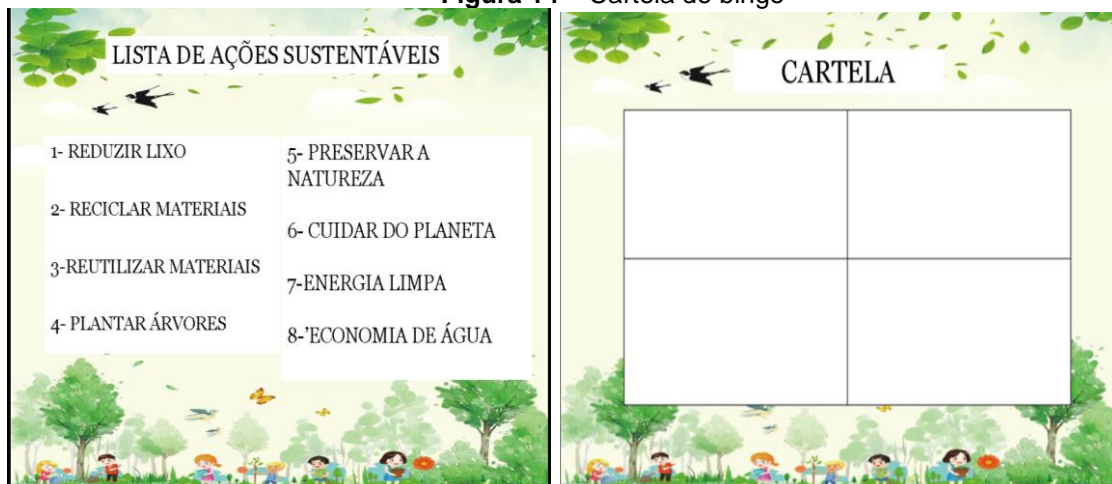
Tratamos também sobre o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), a partir das reflexões sobre o nosso papel enquanto cidadãos conscientes da importância de estabelecer relações de consumo e de produção sustentáveis.

E do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ao abordar as consequências que as ações humanas estão gerando para o nosso planeta, tratando de atitudes que podemos adotar para diminuir os impactos negativos no clima.

De acordo com tais objetivos, buscamos em seguida tratar sobre algumas ações sustentáveis para a preservação do nosso meio ambiente, assim, após esse primeiro momento, iniciamos a atividade principal programada para aquele dia, que era o bingo da sustentabilidade.

Com o apoio e estímulo da pesquisadora, e a partir do conhecimento construído sobre a temática citada acima, as crianças listaram algumas ações sustentáveis que costumam adotar no seu cotidiano ou que pelo menos gostariam de adotar, as ações citadas pelas crianças resultaram em uma lista para a criação da cartela do bingo, no qual cada criança escolheu quatro das ações listadas para compor sua cartela.

**Figura 14** – Cartela de bingo



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

No momento do sorteio das ações, a pesquisadora aproveitou para falar mais sobre a importância de tomar cada medida sorteada em prol da continuidade do nosso planeta.

No fim, algumas crianças completaram o bingo e puderam verbalizar sobre suas próprias considerações a respeito da atividade.

**4º encontro** - 19/11/2022: O dia dia 19 de novembro, foi reservado para atender crianças de diferentes escolas como: a Escola Municipal Esfinge, a Escola

Municipal Pato Donald, a Escola Municipal Dom Avelar e a Escola Municipal Cidade Nova.

Por ser um dia que antecederia o dia da Consciência Negra (20 de novembro), a pesquisadora apresentou então uma proposta de acordo com o ODS4 (educação de qualidade) para tratar sobre respeito e valorização à diversidade étnica, racial e cultural.

Iniciamos a atividade com a apresentação do continente africano e seus reinos mais antigos, falamos sobre os Griôs e sua importância como contadores de histórias na tradição africana, para enfim, apresentar um conto africano popular, foi escolhido para essa ocasião o conto Coração Sozinho.

**Figura 15 – Conto africano**



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

Buscamos com a leitura desse conto, trabalhar com a importância de resgatar valores humanos, como o de solidariedade, relacionado ao fato de vivermos em comunidade e de que precisamos uns dos outros.

Além de apresentar positivamente a história da África, buscamos reconhecer elementos desse continente que fazem parte do nosso país e de nossa tradição, afim de romper com estereótipos que estigmatizam nossos ancestrais e geram preconceito entre o nosso próprio povo.

O encontro do dia 19/11/2021 foi também o encerramento do Brincar em Tela. As atividades da Brinquedoteca retornaram no ano seguinte, em 2022 foi

programado o retorno das atividades presenciais, porém houve mudança no quadro de monitores da brinquedoteca, não sendo mais possível dar continuidade aos encontros com a equipe que participou da pesquisa.

### 5.3.2 Resultados alcançados: primeiros passos

O trabalho com boas práticas para educação em direitos humanos alinhadas aos objetivos para o desenvolvimento sustentável, é nossa proposta para a disseminação de uma cultura de paz, de respeito às diversidades e as diferentes formas de representações culturais, de preservação dos nossos ecossistemas, além de que trabalhar com essa temática colabora com a diminuição da violência que assola nosso país, sendo esses uns dos grandes problemas que precisam ser combatidos nos espaços educacionais e na nossa sociedade.

Enfim, foi possível perceber com a realização desse projeto piloto, que o trabalho com esses conteúdos através de uma linguagem lúdica favorece um maior entendimento da temática, principalmente quando nos referimos as crianças pois, a infância é uma fase que necessita do lúdico no processo de construção da aprendizagem.

É conhecido que nós, profissionais da educação, temos a responsabilidade com o processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos. Mas, o professor que a gente quer no século XXI vai além, o professor que queremos e que precisamos, é o professor que estimula, que encanta, que movimenta, é o professor que busca desenvolver o pensamento crítico, a empatia e a colaboração, transformando o ambiente escolar em um espaço pedagogicamente eficiente, humanamente rico, e no ponto de vista social, um espaço emancipador.

**Figura 16** – Nuvem de palavras





Fonte: Acervo da própria autora (2022)

Enfim, encerramos essa seção com a nuvem de palavras resultante de um questionamento feito nas monitoras para descrever em uma palavra qual o papel da escola no século XXI.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A Educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.*

*Paulo Freire (1996) – Pedagogia da autonomia*

A partir da leitura do plano nacional de educação em direitos humanos, bem como das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, observou-se a existência do compromisso de inclusão da formação para a EDH como meta a ser alcançada. Porém a institucionalização dessa meta ainda se encontra distante da realidade.

Em relação ao PPP do curso de pedagogia da UNEB, a educação em direitos humanos não aparece como uma disciplina específica em seus componentes curriculares obrigatórios, entretanto, os conteúdos dessa temática podem ser vistos nas ementas das disciplinas de forma transversal e multidisciplinar, atendendo assim parte das normativas do PNEDH.

Já através da busca de produções acadêmicas feitas em portais digitais como a BDTD e SciELO, foi possível perceber que existe uma vasta produção de conteúdo em direitos humanos, mas, ao refinar a busca para pedagogia e educação em direitos humanos, notamos uma produção tímida, com poucos trabalhos encontrados com o termo pesquisado, sendo que apenas um artigo tratava sobre uma proposta pedagógica para a EDH.

Conforme a análise dos questionários aplicados, os monitores declararam que a universidade onde eles atuam disponibilizam cursos e formações em EDH, porém a coordenadora da brinquedoteca aponta que essa formação não é ofertada diretamente a esses monitores. Fato esse que foi observado na análise das ementas do curso de pedagogia, onde a EDH não é ofertada como disciplina obrigatória, mas seus conteúdos aparecem de forma transversal em algumas disciplinas e através dos seminários e cursos de extensões ofertados.

Ainda conforme a coordenação da brinquedoteca, são utilizados jogos e brincadeiras como material pedagógico da brinquedoteca, o que justifica a criação do nosso produto, já que tanto os monitores quanto a coordenadora da brinquedoteca reconhecem a importância da formação nessa área e demonstram



interesse no caderno de boas práticas que foi composto por atividades que envolvem os jogos e as brincadeiras relacionado a temática da EDH.

Os resultados iniciais da pesquisa apontam para a necessidade de mais referenciais teóricos que tratem especificamente sobre o desenvolvimento de propostas pedagógicas em direitos humanos para as crianças em idade escolar. A partir desses achados, iniciamos a construção de protótipos concretos para a educação em direitos humanos que possam contribuir de forma significativa na formação e emancipação dos cidadãos.

Através dos estudos realizados e dos resultados das coletas de dados, projetamos o que de fato garante que a Educação em Direitos Humanos funcione e quais as estratégias lúdicas que pedagogos e pedagogas podem adotar para fomentar a cultura de direitos humanos em seus locais de atuação. Pois, entende-se que a educação na contemporaneidade precisa trabalhar conforme o que já está estabelecido nos planos nacionais de educação, necessitando efetivar tais propostas na sua prática pedagógica.

O próprio PNEDH apresenta a necessidade de metodologias pedagógicas de caráter transdisciplinar e interdisciplinar para a EDH. E, para além disso, preconiza que essas metodologias estejam presentes na formação inicial e continuada de professores através do currículo.

Destarte, é necessário formar as crianças para a defesa dos valores humanos, para a cultura de paz e para o respeito das diversidades, tornado possível uma transformação social. A partir dessa assertiva, consideramos como um dos achados da nossa pesquisa a importância da brinquedoteca enquanto um espaço de formação dos professores para trabalhar com essas práticas.

Monteiro e Tavares (2013), afirma a importância da formação em EDH nas escolas para imprimir exemplos de condutas, como o respeito à dignidade humana e a consciência da responsabilidade cidadã. Porém, conforme aponta Candau (2007), apenas alguns conteúdos de Direitos Humanos são introduzidos no currículo formal, pois, o espaço escolar está tão enraizado de práticas hegemônicas que dificulta a realização do trabalho com a EDH. Campos e Haddad (2006), também crítica o sistema escolar brasileiro, afirmando que a escola ainda reproduz mecanismos que impedem a efetivação da EDH.

Enfim, o principal objetivo dessa pesquisa é de acender uma luz, propor alternativas que despertem o protagonismo dos sujeitos da pesquisa, para que esses possam estimular nas crianças em idade escolar uma cultura de respeito e paz através de atividades pedagógicas significativas e consistentes no campo da EDH. Com o resultado da pesquisa, apresentamos ideias de atividades lúdicas em EDH e para o desenvolvimento sustentável, para que de certa forma, essa também seja uma ferramenta de ação pedagógica para a gestão da brinquedoteca Cora Coralina.

Ainda que a presente pesquisa não se apresente de forma esgotada, cabendo sua ampliação para estudos posteriores, almeja-se a efetivação da educação em e para os direitos humanos em espaços formativos como é o caso da brinquedoteca. A realização de atividades nesse âmbito é urgente e necessária para impulsionar os atores escolares desde cedo no conhecimento das lutas pela paz, garantia de liberdade e de igualdades de direitos para humanidade. Afinal, não há educação integral se na sua base não estiver uma formação humana, que consiga romper com “velhas” práticas que limitam a nossa educação e que persistem até hoje.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABBRI, Associação Brasileira de Brinquedotecas. **ABBri - Associação Brasileira de brinquedotecas**. São Paulo. Disponível em: <https://www.brinquedoteca.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2022.

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e formação para a cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves. (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCAR, 1998. p.24-41.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa Ética e Cidadania, S.I., 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9\\_benevides.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf). Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SDH/CNEDH/MEC/MJ/ Unesco; São Paulo 2007.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014 aprova o **Plano Nacional da Educação - PNE**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: [www.gov.br](http://www.gov.br). Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8/2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, MEC/CNE, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category\\_slug=maio2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos e segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 11.104**, de 21 de março de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm)>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.261, de 23 de novembro de 2005**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2261\\_23\\_11\\_2005.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2261_23_11_2005.html)>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria-MEC n.º 808, de 18 de junho de 2010**. Aprova o instrumento de avaliação para reconhecimento de Cursos Pedagogia, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CABORNARI, Paulo César. Os sentidos dos direitos humanos: reflexões nos 70 anos da DUDH. **Revista Interdisciplinar de DH**. Bauru, v. 7, n. 1, p. 19-32, jan./jun., 2019.

CANDAU, Vera Maria. *et al.* **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**. 6ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CANDAU, V. M., SACAVINO, S. B., MARANDINO, M., BARBOSA, M. de F. M., MACIEL, A. G. **“Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos”**. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em Direitos Humanos e formação de educadores. **Dossiê Educação e DH**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./ abr. 2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* (Orgs.) **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. pg. 397-412.

CARNEIRO, M. A. B. **Brinquedoteca: um espaço interessante para favorecer o desenvolvimento da criança**. 2015. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/educacao/brinquedoteca/downloads/brinquedoteca.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 5ª edição, São Paulo: Saraiva Educação 2011.

CORALINA, Cora. In: **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p.145.

CRDH. **Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades**. Disponível em: <http://crdhbr.blogspot.com.br/p/inicio.html>. Acesso em 22 jan. 2021.

CUNHA, Nylse Helena da Silva. **Brinquedoteca: definição, histórico no Brasil e no mundo**. In: FRIEDMANN, Adriana et al. (coord.). O direito de brincar: a brinquedoteca. P. 35-48. São Paulo: Scritta/Abrinq, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMANN, Adriana. **O papel do brincar na cultura contemporânea**. Pátio-Revista de Educação Infantil, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://territoriodobrincar.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2022.

G1. **Brasil tem aumento de 5% nos assassinatos em 2020, ano marcado pela pandemia do novo coronavírus; alta é puxada pela região nordeste**. G1.globo, 2021. Disponível em: [globo.com](http://globo.com). Acesso em: 05 ago. 2021.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã. In: GADOTTI, Moacir. SALTO PARA O FUTURO. **Construindo a Escola Cidadã - Projeto político pedagógico**. MEC: Brasília, 1998. p.15-22

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**, São Paulo. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GESTEC. **Regimento do curso**. Disponível em: <http://www.uneb.br/Gestec>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. Ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Atividades lúdicas para Educação Infantil: conceitos, orientações e práticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MONTEIRO, Aida Maria; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Dossiê Educação em DH**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ONU. **Declaração e programa de ação de Viena**. 1993. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao\\_viena.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm). Acesso em: 02 dez. 2019.

ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 02 dez. 2019.

ONU. Organização das nações unidas. **Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 09 nov. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ODS4: educação de qualidade**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PINA, Balbina Santos de Oliveira; LIDIA BOAVENTURA Pimenta; SANTOS, Táris de Carvalho. A consolidação de um processo formativo: a pesquisa aplicada e os produtos do mestrado profissional gestão e tecnologias aplicadas a educação – GESTEC/UNEB. In: **I Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação** - ISBN: 978-85-907174-3-0, 2018, Salvador. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/coinpae-2017/papers/a-consolidacao-de-um-processo-formativo%3A-a-pesquisa-aplicada-e-os-produtos-do-mestrado-profissional-gestao-e-tecnologias>. Acesso em: 20 set. 2021.

PROFNIT. **Metodologia da pesquisa científico-tecnológica e inovação**. V. 1 organizadoras Glória Maria Marinho Silva, Cristina M. Quintella. – Salvador (BA) : IFBA, 2021. 326 pp. – ISBN: 978-85-88985-10-6 Disponível em: <http://www.profnit.org.br/pt/livros-profnit/>. Acesso em 16 dez. 2022.

RÊSES, Erlando da Silva; DA COSTA, Danúbia Régia. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**. Ano 2, n. 2, 2015.

ROCHA, José Cláudio, ROCHA, Denise A.B.F, ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de educação em direitos humanos**. Revista Gestão Universitária, 2018. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/politicas-publicas-de-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 14 out. 2019.

ROCHA, José Cláudio. Direitos humanos e a diversidade do mundo contemporâneo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3.860, 25 jan. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26503>. Acesso em 13 abr. 2020.

SANDOVAL, Mário. **Educación en valores: una forma de contribuir a la promoción y defensa de los derechos humanos**. In: CALIMAN, Geraldo (Org.). Direitos Humanos na Pedagogia do amanhã. Brasília, DF: UNESCO, 2014. pp. 35-63.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DICIO, Dicionário Online de Português: **Sine qua non**, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 487-503. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29\\_cap\\_3\\_artigo\\_07.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29_cap_3_artigo_07.pdf). Acesso em: 02 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de licenciatura em Pedagogia Reformulado**. Salvador, Bahia: UNEB, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Normas para Funcionamento da Brinquedoteca DEDC I**, 2012. Disponível em: < Normas Para Funcionamento Da Brinquedoteca Deduc i [PDF] | Documents Community Sharing (xdocz.com.br) >. Acesso em: 26 mar. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Regulamento das Brinquedotecas Universitárias da UNEB**, 2021. Disponível em: <1486-consu-Res.-Regulamento-Brinquedoteca.pdf> (uneb.br). Acesso em: 10 fev. 2023.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, Trad. Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

XAVIER, Antonete Araújo Silva. **Ciberateliê brinc@nte: ambiências lúdicas e formação na cibercultura**. 252 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33737>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZENAIDE, Maria de Nazaré. Linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. In: RODINO, Ana; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ Mônica (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

## APÊNDICES

### Apêndice A – TCLE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: \_\_\_\_\_  
 Documento de identidade Nº: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_

#### II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **Título do projeto de pesquisa:** PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na brinquedoteca Cora Coralina.
2. **Pesquisador(a) responsável:** Jéssica Larissa Valente da Silva Barbosa  
**Cargo/função:** Estudante.

#### III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na brinquedoteca Cora Coralina, de responsabilidade da pesquisadora Jéssica Larissa Valente da Silva Barbosa, discente do programa de pós-graduação de Gestão e Tecnologia aplicadas a educação, da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo: investigar como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser inseridas nas atividades pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina (localizada na Universidade do Estado da Bahia, campus avançado Lauro de Freitas).

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios como: contribuir na ação de futuros pedagogos(as) para que esses possam estimular nas crianças



em idade escolar uma cultura dos direitos humanos através de atividades pedagógicas significativas e consistentes no campo da EDH.

Caso aceite o Senhor(a) terá seu questionário avaliado para traçar o perfil dos participantes e será entrevistado (a entrevista será gravada em áudio), pela aluna Jéssica Larissa Valente da Silva Barbosa. Devido a coleta de informações o senhor(a) poderá ter riscos como: tomar seu tempo e causar desconforto ou constrangimento ao responder ao questionário e entrevista que fazem parte dos instrumentos de coleta de dados.

Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o senhor(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Senhor (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### **IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** JÉSSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA

**Endereço:** Rua Valter Laudano Guimarães\_Complemento: número 89

Bairro Praia de Ipitanga Cidade: Lauro de Freitas CEP: 42706650

**Telefone:** (71)9 9106-3890, **E-mail:** jessica.lvb@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End:** SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

#### **V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa

PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na brinquedoteca Cora Coralina e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa



---

Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)



---

Assinatura do professor responsável  
(orientador)

## Apêndice B - Questionário

Prezado (a): A presente pesquisa intitulada “Pedagogia e Educação em Direitos Humanos: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na brinquedoteca Cora Coralina no município de Lauro de Freitas”, faz parte do projeto de pesquisa a ser apresentado ao Mestrado Profissional de Gestão e Tecnologias aplicadas à educação- GESTEC-UNEB. Os dados coletados são de sigilos e serão utilizados apenas para domínio acadêmico. Convido (a) participar da pesquisa aqui apresentada e desde já, agradecemos a complacência.

### Perfil do entrevistado:

Nível de formação acadêmica: \_\_\_\_\_

Instituição da formação:

Pública

Privada

Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Tempo de atuação na educação: \_\_\_\_\_

Formação na área da gestão? ( ) Não ( ) Sim

Qual? \_\_\_\_\_

### Sobre o conhecimento em educação para os direitos humanos:

**1- Em relação ao seu conhecimento sobre os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos você considera?**

- ( ) Excelente
- ( ) Bom
- ( ) Insuficiente

**2- Você tem conhecimento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**3- A universidade promove formação sobre a Educação em Direitos Humanos para gestores e estudantes?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

- 4- Você considera importante a capacitação/formação de pedagogos para trabalhar com a Educação em Direitos Humanos?**
- Importante
  - Pouco importante
  - Irrelevante

**Sobre práticas voltadas para a educação em direitos humanos:**

- 5- O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos são contempladas nos seus planejamentos?**
- Sim
  - Não
- 6- Você utiliza algum tipo de metodologia para trabalhar com os conteúdos da Educação em Direitos Humanos?**
- Sim
  - Não
- 7- Você considera importante a inclusão dos conteúdos de Educação em Direitos Humanos na educação básica?**
- Importante
  - Pouco importante
  - Irrelevante
- 8- Qual a sua opinião acerca do papel da escola no século XXI?**

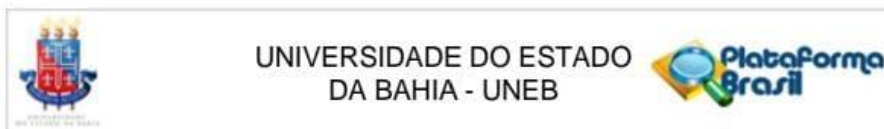
---

---

---

***Obrigada por sua participação!***

## ANEXOS

**Anexo A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNEB.**

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB

Plataforma  
Brasil

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas na brinquedoteca Cora Coralina.

**Pesquisador:** JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 52752121.3.0000.0057

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.181.191

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma pesquisa aplicada, a ser realizada a partir de um estudo de caso com gestoras e monitoras, análise bibliográfica e documental, que apresenta como objeto de estudo as práticas pedagógicas realizadas na brinquedoteca Cora Coralina. Pretende-se, assim, criar um caderno de boas práticas para a educação em Direitos Humanos.

**Objetivo da Pesquisa:**

objetivo geral: Investigar como boas práticas para a Educação em Direitos Humanos podem ser inseridas nas atividades pedagógicas da brinquedoteca Cora Coralina, (localizada na Universidade do Estado da Bahia, campus avançado Lauro de Freitas).

Objetivo Secundário:

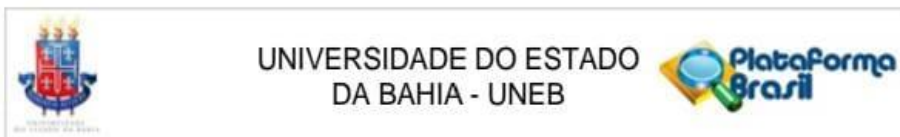
objetivos específicos: A) Compreender a partir dos referenciais teóricos e dos planos nacionais quais são os principais conceitos e propostas sobre a Educação em Direitos Humanos. B) Criar um caderno de boas práticas sobre como utilizar a brinquedoteca para educar em e para os direitos humanos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

O pesquisador reconhece que sua pesquisa tem "Risco de estigmatização na divulgação de

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555  
**Bairro:** Cabula **CEP:** 41.195-001  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.181.191

informações, tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário e de desconforto ou constrangimento ao responder ao questionário que faz parte do instrumento de coleta de dados".

Comentário: entretanto, apresenta medidas para minimizar os riscos.

#### Benefícios

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente, propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade. Neste sentido, a pesquisa pode ampliar o "conhecimento a respeito da EDH em espaços educacionais, diagnosticar de que forma as diretrizes para a educação em direitos humanos podem ser aplicadas numa brinquedoteca, colaborar com os sujeitos da pesquisa no que concerne o desenvolvimento de atividades em EDH - propondo assim uma ação direta e imediata. Além de contribuir com o curso de pedagogia e com a brinquedoteca no que diz respeito a atuação em sala de aula dos futuros pedagogos que estão sendo formados nessa instituição."

Comentário: A pesquisadora informa o benefício direto dentro da eticidade.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Além disso, sempre na perspectiva de orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa é importante com potencial para a construção de conhecimentos sobre a EDH e de boas práticas vinculadas à temática.

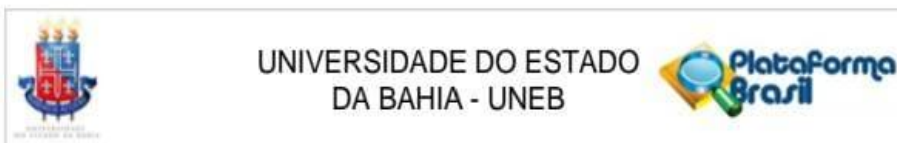
Critério de inclusão: A pesquisadora informa os seguintes critérios: "Gestores e discentes da Universidade do Estado da Bahia, que atuam na brinquedoteca Cora Coralina e que utilizam esse espaço como laboratório interdisciplinar para construções, discussões e avaliações de estratégias pedagógicas que funcionam ou não nos espaços educacionais. Utilizamos destas informações para adoção de critério de escolha do local e de sujeitos da pesquisa.

Critérios de exclusão: "Pessoas que não fazem parte ou que não atuam na brinquedoteca Cora Coralina".

O orçamento: Registrado dentro dos aspectos da pesquisa.

O cronograma: Adequado.

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555  
**Bairro:** Cabula **CEP:** 41.195-001  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.181.191

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso da pesquisadora responsável: Em conformidade;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade.
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em consonância;
- 4 – A autorização das instituições coparticipantes: Em conformidade;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – Modelo do TCLE: em conformidade
- 7 – Modelo do Assentimento: Dispensado por não ter menores envolvidos no estudo.
- 8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Apresentado dentro da eticidade;
- 9 – Termo de concessão: Dispensado;
- 10 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Em conformidade;

**Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br





Continuação do Parecer: 5.181.191

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1584558.pdf	08/11/2021 19:48:46		Aceito
Outros	Declaracao_de_nao_execucao_da_pesquisa.pdf	08/11/2021 19:45:58	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_esclarecido.pdf	08/11/2021 19:42:00	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/10/2021 20:21:37	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_para_coleta_de_dados_em_arquivos.pdf	20/10/2021 19:31:58	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	20/10/2021 19:31:01	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	Termo_de_concessao.pdf	15/10/2021 15:18:33	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Projeto_detalhado_do_investigador.pdf	30/09/2021 22:15:27	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_autorizacao_institucional_da_proponente.pdf	30/09/2021 20:52:33	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	30/09/2021 20:50:53	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional_da_coparticipante.pdf	30/09/2021 20:50:06	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia_com_o_deseenvolvimento_da_pesquisa.pdf	30/09/2021 20:47:54	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/09/2021 20:40:57	JESSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA	Aceito

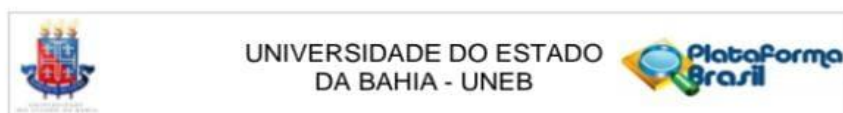
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Sílveira Martins, 2555  
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cspuneb@uneb.br

Página 04 de 05



Continuação do Parecer: 5.181.191

Não

SALVADOR, 21 de Dezembro de 2021

Assinado por:  
**Aderval Nascimento Brito**  
 (Coordenador(a))



## Anexo B – Certidão de ATA da sessão de Qualificação do presente trabalho.



### CERTIDÃO DE ATA

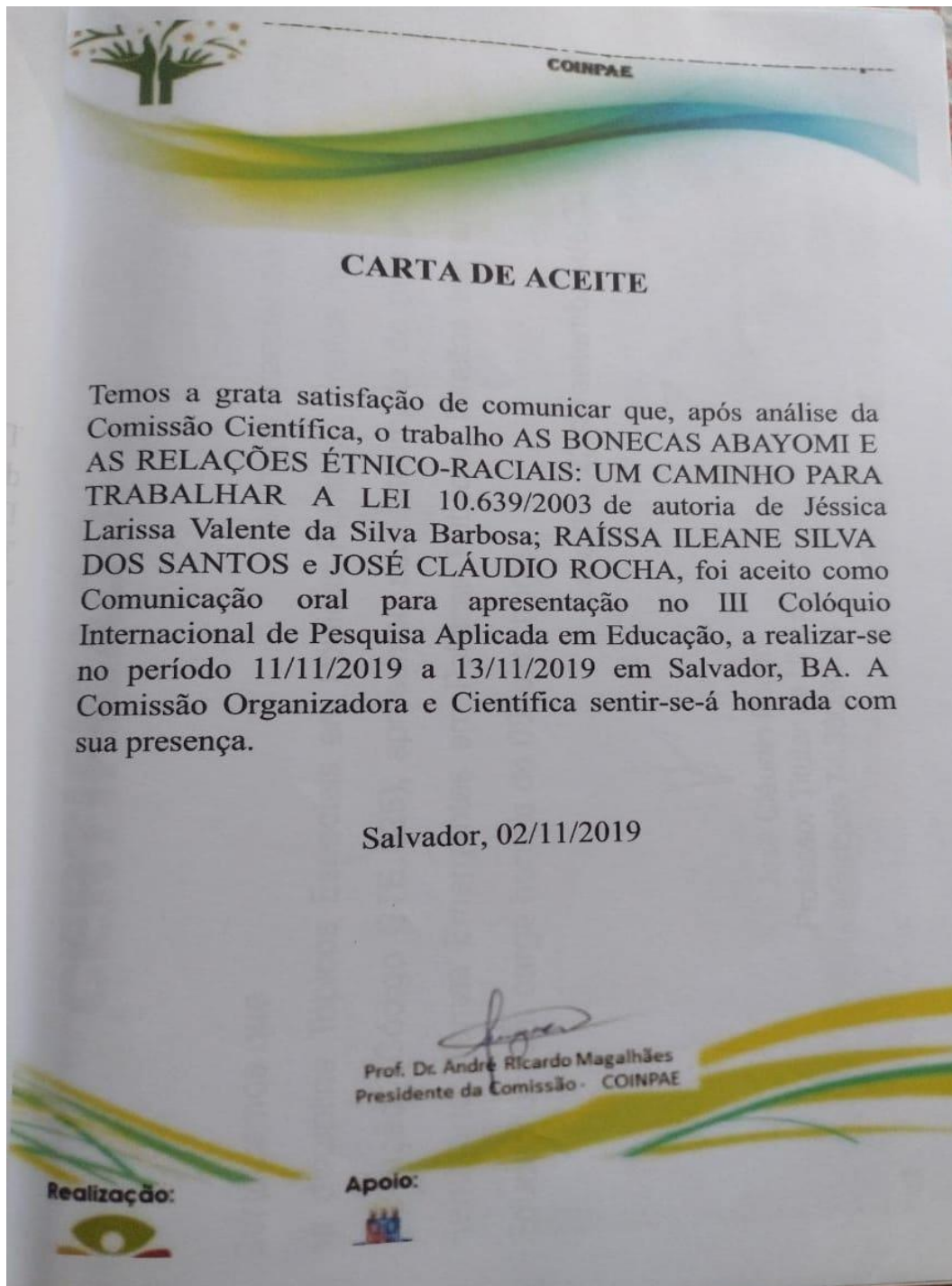
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC

Certificamos, para os devidos fins, que consta da Ata da Sessão de Qualificação do Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação GESTEC, realizada em 27 de Maio de 2022, às 09 hora(s) e 00 minuto(s), no(a) Sala de Webconferência - 02 do Departamento de Educação, Campus I da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, que JÉSSICA LARISSA VALENTE DA SILVA BARBOSA defendeu o trabalho intitulado "PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA BRINQUEDOTECA CORA CORALINA.", perante a Banca Examinadora composta pelos professores: Dr.(a) ILZVER DE MATOS OLIVEIRA - PPGD UNIT, CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS, CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS - UNEB e, presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a) Dr.(a) JOSE CLAUDIO ROCHA, a qual emitiu o seguinte parecer:

O trabalho foi considerado de relevância científica, acadêmica e social. Preencheu todos os elementos para sua aprovação. A mestrandia apresentou domínio do tema em sua exposição, sendo o estudo aprovado no exame de qualificação, devendo orientanda e orientador observar as recomendações da banca. o trabalho foi avaliado pela banca com nota 10,0 (dez).

Aprovado

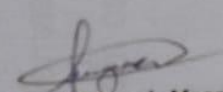
**Anexo C - Carta de Aceite da apresentação de trabalho no III Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação – COINPAE (Trabalho apresentado com base em uma das oficinas “Bonecas Abayomi” propostas no Caderno de Boas Práticas).**



**CARTA DE ACEITE**

Temos a grata satisfação de comunicar que, após análise da Comissão Científica, o trabalho AS BONECAS ABAYOMI E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM CAMINHO PARA TRABALHAR A LEI 10.639/2003 de autoria de Jéssica Larissa Valente da Silva Barbosa; RAÍSSA ILEANE SILVA DOS SANTOS e JOSÉ CLÁUDIO ROCHA, foi aceito como Comunicação oral para apresentação no III Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação, a realizar-se no período 11/11/2019 a 13/11/2019 em Salvador, BA. A Comissão Organizadora e Científica sentir-se-á honrada com sua presença.

Salvador, 02/11/2019

  
Prof. Dr. André Ricardo Magalhães  
Presidente da Comissão - COINPAE

Realização:



Apoio:



**ANEXO D- Carta de aceite para apresentação de trabalho no II Simpósio Internacional de Tecnologias Digitais – SITED (Comunicação oral da revisão literária sobre a temática da EDH presente no trabalho).**

